

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	10
DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	22
DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Comentário do Desempenho	25
--------------------------	----

Notas Explicativas	52
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	116
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	117
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	119
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	120

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.796.478
Preferenciais	157.727
Total	5.954.205
Em Tesouraria	
Ordinárias	31
Preferenciais	1.812
Total	1.843

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	49.137.606	53.516.055
1.01	Ativo Circulante	10.928.421	17.109.300
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.879.436	1.669.059
1.01.02	Aplicações Financeiras	190.064	190.779
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	190.064	190.779
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	190.064	190.779
1.01.03	Contas a Receber	1.181.712	1.193.687
1.01.03.01	Clientes	1.181.712	1.193.687
1.01.04	Estoques	55.423	57.599
1.01.06	Tributos a Recuperar	122.165	146.426
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	122.165	146.426
1.01.07	Despesas Antecipadas	191.158	191.087
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.308.463	13.660.663
1.01.08.03	Outros	6.308.463	13.660.663
1.01.08.03.01	Créditos com Partes Relacionadas	360.978	7.565.968
1.01.08.03.02	Outros Tributos	534.328	232.961
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.249.312	1.348.700
1.01.08.03.04	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	1.894	4.366
1.01.08.03.05	Ativos Mantidos para Venda	3.655.997	3.721.549
1.01.08.03.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.916	0
1.01.08.03.07	Demais Ativos	500.038	787.119
1.02	Ativo Não Circulante	38.209.185	36.406.755
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.844.175	8.082.659
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	4.960	4.860
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	4.960	4.860
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	115.122	113.507
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	4.640.252	4.394.712
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	4.640.252	4.394.712
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.083.841	3.569.580
1.02.01.10.03	Outros Tributos	1.320.537	147.409
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	3.676.487	3.337.981
1.02.01.10.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	67.305	64.253
1.02.01.10.06	Demais Ativos	19.512	19.937
1.02.02	Investimentos	16.549.748	16.931.222
1.02.02.01	Participações Societárias	16.549.748	16.931.222
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	16.535.676	16.917.150
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	14.072	14.072
1.02.03	Imobilizado	7.117.159	6.322.834
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.171.591	5.862.699
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	658.519	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	287.049	460.135
1.02.04	Intangível	4.698.103	5.070.040
1.02.04.01	Intangíveis	4.698.103	5.070.040
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	4.606.897	4.961.425

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1.02.04.01.03	Software	32.823	15.685
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	12.579	12.656
1.02.04.01.05	Outros	45.804	80.274

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	49.137.606	53.516.055
2.01	Passivo Circulante	2.640.805	3.402.850
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	100.270	157.451
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	100.270	157.451
2.01.02	Fornecedores	1.119.703	1.301.537
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.119.703	1.301.537
2.01.02.01.01	Fornecedores	943.139	1.231.040
2.01.02.01.02	Fornecedores Sujeitos ao PRJ	176.564	70.497
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	963
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	963
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	963
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	303.030	660.172
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	303.030	660.172
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.979	402
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	301.051	659.770
2.01.05	Outras Obrigações	866.010	853.652
2.01.05.02	Outros	866.010	853.652
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.049	5.075
2.01.05.02.04	Outros Tributos	251.196	233.714
2.01.05.02.05	Autorizações e Concessões a Pagar	0	22.925
2.01.05.02.06	Arrendamentos a Pagar	100.520	0
2.01.05.02.07	Programa de Refinanciamento Fiscal	56.031	86.154
2.01.05.02.08	Demais Obrigações	453.214	505.784
2.01.06	Provisões	251.792	429.075
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	251.792	429.075
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	7.227	6.728
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	123.943	82.597
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	120.622	339.750
2.02	Passivo Não Circulante	20.856.043	27.460.885
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.602.041	9.297.642
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	9.602.041	9.297.642
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	3.428.583	3.184.085
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	6.173.458	6.113.557
2.02.02	Outras Obrigações	8.760.812	15.481.729
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	561.956	377.184
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	561.956	377.184
2.02.02.02	Outros	8.198.856	15.104.545
2.02.02.02.03	Fornecedores Sujeitos ao PRJ	897.234	942.845
2.02.02.02.04	Outros Tributos	226.495	222.995
2.02.02.02.05	Arrendamentos a Pagar	548.497	0
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	239.721	267.342
2.02.02.02.07	Provisão para Patrimônio Líquido Negativo	4.083.463	11.434.504
2.02.02.02.08	Demais Obrigações	2.203.446	2.236.859
2.02.04	Provisões	2.493.190	2.681.514
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.493.190	2.681.514

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	62.882	77.142
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	423.097	375.915
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	610.178	579.122
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.397.033	1.649.335
2.03	Patrimônio Líquido	25.640.758	22.652.320
2.03.01	Capital Social Realizado	32.538.937	32.038.471
2.03.02	Reservas de Capital	12.610.862	8.729.745
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-296.343	-2.803.250
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimentos	123.558	123.558
2.03.02.08	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	6.703.309	6.703.309
2.03.02.09	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.10	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.02.11	"Senior Notes" Reestruturados	0	3.719
2.03.02.12	Outras Reservas de Capital	3.552.801	2.174.872
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-18.520.750	-17.530.108
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-933.310	-519.300
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-54.981	-66.488

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	956.825	1.952.376	1.174.316	2.349.990
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-772.552	-1.572.791	-921.831	-1.599.514
3.03	Resultado Bruto	184.273	379.585	252.485	750.476
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.429.006	-1.459.523	-1.284.270	1.360.625
3.04.01	Despesas com Vendas	-210.999	-426.830	-216.962	-419.121
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-208.291	-430.763	-224.431	-446.565
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	417.994	1.305.629	125.372	257.656
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	5.062	-38.927	141.451	75.040
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.432.772	-1.868.632	-1.109.700	1.893.615
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-1.244.733	-1.079.938	-1.031.785	2.111.101
3.06	Resultado Financeiro	-338.870	91.012	-205.273	27.109.747
3.06.01	Receitas Financeiras	27.675	1.161.044	3.154.654	30.172.066
3.06.02	Despesas Financeiras	-366.545	-1.070.032	-3.359.927	-3.062.319
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.583.603	-988.926	-1.237.058	29.220.848
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	24.558	-1.716	-20.618	64.831
3.08.01	Corrente	89	-1.716	-711	-20.015
3.08.02	Diferido	24.469	0	-19.907	84.846
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.559.045	-990.642	-1.257.676	29.285.679
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.559.045	-990.642	-1.257.676	29.285.679
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,26	-0,17	-1,86	43,34
3.99.01.02	PN	-0,26	-0,17	-1,86	43,34
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,26	-0,17	-1,86	43,34
3.99.02.02	PN	-0,26	-0,17	-1,86	43,34

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.559.045	-990.642	-1.257.676	29.285.679
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-22.681	11.507	-30.053	-41.529
4.02.01	Ganho de Contabilidade de "Hedge"	-11.564	0	0	0
4.02.02	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-11.117	11.507	-30.053	-41.529
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.581.726	-979.135	-1.287.729	29.244.150

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 30/06/2019	Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-938.695	-21.919
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	597.660	1.251.251
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes das Tributações	-988.926	29.220.848
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias e Cambiais	-65.893	-1.346.509
6.01.01.03	Ajuste a Valor Justo de Empréstimos e Financiamentos	624.997	-22.374.757
6.01.01.04	Ajuste a Valor Presente de Outros Passivos	38.008	210.505
6.01.01.05	Ganho na Reestruturação de Empréstimos com Terceiros	0	-3.271.498
6.01.01.06	Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	-54.081	0
6.01.01.07	Depreciação e Amortização	895.211	838.251
6.01.01.08	Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa	71.079	57.887
6.01.01.09	Provisões/(Reversões)	-17.823	-123.750
6.01.01.10	Provisão para Fundos de Pensão	105	98
6.01.01.11	Equivalência Patrimonial	1.868.632	-1.893.615
6.01.01.12	Perda na Baixa de Ativo Permanente	15.390	45.443
6.01.01.13	Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	43.412	12.029
6.01.01.14	Participação de Empregados e Administradores	5.433	-10.876
6.01.01.15	Recuperação de Tributos	-1.488.993	0
6.01.01.16	Atualização Monetária de Provisões/(Reversões)	86.590	-101.885
6.01.01.17	Atualização Monetária do Programa de Refinanciamento Fiscal	5.225	9.132
6.01.01.18	Outros	-440.706	-20.052
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-886.064	-1.272.226
6.01.02.01	Contas a Receber	-59.104	-338.326
6.01.02.02	Estoques	2.177	-403
6.01.02.03	Tributos	-72.519	-47.340
6.01.02.04	Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	-94.953	-130.798
6.01.02.05	Resgate de Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	104.307	130.119
6.01.02.06	Fornecedores	-400.889	-1.057.288
6.01.02.07	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	-62.614	-63.866
6.01.02.08	Autorizações e Concessões	-51.898	0
6.01.02.09	Provisões	-185.241	-45.542
6.01.02.10	Outras Contas Ativas e Passivas	-65.330	281.218
6.01.03	Outros	-650.291	-944
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos - Dívida	-603.935	-758
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Empresa	-2.766	-186
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	-43.590	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.730.227	-2.253.476
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-470.956	-412.685
6.02.02	Créditos com Partes Relacionadas e Debêntures - Liberações	0	-21.835
6.02.03	Créditos com Partes Relacionadas e Debêntures - Recebimentos	162	54.519
6.02.04	(Aumento)/Redução de Investimentos Permanentes	3	0
6.02.05	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-238.609	-315.498

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.02.06	Resgates Judiciais de Depósitos e Bloqueios Judiciais	268.573	389.704
6.02.07	Aumento de Capital em Controlada	9.600	-1.947.681
6.02.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital em Controlada	-1.299.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.879.299	-58.043
6.03.01	Captções Líquidas de Custos	0	20.630
6.03.02	Pagamentos de Principal de Empréstimos e Financiamentos e Derivativos	-84	0
6.03.03	Recebimento de Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos	59.310	0
6.03.04	Débitos com Partes Relacionadas e debêntures - Pagamentos	0	-110
6.03.05	Aumento de Capital	4.000.000	0
6.03.06	Prêmio de Compromisso a Investidores	-58.489	0
6.03.07	Programa de Refinanciamento Fiscal	-62.970	-78.534
6.03.08	Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-26	-29
6.03.09	Arrendamento	-55.870	0
6.03.10	Recompra de Ações	-2.572	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	6.384
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.210.377	-2.327.054
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.669.059	3.875.141
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.879.436	1.548.087

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.466	3.881.117	0	0	0	4.381.583
5.04.01	Aumentos de Capital	500.466	3.837.009	0	0	0	4.337.475
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-2.572	0	0	0	-2.572
5.04.08	Bônus de Subscrição de Ações	0	-3.719	0	0	0	-3.719
5.04.09	Bônus de Subscrição de Ações	0	3.719	0	0	0	3.719
5.04.10	Acordo Pharol	0	-2.462.799	0	0	0	-2.462.799
5.04.11	Acordo Pharol	0	2.509.479	0	0	0	2.509.479
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-990.642	-402.503	-1.393.145
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-990.642	0	-990.642
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-402.503	-402.503
5.05.02.06	Custo na Emissão de Ações	0	0	0	0	-414.010	-414.010
5.05.02.07	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	0	0	0	0	11.507	11.507
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	32.538.937	12.610.862	0	-18.520.750	-988.291	25.640.758

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	21.438.374	7.711.282	0	-42.335.925	-619.711	-13.805.980
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.374	7.711.282	0	-42.335.925	-619.711	-13.805.980
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	1.212	0	1.212
5.04.08	Incorporação de Controlada	0	0	0	1.212	0	1.212
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	29.285.679	-41.529	29.244.150
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.285.679	0	29.285.679
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-41.529	-41.529
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	0	0	0	0	-41.529	-41.529
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	11.624.028	0	282.135	0	11.906.163
5.06.04	Efeitos da Adoção Inicial dos IFRS 9 e 15	0	0	0	282.135	0	282.135
5.06.05	Efeitos da Reestruturação de "Senior Notes" conforme Plano de Recuperação Judicial	0	11.624.028	0	0	0	11.624.028
5.07	Saldos Finais	21.438.374	19.335.310	0	-12.766.899	-661.240	27.345.545

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	3.810.758	3.553.021
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.576.100	3.133.614
7.01.02	Outras Receitas	1.305.737	477.294
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-71.079	-57.887
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.201.640	-1.240.869
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-50.492	-76.166
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.102.609	-1.114.216
7.02.04	Outros	-48.539	-50.487
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.609.118	2.312.152
7.04	Retenções	-983.107	-856.068
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-895.211	-838.251
7.04.02	Outras	-87.896	-17.817
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	-68.767	2.734
7.04.02.02	Outras Despesas	-19.129	-20.551
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.626.011	1.456.084
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-707.588	32.065.681
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.868.632	1.893.615
7.06.02	Receitas Financeiras	1.161.044	30.172.066
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	918.423	33.521.765
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	918.423	33.521.765
7.08.01	Pessoal	168.822	163.418
7.08.01.01	Remuneração Direta	117.275	109.739
7.08.01.02	Benefícios	36.930	38.203
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.096	11.699
7.08.01.04	Outros	3.521	3.777
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	479.737	481.515
7.08.02.01	Federais	-37.278	-196.196
7.08.02.02	Estaduais	509.242	667.317
7.08.02.03	Municipais	7.773	10.394
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.260.506	3.591.153
7.08.03.01	Juros	1.048.735	3.329.875
7.08.03.02	Aluguéis	211.771	261.278
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-990.642	29.285.679
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-990.642	29.285.679

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	76.366.741	65.437.797
1.01	Ativo Circulante	21.937.103	21.313.484
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.060.842	4.385.329
1.01.02	Aplicações Financeiras	196.752	201.975
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	196.752	201.975
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	196.752	201.975
1.01.03	Contas a Receber	6.676.730	6.516.555
1.01.03.01	Clientes	6.676.730	6.516.555
1.01.04	Estoques	318.944	317.503
1.01.06	Tributos a Recuperar	651.118	621.246
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	651.118	621.246
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.001.811	743.953
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.030.906	8.526.923
1.01.08.03	Outros	9.030.906	8.526.923
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.916	0
1.01.08.03.02	Outros Tributos	1.726.470	803.252
1.01.08.03.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.521.976	1.715.934
1.01.08.03.04	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	2.090	4.880
1.01.08.03.05	Ativos Mantidos para Venda	4.781.102	4.923.187
1.01.08.03.06	Demais Ativos	993.352	1.079.670
1.02	Ativo Não Circulante	54.429.638	44.124.313
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.028.284	8.632.464
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	37.996	36.987
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	37.996	36.987
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	23.050
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	23.050
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	566.479	522.550
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	9.423.809	8.049.877
1.02.01.10.03	Outros Tributos	1.913.329	715.976
1.02.01.10.04	Depósitos e Bloqueios Judiciais	7.192.336	7.018.786
1.02.01.10.05	Ativo Relacionado aos Fundos de Pensão	67.305	64.253
1.02.01.10.06	Demais Ativos	250.839	250.862
1.02.02	Investimentos	117.494	117.840
1.02.02.01	Participações Societárias	117.494	117.840
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	45.300	44.124
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	29.722	31.488
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	42.472	42.228
1.02.03	Imobilizado	37.774.628	28.425.563
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	26.574.368	25.073.950
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	8.048.732	0
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.151.528	3.351.613
1.02.04	Intangível	6.509.232	6.948.446
1.02.04.01	Intangíveis	6.509.232	6.948.446
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	5.422.464	5.850.907

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1.02.04.01.03	Software	879.465	865.233
1.02.04.01.04	Intangível em Formação	22.723	27.195
1.02.04.01.05	Outros	184.580	205.111

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	76.366.741	65.437.797
2.01	Passivo Circulante	12.010.440	10.689.459
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	784.531	906.655
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	784.531	906.655
2.01.02	Fornecedores	6.038.029	5.225.862
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.038.029	5.225.862
2.01.02.01.01	Fornecedores	5.273.419	5.024.260
2.01.02.01.02	Fornecedores Sujeitos ao PRJ	764.610	201.602
2.01.03	Obrigações Fiscais	19.541	27.026
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	19.541	27.026
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	19.541	27.026
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	319.006	672.894
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	319.006	672.894
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	17.300	13.124
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	301.706	659.770
2.01.05	Outras Obrigações	4.343.052	3.176.480
2.01.05.02	Outros	4.343.052	3.176.480
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6.170	6.168
2.01.05.02.04	Outros Tributos	971.190	1.033.868
2.01.05.02.05	Autorizações e Concessões a Pagar	35.513	85.619
2.01.05.02.06	Arrendamentos a Pagar	1.467.444	0
2.01.05.02.07	Programa de Refinanciamento Fiscal	86.815	142.036
2.01.05.02.08	Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	473.048	526.870
2.01.05.02.09	Demais Obrigações	1.302.872	1.381.919
2.01.06	Provisões	506.281	680.542
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	506.281	680.542
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	26.658	14.925
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	238.781	174.694
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	240.842	490.923
2.02	Passivo Não Circulante	38.496.812	31.852.527
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	16.555.017	15.777.012
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	16.555.017	15.777.012
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	8.143.142	7.620.016
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.411.875	8.156.996
2.02.02	Outras Obrigações	17.117.416	11.138.215
2.02.02.02	Outros	17.117.416	11.138.215
2.02.02.02.03	Fornecedores Sujeitos ao PRJ	3.053.628	3.593.008
2.02.02.02.04	Outros Tributos	639.376	628.716
2.02.02.02.05	Arrendamentos a Pagar	6.681.003	0
2.02.02.02.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	373.118	411.170
2.02.02.02.07	Demais Obrigações	6.370.291	6.505.321
2.02.03	Tributos Diferidos	53.472	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	53.472	0
2.02.04	Provisões	4.770.907	4.937.300
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.770.907	4.937.300

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	651.593	635.158
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.267.568	1.282.487
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	610.178	579.122
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.241.568	2.440.533
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	25.859.489	22.895.811
2.03.01	Capital Social Realizado	32.538.937	32.038.471
2.03.02	Reservas de Capital	12.610.862	8.729.745
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	1.750.494	1.750.494
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-296.343	-2.803.250
2.03.02.07	Doações e Subvenções para Investimentos	123.558	123.558
2.03.02.08	Reserva Especial de Incorporação - Acervo Líquido	6.703.309	6.703.309
2.03.02.09	Juros sobre Obras em Andamento	745.756	745.756
2.03.02.10	Correção Monetária Lei 8.200/91	31.287	31.287
2.03.02.11	"Senior Notes" Reestruturados	0	3.719
2.03.02.12	Outras Reservas de Capital	3.552.801	2.174.872
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-18.520.750	-17.530.108
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-933.310	-519.300
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-54.981	-66.488
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	218.731	243.491

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.091.345	10.221.381	5.545.276	11.213.566
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.859.613	-7.733.082	-4.165.712	-8.032.450
3.03	Resultado Bruto	1.231.732	2.488.299	1.379.564	3.181.116
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.530.013	-1.861.631	-1.251.916	-2.750.009
3.04.01	Despesas com Vendas	-889.997	-1.758.287	-968.311	-1.845.183
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-689.444	-1.379.855	-685.431	-1.375.329
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	596.737	2.140.729	538.378	940.034
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-546.645	-862.929	-133.804	-462.612
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-664	-1.289	-2.748	-6.919
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-298.281	626.668	127.648	431.107
3.06	Resultado Financeiro	-1.373.681	-1.575.411	-1.199.042	28.980.339
3.06.01	Receitas Financeiras	-20.459	1.330.321	1.787.289	30.464.051
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.353.222	-2.905.732	-2.986.331	-1.483.712
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.671.962	-948.743	-1.071.394	29.411.446
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-37.283	-81.739	-161.773	-118.207
3.08.01	Corrente	17.176	-5.217	-83.972	59.101
3.08.02	Diferido	-54.459	-76.522	-77.801	-177.308
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.709.245	-1.030.482	-1.233.167	29.293.239
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-1.709.245	-1.030.482	-1.233.167	29.293.239
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.559.045	-990.642	-1.257.676	29.285.679
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-150.200	-39.840	24.509	7.560
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,26	-0,17	-1,86	43,34
3.99.01.02	PN	-0,26	-0,17	-1,86	43,34
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,26	-0,17	-1,86	43,34

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.99.02.02	PN	-0,26	-0,17	-1,86	43,34

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-1.709.245	-1.030.482	-1.233.167	29.293.239
4.02	Outros Resultados Abrangentes	120.836	26.587	-50.181	-63.413
4.02.01	Ganho de Contabilidade de "Hedge"	-11.564	0	0	0
4.02.02	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	132.400	26.587	-50.181	-63.413
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.588.409	-1.003.895	-1.283.348	29.229.826
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.581.726	-979.135	-1.287.729	29.244.150
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-6.683	-24.760	4.381	-14.324

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-253.148	1.147.033
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.482.130	5.120.586
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) antes das Tributações	-948.743	29.411.446
6.01.01.02	Encargos, Rendimentos Financeiros e Atualizações Monetárias e Cambiais	539.426	-3.048.643
6.01.01.03	Ajuste a Valor Justo de Empréstimos e Financiamentos	538.667	-14.269.199
6.01.01.04	Ajuste a Valor Presente de Outros Passivos	513.893	670.781
6.01.01.05	Ganho na Reestruturação de Empréstimos com Terceiros	0	-11.110.316
6.01.01.06	Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	-54.081	0
6.01.01.07	Depreciação e Amortização	3.419.064	2.853.325
6.01.01.08	Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa	267.486	400.944
6.01.01.09	Provisões/(Reversões)	113.777	3.896
6.01.01.10	Provisão para Fundos de Pensão	129	136
6.01.01.11	Equivalência Patrimonial	1.289	6.919
6.01.01.12	Perda na Baixa de Ativo Permanente	66.743	135.452
6.01.01.13	Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	183.511	36.218
6.01.01.14	Participação de Empregados e Administradores	38.699	-4.988
6.01.01.15	Recuperação de Tributos	-2.011.331	0
6.01.01.16	Atualização Monetária de Provisões/(Reversões)	182.377	89.708
6.01.01.17	Atualização Monetária do Programa de Refinanciamento Fiscal	9.142	12.476
6.01.01.18	Outros	-377.918	-67.569
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.960.107	-3.398.824
6.01.02.01	Contas a Receber	-427.763	-503.634
6.01.02.02	Estoques	-1.773	-5.622
6.01.02.03	Tributos	-353.534	52.785
6.01.02.04	Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	-217.140	-644.408
6.01.02.05	Resgate de Aplicações Financeiras Mantidas para Negociação	232.184	685.811
6.01.02.06	Fornecedores	-332.797	-2.722.766
6.01.02.07	Salários, Encargos Sociais e Benefícios	-160.152	-217.266
6.01.02.08	Autorizações e Concessões	-127.313	0
6.01.02.09	Provisões	-292.390	-139.682
6.01.02.10	Variação de Ativos e Passivos Mantidos para Venda	27.542	-215.600
6.01.02.11	Outras Contas Ativas e Passivas	-306.971	311.558
6.01.03	Outros	-775.171	-574.729
6.01.03.01	Encargos Financeiros Pagos - Dívida	-604.918	-2.508
6.01.03.02	Encargos Financeiros Pagos - Outros	-351	0
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Empresa	-29.557	-460.990
6.01.03.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos - Terceiros	-140.345	-111.231
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.183.326	-2.711.384
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-3.263.868	-2.777.506
6.02.02	(Aumento)/Redução de Investimentos Permanentes	67.564	15.319
6.02.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	-392.335	-562.325
6.02.04	Resgates Judiciais de Depósitos e Bloqueios Judiciais	405.313	613.128

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	3.111.987	-216.266
6.03.01	Captções Líquidas de Custos	0	51.962
6.03.02	Pagamento de Principal de Empréstimos e Financiamentos e Derivativos	-84	-161.884
6.03.03	Recebimento de Operações de Instrumentos Financeiros Derivativos	59.310	0
6.03.04	Aumento de Capital	4.000.000	0
6.03.05	Prêmio de Compromisso a Investidores	-58.489	0
6.03.06	Autorizações e Concessões	0	-161
6.03.07	Programa de Refinanciamento Fiscal	-102.414	-106.158
6.03.08	Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	0	-25
6.03.09	Arrendamento	-783.764	0
6.03.10	Recompra de Ações	-2.572	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	14.035
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-324.487	-1.766.582
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.385.329	6.862.684
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.060.842	5.096.102

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320	243.491	22.895.811
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.038.471	8.729.745	0	-17.530.108	-585.788	22.652.320	243.491	22.895.811
5.04	Transações de Capital com os Sócios	500.466	3.881.117	0	0	0	4.381.583	0	4.381.583
5.04.01	Aumentos de Capital	500.466	3.837.009	0	0	0	4.337.475	0	4.337.475
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-2.572	0	0	0	-2.572	0	-2.572
5.04.08	Bônus de Subscrição de Ações	0	-3.719	0	0	0	-3.719	0	-3.719
5.04.09	Bônus de Subscrição de Ações	0	3.719	0	0	0	3.719	0	3.719
5.04.10	Acordo Pharol	0	-2.462.799	0	0	0	-2.462.799	0	-2.462.799
5.04.11	Acordo Pharol	0	2.509.479	0	0	0	2.509.479	0	2.509.479
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-990.642	-402.503	-1.393.145	-24.760	-1.417.905
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-990.642	0	-990.642	-39.840	-1.030.482
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-402.503	-402.503	15.080	-387.423
5.05.02.06	Custo na Emissão de Ações	0	0	0	0	-414.010	-414.010	0	-414.010
5.05.02.07	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	0	0	0	0	11.507	11.507	15.080	26.587
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	32.538.937	12.610.862	0	-18.520.750	-988.291	25.640.758	218.731	25.859.489

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	21.438.374	7.711.282	0	-42.335.925	-619.711	-13.805.980	293.457	-13.512.523
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.438.374	7.711.282	0	-42.335.925	-619.711	-13.805.980	293.457	-13.512.523
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	1.212	0	1.212	0	1.212
5.04.08	Incorporação de Controlada	0	0	0	1.212	0	1.212	0	1.212
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	29.285.679	-41.529	29.244.150	-14.324	29.229.826
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.285.679	0	29.285.679	7.560	29.293.239
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-41.529	-41.529	-21.884	-63.413
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	0	0	0	0	-41.529	-41.529	-21.884	-63.413
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	11.624.028	0	282.135	0	11.906.163	0	11.906.163
5.06.04	Efeitos da Adoção Inicial dos IFRS 9 e 15	0	0	0	282.135	0	282.135	0	282.135
5.06.05	Efeitos da Reestruturação de "Senior Notes" conforme Plano de Recuperação Judicial	0	11.624.028	0	0	0	11.624.028	0	11.624.028
5.07	Saldos Finais	21.438.374	19.335.310	0	-12.766.899	-661.240	27.345.545	279.133	27.624.678

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2019 à 30/06/2019	Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	14.990.090	15.405.552
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	13.128.829	14.722.555
7.01.02	Outras Receitas	2.128.747	1.090.786
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-267.486	-407.789
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.242.457	-5.220.808
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-349.801	-436.336
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.428.722	-4.295.433
7.02.04	Outros	-463.934	-489.039
7.03	Valor Adicionado Bruto	9.747.633	10.184.744
7.04	Retenções	-4.028.576	-3.200.512
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.419.064	-2.859.633
7.04.02	Outras	-609.512	-340.879
7.04.02.01	Provisões (inclui atualização monetária)	-296.154	-249.691
7.04.02.02	Outras Despesas	-313.358	-91.188
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.719.057	6.984.232
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.329.032	30.457.132
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.289	-6.919
7.06.02	Receitas Financeiras	1.330.321	30.464.051
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	7.048.089	37.441.364
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	7.048.089	37.441.364
7.08.01	Pessoal	1.068.782	1.067.192
7.08.01.01	Remuneração Direta	748.391	753.639
7.08.01.02	Benefícios	223.386	215.049
7.08.01.03	F.G.T.S.	68.479	73.817
7.08.01.04	Outros	28.526	24.687
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.868.844	3.386.579
7.08.02.01	Federais	419.782	391.411
7.08.02.02	Estaduais	2.303.176	2.849.628
7.08.02.03	Municipais	145.886	145.540
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.140.945	3.694.354
7.08.03.01	Juros	2.804.380	1.610.448
7.08.03.02	Aluguéis	1.336.565	2.083.906
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.030.482	29.293.239
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-990.642	29.285.679
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-39.840	7.560

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO TRIMESTRAL 2T19



Comentário do Desempenho
DESTAQUES 2019**Divulgação de Resultados**

14 de agosto de 2019

Teleconferência em Inglês

15 de agosto de 2019

10:00h [Brasília]/09:00h [NY] / 14:00h [UK]

Webcast: [clique aqui](#)

Telefone: +1 866 890 2584 [US]/

+55 [11] 2188-0155 [Outros]/ Senha: Oi

Replay disponível até 22/08/2019:

+55 [11] 2188-0400

Senha do Replay: Oi

Teleconferência em PortuguêsTRADUÇÃO
SIMULTÂNEA

15 de agosto de 2019

10:00h [Brasília]/09:00h [NY] / 14:00h [UK]

Webcast: [clique aqui](#)

Telefone: +55 [11] 2188-0155

Senha: Oi

Replay disponível até 22/08/2019:

+55 [11] 2188-0400

Senha do Replay: Oi

Informações e Resultados Consolidados [Não Auditados]

Este relatório contempla o desempenho operacional e financeiro da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial [“Oi S.A.” ou “Oi” ou “Companhia”] – e de suas subsidiárias no segundo trimestre de 2019.





DESTAQUES 2T19 DAS OPERAÇÕES BRASILEIRAS

○ **2,8 MILHÕES DE CASAS PASSADAS (HP'S) COM FIBRA (FTTH) AO FINAL DE JULHO**

- Expectativa de 4,6 milhões de HPs em 2019 e 16 milhões de HPs em 2021.

○ **10,2% DE PENETRAÇÃO DE CASAS CONECTADAS (HC'S) SOBRE CASAS PASSADAS (HP'S) COM FIBRA EM JULHO**

- No mês de julho atingimos 291 mil clientes conectados com FTTH.

○ **33% EM MARKET SHARE DE ADIÇÕES LÍQUIDAS DE PÓS-PAGO NO 2T19**

- Intensificação da atividade comercial, aliada a novas ofertas e incentivo à migração contribuíram para o forte desempenho da base de pós-pago nos últimos trimestres.

○ **11,5% DE CRESCIMENTO ANUAL DE RECEITA DE CLIENTES PÓS-PAGO**

- Forte expansão da base se traduz em aceleração do crescimento da receita de pós-pago.

○ **27% DE CRESCIMENTO ANUAL DA RECEITA DE TI DO CORPORATIVO**

- A receita de TI é um dos principais drivers de crescimento para o segmento corporativo, em função do seu alto valor agregado.

Comentário do Desempenho

DESTAQUES 2T19



Sumário

Tabela 1 – Destaques

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	2T19	2T18	1T19	Δ Ano	Δ Tri.	2019	2018	Δ Ano
Oi S.A. Consolidado								
Receita Líquida Total	5.091	5.545	5.130	-8,2%	-0,8%	10.221	11.214	-8,8%
EBITDA de Rotina	1.218	1.563	1.251	-22,1%	-2,6%	2.468	3.135	-21,3%
Margem EBITDA de Rotina (%)	23,9%	28,2%	24,4%	-4,3 p.p.	-0,5 p.p.	24,1%	28,0%	-3,8 p.p.
EBITDA de Rotina com IFRS 16	1.599	n.a.	1.627	n.a.	-1,8%	3.226	n.a.	n.a.
Margem EBITDA de Rotina (%) - Com IFRS 16	31,4%	n.a.	31,7%	n.a.	-0,3 p.p.	31,6%	n.a.	n.a.
Lucro [Prejuízo] Líquido atribuído aos acionistas controladores	-1.559	-1.258	588	24,0%	n.m.	-991	29.286	n.m.
Dívida Líquida	12.573	10.021	10.107	25,5%	24,4%	12.573	10.021	25,5%
Caixa Disponível	4.296	5.199	6.267	-17,4%	-31,5%	4.296	5.199	-17,4%
CAPEX	2.061	1.368	1.725	50,7%	19,5%	3.786	2.495	51,7%

em R\$ milhões ou indicado de outra forma	2T19	2T18	1T19	Δ Ano	Δ Tri.	2019	2018	Δ Ano
BRASIL								
Unidades Geradoras de Receita [Mil]	55.870	59.071	56.623	-5,4%	-1,3%	55.870	59.071	-5,4%
Residencial	14.011	15.413	14.336	-9,1%	-2,3%	14.011	15.413	-9,1%
Mobilidade Pessoal	34.701	36.477	34.894	-4,9%	-0,6%	34.701	36.477	-4,9%
B2B	6.761	6.541	6.774	3,4%	-0,2%	6.761	6.541	3,4%
Telefones públicos	396	640	619	-38,1%	-36,0%	396	640	-38,1%
Receita Líquida Total	5.046	5.490	5.086	-8,1%	-0,8%	10.132	11.112	-8,8%
Receita Líquida de Serviços ⁽¹⁾	5.004	5.452	5.038	-8,2%	-0,7%	10.042	11.027	-8,9%
Residencial	1.857	2.114	1.880	-12,1%	-1,2%	3.738	4.315	-13,4%
Mobilidade Pessoal	1.691	1.756	1.699	-3,7%	-0,4%	3.390	3.524	-3,8%
Clientes	1.633	1.638	1.624	-0,3%	0,6%	3.257	3.274	-0,5%
B2B	1.418	1.524	1.417	-7,0%	0,1%	2.834	3.072	-7,7%
Receita Líquida de Clientes ⁽²⁾	4.900	5.280	4.819	-7,2%	-0,4%	9.819	10.654	-7,8%
EBITDA de Rotina	1.208	1.555	1.239	-22,4%	-2,5%	2.446	3.122	-21,6%
Margem EBITDA de Rotina (%)	23,9%	28,3%	24,4%	-4,4 p.p.	-0,4 p.p.	24,1%	28,1%	-4,0 p.p.
CAPEX	2.057	1.366	1.718	50,6%	19,8%	3.774	2.490	51,6%
EBITDA de Rotina - CAPEX	-849	190	-479	-547,5%	77,4%	-1.328	632	-310,2%

(1) Exclui receita de aparelhos.

(2) Exclui receita de aparelhos e uso de rede.



Comentário do Desempenho

DESTAQUES 2019

IFRS 16 - Arrendamentos

A partir de 01 de janeiro de 2019, a Companhia passou a adotar as normas do IFRS 16 que entraram em vigor. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial.

Para fins de comparabilidade com os períodos anteriores, excluimos os efeitos desta norma nas seções deste documento e destacamos ao final todos os efeitos da adoção da norma do IFRS 16, conforme Tabelas 17 e 18.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS



Receita Líquida

Tabela 2 – Composição da Receita Líquida

R\$ Milhões	Trimestre					6 meses			Composição %	
	2T19	2T18	1T19	Δ Ano	Δ Tri.	2019	2018	Δ Ano	2T19	2T18
Receita Líquida Total Consolidada	5.091	5.545	5.130	-8,2%	-0,8%	10.221	11.214	-8,8%	100%	100%
Brasil	5.046	5.490	5.086	-8,1%	-0,8%	10.132	11.112	-8,8%	99,1%	99,0%
Residencial	1.857	2.114	1.880	-12,1%	-1,2%	3.738	4.315	-13,4%	36,5%	38,1%
Mobilidade Pessoal	1.732	1.793	1.745	-3,4%	-0,8%	3.477	3.608	-3,6%	34,0%	32,3%
Serviços	1.691	1.756	1.699	-3,7%	-0,4%	3.390	3.524	-3,8%	33,2%	31,7%
Clientes	1.633	1.638	1.624	-0,3%	0,6%	3.257	3.274	-0,5%	32,1%	29,5%
Uso de Rede	58	117	75	-60,2%	-21,8%	133	250	-46,8%	1,1%	2,1%
Material de Revenda	41	37	46	8,5%	-12,8%	87	84	3,0%	0,8%	0,7%
B2B	1.419	1.525	1.418	-6,9%	0,1%	2.837	3.072	-7,6%	27,9%	27,5%
Outros serviços	38	58	42	-35,2%	-11,5%	80	116	-31,2%	0,7%	1,0%
Operações Internacionais	45	55	44	-18,5%	2,6%	89	102	-12,2%	0,9%	1,0%
Brasil										
Receita Líquida de Serviços	5.004	5.452	5.038	-8,2%	-0,7%	10.042	11.027	-8,9%	98,3%	98,3%
Receita Líquida de Clientes	4.900	5.280	4.919	-7,2%	-0,4%	9.819	10.654	-7,8%	96,2%	95,2%

No 2T19, a receita líquida consolidada atingiu R\$ 5.091 milhões, queda de 8,2% em relação ao 2T18 e de 0,8% em relação ao trimestre anterior. No trimestre, a receita líquida das operações brasileiras ("Brasil") totalizou R\$ 5.046 milhões [-8,1% em comparação com o 2T18 e -0,8% em relação ao 1T19] e a receita líquida das operações internacionais (África e Timor Leste) foi de R\$ 45 milhões, queda de 18,5% em relação ao 2T18 e incremento de 2,6% em relação ao trimestre passado.

BRASIL

A receita líquida das operações brasileiras totalizou R\$ 5.046 milhões, redução de 8,1% na comparação com o 2T18. Os três segmentos (Residencial, Mobilidade Pessoal e B2B) continuam sendo impactados pela queda do tráfego de voz. Por outro lado, o crescimento da receita de dados do segmento de Mobilidade Pessoal, da receita de FTTH do Residencial e de TI do Corporativo compensaram parcialmente essa queda.

Na comparação trimestral já é possível observar melhoria na tendência, com a variação sequencial se aproximando de uma estabilidade [-0,8%, em relação ao 1T19]. O crescimento da base de clientes de Fibra e o forte crescimento do Pós-pago na mobilidade vêm ajudando a compensar parte da queda nos serviços de cobre (voz fixa e banda larga) e de Pré-pago, reduzindo consistentemente o ritmo de queda da receita total.

A receita líquida total de serviços, que exclui a receita de venda de aparelhos, totalizou R\$ 5.004 milhões no 2T19, -8,2% em comparação ao 2T18 e -0,7% em comparação ao 1T19. A receita líquida total de clientes, que exclui a receita de venda de aparelhos e de uso de rede, totalizou R\$ 4.900 milhões no período, -7,2% versus o 2T18 e -0,4% versus o 1T19.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS



Residencial

Tabela 3 – Receita Líquida, UGRs e ARPU do segmento Residencial

	2T19	2T18	1T19	Δ Ano	Δ Tri.	2019	2018	Δ Ano
Residencial								
Receita Líquida [R\$ Milhões]	1.857	2.114	1.880	-12,1%	-1,2%	3.738	4.315	-13,4%
Unidades Geradoras de Receitas [UGRs] - Mil	14.011	15.413	14.336	-9,1%	-2,3%	14.011	15.413	-9,1%
Linhas fixas em serviço	7.770	8.821	8.004	-11,9%	-2,9%	7.770	8.821	-11,9%
Banda Larga Fixa	4.672	5.049	4.759	-7,5%	-1,8%	4.672	5.049	-7,5%
TV Paga	1.569	1.544	1.574	1,6%	-0,3%	1.569	1.544	1,6%
ARPU - Residencial [R\$]	78,9	79,4	77,5	-0,6%	1,8%	78,2	80,1	-2,3%

A receita líquida do segmento Residencial totalizou R\$ 1.857 milhões no 2T19, uma queda de 12,1% em relação ao 2T18. Na comparação trimestral, a receita do segmento reduziu 1,2% versus 1T19. A queda da receita líquida desacelerou em relação a trimestres anteriores em função principalmente da contínua expansão da fibra, que contribui para reduzir o impacto das perdas com as receitas do cobre. O Plano de Expansão da Fibra é a principal alavanca para a reversão da trajetória da receita do segmento Residencial.

Diante deste cenário, a Companhia segue acelerando os investimentos em fibra para levar banda larga de altíssima velocidade até a casa do cliente e oferecer uma melhor experiência, dando sequência à estratégia de rentabilizar o segmento. O projeto de expansão de Fibra e sua abordagem inovadora chamada de “Reuso de Rede” (FTTH) estão apresentando resultados consistentes. A Companhia alcançou 2,5 milhões de *Homes Passed* ao final de 2T19 e mais de 237 mil *Homes Connected*.

A Companhia registrou 14.011 mil UGRs no segmento Residencial ao final do 2T19, queda anual de 9,1% em comparação ao 2T18 e de 2,3% em relação ao 1T19, devido principalmente à redução da base de telefonia fixa, seguindo a tendência natural do mercado de redução do uso de voz e da base de banda larga cobre.

ARPU Residencial

O ARPU do segmento Residencial foi de R\$ 78,9 no 2T19, -0,6% na comparação anual. A variação trimestral foi positiva em 1,8%, impulsionada pelo crescimento do ARPU de Banda Larga e de TV paga no período.

Fixo

A Oi encerrou o trimestre com 7.770 mil clientes de telefonia fixa no segmento Residencial, redução de 11,9% comparada ao 2T18 e de 2,9% comparada ao 1T19. A telefonia fixa segue o processo de retração da demanda do mercado e sua crescente substituição pela telefonia móvel, mais especificamente por dados. Como consequência, o ARPU do fixo, considerando a interconexão, apresentou queda de 10,6% na comparação anual.

A estratégia da Companhia tem sido focar cada vez mais em ofertas convergentes e de maior rentabilização, como também em fidelizar a base de clientes, reduzindo as taxas de *churn* do segmento. No trimestre, o número de clientes que possuíam mais de um produto da Oi em suas residências cresceu 0,4 p.p em relação ao 2T18 permanecendo em linha na comparação com o 1T19.

**Comentário do Desempenho****RESULTADOS OPERACIONAIS****Banda Larga**

A Companhia contabilizava 4.672 mil UGRs de banda larga fixa no segmento Residencial ao final do 2T19, apresentando uma redução de 7,5% versus ao 2T18 e de 1,8% contra o trimestre anterior. A contratação de banda larga pelos clientes fixos alcançou 60,1%, maior valor histórico, que reforça a eficiência da estratégia comercial de venda conjunta dos serviços de voz, dados e TV.

A acirrada competição com os players regionais que atuam na oferta de serviços de banda larga em pequenas cidades, fora dos grandes centros urbanos, continua a ser o principal ofensor ao crescimento do produto.

A maior parte da base atual de banda larga da companhia é formada por acessos via cobre [VDSL e ADSL]. Como apresentado no plano estratégico, a Companhia continua a intensificar a atividade comercial com abordagem regionalizada e adotando medidas pontuais para adequar as ofertas para cada tipo de mercado consumidor. Ao mesmo tempo, acelera a expansão e migração dos clientes para a fibra, principal alavanca para a retomada do crescimento, com base no diferencial de infraestrutura da Oi.

FIBRA

No 2T19, a Companhia seguiu acelerando os investimentos por meio da abordagem de “Reuso”. Ao final do trimestre, foram alcançadas 2,5 milhões de casas passadas com fibra (*Homes Passed – HP’s*). Dessas, cerca de 800 mil *Homes Passed* foram construídas neste segundo trimestre. A companhia está atualmente operando com capacidade para construir mais de 350 mil *Homes Passed* por mês. Além disso, de acordo com o plano estratégico da Companhia, o objetivo é alcançar 4,6 milhões de casas passadas com fibra até o final de 2019 e chegar a 16 milhões ao final de 2021.

Encerramos o primeiro semestre de 2019 com mais de 237 mil casas conectadas (*Homes Connected – HC’c*) à Fibra, uma taxa de ocupação de 9,7%. Ao final do 2T19, a Oi Fibra já estava presente em 59 municípios. Em julho alcançamos 2,9 milhões de HPs e 290 mil casas conectadas, avançando para 10,2% de taxa de ocupação. Além disso, com a estratégia de aceleração da venda de FTTH, a Oi segue comercializando também o IPTV na fibra.

O foco estratégico da Companhia é alavancar a liderança indiscutível em fibra e infraestrutura, maximizando valor em todos os segmentos de negócios. Atualmente, a Oi possui mais de 360 mil quilômetros de fibra no país.

Oi TV Paga

A base de TV paga do Residencial, ao fim do segundo trimestre, foi 1,6% superior ao mesmo período de 2018 e ficou estável [-0,3%] quando comparada ao trimestre anterior, atingindo 1.569 mil UGRs.

As adições líquidas (*net adds*) de TV paga foram de 25mil UGRs em relação ao 2T18 e 5 mil UGRs desconectadas ao longo do 2T19. A penetração da TV paga em residências com telefonia fixa alcançou 20,2% no trimestre, um crescimento anual de 2,7 p.p. e sequencial de 0,5 p.p., reforçando a efetividade da venda conjunta dos produtos de Voz, Banda larga e TV. O ARPU do produto subiu 0,5% em relação ao 1T19.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS



Mobilidade Pessoal

Tabela 4 – Receita Líquida e UGRs do segmento Mobilidade Pessoal

	2T19	2T18	1T19	Δ Ano	Δ Tri.	2019	2018	Δ Ano
Mobilidade Pessoal								
Receita Líquida [R\$ Milhões]	1.732	1.793	1.745	-3,4%	-0,8%	3.477	3.608	-3,6%
Serviços	1.691	1.756	1.699	-3,7%	-0,4%	3.390	3.524	-3,8%
Clientes ⁽¹⁾	1.633	1.638	1.624	-0,3%	0,6%	3.257	3.274	-0,5%
Uso de Rede	58	117	75	-50,2%	-21,8%	133	250	-46,8%
Material de Revenda	41	37	46	8,5%	-12,8%	87	84	3,0%
Unidades Geradoras de Receitas [UGRs] - Mil	34.701	36.477	34.894	-4,9%	-0,6%	34.701	36.477	-4,9%
Pré-Pago	26.168	29.443	26.780	-11,1%	-2,3%	26.168	29.443	-11,1%
Pós-Pago ⁽²⁾	8.533	7.033	8.114	21,3%	5,2%	8.533	7.033	21,3%

(1) Exclui receita de aparelhos e uso de rede.

(2) Inclui: pós-pago, controle, serviços móveis convergentes e 3G (mini-modem).

A receita líquida de Mobilidade Pessoal totalizou R\$ 1.732 milhões no 2T19, uma redução de 3,4% em relação ao 2T18 e de 0,8% em comparação ao 1T19. Na comparação anual, os principais impactos negativos foram a redução da tarifa de interconexão e o encolhimento do segmento pré-pago, conforme também observado no primeiro trimestre de 2019. Do lado positivo, o crescimento da base de clientes pós-pago e da receita desses produtos têm contribuído para a reversão da curva de tendência negativa da receita.

O pré-pago segue uma tendência de retração no mercado e continua sendo impactado pela lenta recuperação econômica e altas taxas de desemprego. Além disso, a redução das tarifas de interconexão e o processo de migração de voz para dados também contribuíram para a queda das receitas do pré-pago. Por outro lado, esse movimento observado no pré-pago beneficia o pós-pago com a migração de clientes para ofertas mais atraentes. Com isso, crescemos nossa base de clientes pós em 1.500 mil usuários comparado ao 2T18.

Atualmente, a maior parte das receitas de mobilidade advém dos planos pós-pago. O desempenho positivo dos produtos pós-pagos é resultado da estratégia de conversão dos clientes de pré-pago, combinada com o novo portfólio de ofertas da Oi, mais simples e alinhado à tendência do mercado de migração de serviços de voz para dados. O lançamento do novo portfólio foi suportado pelos contínuos investimentos em cobertura 4G e 4,5G, que proporcionam incremento de capacidade de tráfego na rede, com melhor performance de uso e, consequentemente, melhoria substancial da experiência do cliente.

A receita de clientes, que exclui interconexão e aparelhos, totalizou R\$ 1.633 milhões no 2T19, em linha com o ano anterior [-0,3%] e 0,6% maior que no 1T19. No mesmo período, a receita de dados totalizou R\$1.372 milhões, crescimento anual de 23,7% e de 2,9% em relação ao trimestre anterior, atingindo 84,0% do total da receita de clientes no trimestre [contra 67,7% no 2T18].

A receita de uso de rede somou R\$ 58 milhões, redução de 50,2% na comparação com mesmo período de 2018 e 21,8% na comparação trimestral. A comparação anual é impactada pela redução das tarifas de VUM. Em relação às vendas de aparelhos, a receita totalizou R\$ 41 milhões, crescimento de R\$ 3 milhões comparado ao mesmo período do ano anterior e redução de R\$ 6 milhões em comparação ao 1T19.

A Oi encerrou o segundo trimestre de 2019 com 34.701 mil UGRs em Mobilidade Pessoal, queda de 4,9% em relação ao mesmo período de 2018. Na comparação anual, a Companhia teve 1.775 mil desconexões líquidas

**Comentário do Desempenho****RESULTADOS OPERACIONAIS**

no 2T19 versus 2T18, destas 3.275 mil desconexões foram no pré-pago e 1.500 mil adições no pós-pago. Na análise sequencial, as UGRs caíram 0,6%. O segmento pré-pago apresentou redução de 2,3%, finalizando o período com 26.168 linhas e o pós-pago teve 420 mil adições líquidas, crescimento de 5,2%, terminando o semestre em 8.533 UGRs.

A base total de clientes móveis da Oi [Mobilidade Pessoal + B2B] totalizou 37.513 mil UGRs no 2T19. Desses, 2.812 mil no segmento B2B.

Pré-pago

O segmento pré-pago terminou o segundo semestre de 2019 com 26.168 mil UGRs, redução de 11,1% em relação ao mesmo período de 2018. Alguns fatores influenciam estes dados: (i) a política de desconexão de clientes inativos; (ii) a migração de clientes de pré-pago para pós-pago; (iii) a tendência de consolidação de chips no mercado. O total de recargas apresentou queda de 6,6% em relação ao 2T18 e de 1,3% comparado ao trimestre anterior. Já o número de inseridores diminuiu em 2,0% comparado ao 1T19 e 10,3% na comparação com 2T18. As duas principais razões para essas reduções, como já citado, foram: (i) encolhimento do mercado de pré-pago como um todo e (ii) alta taxa de desemprego, que tem efeito direto na receita do segmento. O impacto na receita, incluindo longa distância, foi de -10,3% na comparação anual e -1,1% em relação ao 1T19. Desta forma, o ARPU do pré-pago caiu 1,4% em relação ao 2T18, mas subiu 0,6% em relação ao 1T19.

Pós-pago

A Oi encerrou o segundo trimestre de 2019 com 8.533 mil UGRs no pós-pago, crescimento de 21,3% comparado ao mesmo período de 2018 e 5,2% na comparação trimestral, reflexo das estratégias de migração do cliente de pré-pago para pós-pago e de ofertas mais competitivas. As adições brutas cresceram 68,4% no ano e 12,7% entre um trimestre e outro, resultando em *net adds* de 1.500 mil UGRs no ano e 420 mil UGRs no trimestre. O *market share* de *net adds* acelerou o ritmo de crescimento e atingiu 33% no 2T19. Com isso, o segmento já representa 24,6% da base total de Mobilidade Pessoal, com tendência de crescimento para os próximos trimestres.

Os resultados positivos nos físicos são percebidos em termos de receita, que incluindo longa distância, cresceu 11,5% contra o 2T18 e 2,5% em relação ao 1T19. A simplificação e inovação das novas ofertas, intensificação comercial, estratégia de ofertas regionalizadas e o *refarming* da faixa de frequência de 1.8Ghz para o 4G e 4,5G foram os principais fatores que possibilitaram esses resultados no pós-pago.

Cobertura 2G, 3G, 4G e 4.5G

A cobertura 2G da Oi está presente em 3.451 municípios (correspondendo a 93% da população urbana do país). No mesmo período, a cobertura 3G abrangia 1.644 municípios (+0,9% versus 2T18) ou 82% da população urbana brasileira.

No trimestre, o acesso 4G alcançou 907 municípios, aumento de 9% em relação ao 2T18, representando 74% da população urbana brasileira, +1 p.p. em relação ao 2T18. Além disso, a cobertura de 4.5G alcançou 34 municípios, cerca de 12% da população urbana.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS



ARPU Móvel

O ARPU móvel da Companhia ficou em R\$ 16,09 no 2T19, valor 0,2% superior que o apresentado no ano passado e 0,1% maior que o do trimestre anterior. Excluindo a receita de VU-M, o ARPU móvel cresceu 3,7% na comparação com 2T18 e 1,0% na comparação com o trimestre anterior.

B2B

Tabela 5 – Receita Líquida e UGRs do segmento B2B

	2T19	2T18	1T19	Δ Ano	Δ Tri.	2019	2018	Δ Ano
B2B								
Receita Líquida (R\$ Milhões)	1.419	1.525	1.418	-6,9%	0,1%	2.837	3.072	-7,6%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs) – Mil	6.761	6.541	6.774	3,4%	-0,2%	6.761	6.541	3,4%
Fixa	3.420	3.580	3.471	-4,5%	-1,5%	3.420	3.580	-4,5%
Banda larga	515	542	524	-5,0%	-1,7%	515	542	-5,0%
Móvel ⁽¹⁾	2.812	2.407	2.765	16,8%	1,7%	2.812	2.407	16,8%
TV Paga	15	13	14	15,3%	6,3%	15	13	15,3%

(1) Inclui: pós-pago, controle, serviços móveis convergentes e 3G (mini-modem).

A receita líquida do seguimento B2B totalizou R\$ 1.419 milhões no segundo trimestre de 2019, recuo de 6,9% em relação ao mesmo período de 2018, principalmente devido à redução do tráfego de voz, uma tendência em todo o mercado, e também ao corte nas tarifas reguladas de interconexão [VU-M] e de ligações fixo-móvel [VC]. Na comparação com o 1T19, a receita líquida apresentou estabilidade e cresceu 0,1%. A lenta recuperação econômica é um fator que vem retardando a recuperação do segmento.

A Companhia se manteve competitiva e encerrou o 2T19 com 6.761 mil UGRs, um aumento de 3,4% comparado ao 2T18 e em linha [-0,2%] com o trimestre anterior. Principalmente em função do aumento da base móvel [+16,8% versus 2T18 e +1,7% versus 1T19] e da base de TV paga [+15,3% versus 2T18 e +6,3% versus 1T19]. As adições líquidas no 2T19 totalizaram 220 mil UGRs em relação ao 2T18 e -13 mil UGRs quando comparadas ao 1T19.

O Corporativo apresentou novo crescimento anual e sequencial das UGRs. A estratégia da Companhia para incrementar a receita é intensificar a oferta por soluções digitais e de TI, melhorando o mix de receitas e atendendo ao crescimento das demandas por projetos corporativos. A Oi se tornará integradora e provedora de soluções de telecomunicações e TI através de um posicionamento consultivo e customizado, criando valor para o cliente. Estamos oferecendo um portfólio abrangente de soluções de TI, impactando o cliente em toda a cadeia de valor, desde conectividade até soluções de ICT, com foco em IoT, nuvem, terceirização e serviços profissionais, entre outros serviços estratégicos. Com isso, a Receita líquida de TI cresceu 26,8% comparada ao 2T18 e 3,9% na comparação sequencial.

Em relação às Pequenas e Médias Empresas (PMEs), a Companhia está adotando a estratégia do Corporativo para Médias Empresas e a estratégia do B2C para as Pequenas Empresas, dadas as suas semelhanças de mercado. A Oi segue regionalizando as ofertas e intensificando suas ações comerciais em conjunto com a abordagem do “Reuso de Rede” para a oferta de FTTH.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS



No segmento de Atacado, a estratégia continua sendo de aumentar a participação das receitas não reguladas no total de receitas. Além disso, expandir as oportunidades investindo em Last Mile e fibra no site, aproveitando nossa infraestrutura extensiva e não replicável. Para 2019, o segmento ainda busca capturar oportunidades na expansão da fibra e na preparação da rede para o 5G.

Com a crescente demanda de dados, aceleração do projeto de fibra e seu diferencial de infraestrutura, a Companhia objetiva se posicionar como principal provedor nacional de rede de transporte e transmissão e facilitador da infraestrutura 5G no Brasil, capturando um enorme potencial de valor no mercado de atacado.

Adicionalmente, a companhia espera alavancar esta mesma capilaridade de fibra para também se reposicionar no mercado Corporativo, como um provedor de soluções integradas de Telecom e ICT e capturar uma fatia cada vez maior de receita deste mercado crescente.

Custos e Despesas Operacionais

Tabela 6 – Composição dos Custos e Despesas Operacionais de Rotina

R\$ Milhões	2T19	2T18	1T19	Δ Ano	Δ Tri.	2019	2018	Δ Ano
Custos e Despesas Operacionais de Rotina								
Brasil	3.839	3.934	3.847	-2,4%	-0,2%	7.686	7.990	-3,8%
Pessoal	589	589	594	0,0%	-0,8%	1.184	1.190	-0,5%
Interconexão	104	158	136	-34,2%	-23,5%	239	346	-30,9%
Serviços de terceiros	1.493	1.438	1.487	3,8%	0,4%	2.980	2.848	4,6%
Serviço de manutenção da rede	256	271	275	-5,5%	-6,7%	531	549	-3,3%
Custos de aparelhos e outros	44	32	48	34,6%	-8,1%	91	70	29,9%
Publicidade e Propaganda	113	98	71	16,0%	59,4%	185	163	13,2%
Aluguéis e seguros	1.053	1.053	1.038	0,0%	1,5%	2.091	2.081	0,4%
Provisões para contingências	54	68	59	-20,3%	-8,4%	114	160	-28,9%
Provisão para devedores duvidosos	130	198	137	-34,2%	-4,9%	268	401	-33,2%
Tributos e outras despesas (receitas)	1	28	3	-95,7%	-56,4%	4	181	-97,8%
Operações Internacionais	35	48	32	-27,3%	8,6%	67	89	-24,4%
OPEX de rotina	3.874	3.983	3.879	-2,7%	-0,1%	7.753	8.079	-4,0%
Efeito IFRS 16	-381	0	-377	-	-	-758	0	-
OPEX de rotina (Ajustado)	3.493	3.983	3.503	-12,3%	-0,3%	6.995	8.079	-13,4%

No 2T19, os custos e despesas operacionais consolidados de rotina, que incluem as operações internacionais, totalizaram R\$ 3.874 milhões, 2,7% menor que no mesmo período de 2018 e 0,1% menor que no trimestre anterior.

O Opex de rotina das operações brasileiras totalizou R\$ 3.839 milhões, redução de 2,4% em relação ao 2T18 e 0,2% menor que no 1T19. Considerando a taxa de inflação (IPCA) de 3,37% nos últimos 12 meses, este desempenho significou uma redução real de 5,61% em relação ao 2T18.

As reduções de custos e despesas vêm sendo pautadas em melhoria da eficiência e produtividade, como pode ser comprovado pelas contínuas melhoras dos indicadores operacionais, de qualidade e de transformação digital.

**Comentário do Desempenho****RESULTADOS OPERACIONAIS****Pessoal**

No 2T19, as despesas de pessoal atingiram R\$ 589 milhões, ficando em linha com o comparativo anual (R\$ 589 milhões) e sequencial (R\$ 594 milhões).

Interconexão

No trimestre, os custos de interconexão das operações brasileiras totalizaram R\$ 104 milhões, apresentando uma queda de 34,2% e 23,5% em comparação ao 2T18 e 1T19, respectivamente. Isso ocorreu, principalmente, devido à queda das tarifas reguladas.

Serviços de Terceiros

Os custos e despesas com serviços de terceiros no Brasil foram R\$ 1.493 milhões, 3,8% maior que no 2T18, principalmente devido a intensificação da atividade comercial da Companhia, impactando as despesas comerciais.

Serviços de Manutenção de Rede

No 2T19, os custos e despesas com serviços de manutenção de rede das operações brasileiras totalizaram R\$ 256 milhões, queda de 5,5% em relação ao 2T18 e redução de 6,7% na comparação sequencial. Esta redução ocorreu principalmente devido a menores gastos com TUP, conforme aprovação do PGMU e ganhos com renegociações contratuais.

A redução nos custos e despesas com serviços de manutenção da rede é resultado do contínuo esforço para aumento da eficiência das operações de campo e da digitalização de processos e atendimento [CO Digital].

Custos de Aparelhos / Outros [CPV]

Os custos de aparelhos das operações brasileiras foram de R\$ 44 milhões, crescimento de 34,6% na comparação com o 2T18, em função da alteração da estratégia da companhia ao longo do período, com maior agressividade no pós-pago, oferecendo maiores descontos na venda de aparelhos.

Na comparação com o 1T19, a redução de 8,1% foi consequência do menor volume de *handsets* vendidos.

Publicidade e Propaganda

No trimestre, as despesas com publicidade e propaganda totalizaram R\$ 113 milhões, aumento de 16% em comparação ao 2T18 referente ao incremento das campanhas comerciais.

No segundo trimestre, a Companhia seguiu intensificando a atividade comercial. Em relação ao trimestre anterior, ocorreu um aumento de 59,4% devido a gastos com publicidade sazonal da campanha de dia das Mães e ofertas de telefonia Pré, Pós e serviços de Fibra.

Aluguéis e Seguros

As despesas com aluguéis e seguros nas operações brasileiras foram de R\$ 1.053 milhões no 2T19, em linha com os valores de 2T18 e ligeira alta de 1,5% em comparação ao 1T19 em função de gastos com satélites.



Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

Provisões para Contingências

No trimestre, as provisões para contingências nas operações brasileiras somaram R\$ 54 milhões, uma redução de 20,3% comparada ao 2T18. A queda é explicada pelo menor volume de provisões cível estratégico, provisões da Anatel e provisões trabalhistas. Tais ganhos foram atenuados por maior volume de entradas fiscais e societárias. Na comparação com o 1T19, a redução foi de R\$ 5 milhões.

Provisões para Devedores Duvidosos – PDD

No 2T19, as provisões para devedores duvidosos totalizaram R\$ 130 milhões, queda 34,2% na comparação anual em função de melhora na adimplência do Varejo. Na comparação sequencial, as provisões para devedores duvidosos foram reduzidas em 4,9%.

EBITDA

Tabela 7 – EBITDA e Margem EBITDA

	2T19	2T18	1T19	Δ Ano	Δ Tri.	2019	2018	Δ Ano
Oi S.A.								
EBITDA de Rotina (R\$ milhões)	1.218	1.563	1.251	-22,1%	-2,6%	2.468	3.135	-21,3%
Brasil	1.208	1.555	1.239	-22,4%	-2,5%	2.446	3.122	-21,6%
Operações Internacionais	10	7	12	39,7%	-13,9%	22	13	74,4%
Margem EBITDA de Rotina [%]	23,9%	28,2%	24,4%	-4,3 p.p.	-0,5 p.p.	24,1%	28,0%	-3,8 p.p.
Brasil	23,9%	28,3%	24,4%	-4,4 p.p.	-0,4 p.p.	24,1%	28,1%	-4,0 p.p.
Operações Internacionais	22,5%	13,1%	26,8%	9,4 p.p.	-4,3 p.p.	24,6%	12,4%	12,2 p.p.
Efeito IFRS 16	381	0	377	n.m.	n.m.	758	0	-
EBITDA de Rotina (R\$ milhões) – Ajustado	1.599	1.563	1.627	2,3%	-1,8%	3.226	3.135	2,9%
Itens Não Rotina (R\$ milhões)	-167	156	987	n.m.	n.m.	820	156	n.m.
EBITDA (R\$ milhões) – Ajustado	1.431	1.719	2.615	-16,7%	-45,3%	5.887	12.589	-53,2%
Brasil	1.421	1.712	2.603	-17,0%	-45,4%	5.878	12.444	-52,8%
Operações Internacionais	10	7	12	39,7%	-13,9%	9	146	-93,9%
Margem EBITDA [%]	28,1%	31,0%	51,0%	-2,9 p.p.	-22,9 p.p.	57,6%	112,3%	-54,7 p.p.

No 2T19, o EBITDA consolidado de rotina alcançou R\$ 1.218 milhões, queda de 22,1% em relação ao 2T18 e um pouco inferior ao 1T19 [-2,6%] de R\$ 1.251 milhões.

O EBITDA de rotina das operações brasileiras atingiu R\$ 1.208 milhões no 2T19, uma queda de 22,4% em relação ao ano anterior e de 2,5% em relação ao trimestre passado. A margem EBITDA de rotina das operações brasileiras foi de 23,9%, redução de 4,4 p.p em relação a do 2T18 e em linha com a do 1T19 [-0,4 p.p.]. O resultado do Ebitda é explicado pela queda nas receitas, principalmente no segmento Residencial, acima da redução de custos feita pela companhia.

O EBITDA de rotina das outras operações internacionais (África e Timor Leste) totalizou R\$ 10 milhões no trimestre, comparado a R\$ 7 milhões no 2T18 e R\$ 12 milhões no 1T19.

Os Itens não rotina, no total negativo de R\$ 167 milhões no 2T19, se referem a baixa oriunda da conciliação de créditos e incentivos fiscais de períodos anteriores, sem expectativa de realização.



Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

Investimentos

Tabela 8 – Investimentos

R\$ Milhões	2T19	2T18	1T19	Δ Ano	Δ Tri.	2019	2018	Δ Ano
Investimentos								
Brasil	2.057	1.366	1.718	50,6%	19,8%	3.774	2.490	51,6%
Operações Internacionais	4	2	7	72,9%	-48,9%	11	5	121,7%
Total	2.061	1.368	1.725	50,7%	19,5%	3.786	2.495	51,7%

Os investimentos [Capex] consolidados da Companhia, considerando as operações internacionais, totalizaram R\$ 2.061 milhões no 2T19, aumento de 50,7% no comparativo anual e uma aceleração de 19,5% quando comparado ao 1T19. Quando olhamos as operações brasileiras, o Capex foi de R\$ 2.057 milhões no 2T19, alta de 50,6% em relação ao ano anterior e de 19,5% em relação ao trimestre anterior, intensificando a estratégia da cia de acelerar projetos em relação a Fibra e Banda Larga Móvel 4,5G.

O crescimento do Capex no 2T19, em especial, reflete a aceleração dos investimentos previstos no Plano de Estratégico da Companhia com foco principal na expansão de FTTH, oferecendo banda larga de alta velocidade, além da expansão da cobertura móvel 4G e 4,5G.



Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

Fluxo de Caixa Operacional (EBITDA de rotina – Capex)

Tabela 9 – Fluxo de Caixa Operacional

R\$ Milhões	2T19	2T18	1T19	Δ Ano	Δ Tri.	2019	2018	Δ Ano
Oi S.A.								
EBITDA de Rotina	1.218	1.563	1.251	-22,1%	-2,6%	2.468	3.135	-21,3%
Capex	2.061	1.368	1.725	50,7%	19,5%	3.786	2.495	51,7%
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina [EBITDA – Capex]	-843	195	-475	-532,6%	-77,7%	-1.318	639	-306,0%
Efeito IFRS 16	381	0	377	-	-	758	0	-
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina [EBITDA – Capex] – Ajustado	-462	195	-98	-337,1%	-373,2%	-560	639	-187,5%

Tabela 10 – Fluxo de Caixa Operacional das Operações Brasileiras

R\$ Milhões	2T19	2T18	1T19	Δ Ano	Δ Tri.	2019	2018	Δ Ano
Oi S.A.								
EBITDA de Rotina	1.208	1.555	1.239	-22,4%	-2,5%	2.446	3.122	-21,6%
Capex	2.057	1.366	1.718	50,6%	19,8%	3.774	2.490	51,6%
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina [EBITDA – Capex]	-849	190	-479	-547,5%	-77,4%	-1.328	632	-310,2%
Efeito IFRS 16	381	0	377	-	-	758	0	-
Fluxo de Caixa Operacional de Rotina [EBITDA – Capex] – Ajustado	-469	190	-102	-346,9%	-359,2%	-571	632	-190,3%

No 2T19, o fluxo de caixa operacional consolidado de rotina [EBITDA de rotina menos Capex] foi negativo em R\$ 843 milhões e, nas operações brasileiras, foi negativo em R\$ 849 milhões, principalmente em função da aceleração dos investimentos no período e das receitas menores, que impactaram o Ebitda, conforme mencionado anteriormente nas seções *Investimentos* e *Receitas*.



Comentário do Desempenho

RESULTADOS OPERACIONAIS

Depreciação / Amortização

Tabela 11 – Depreciação e Amortização

R\$ Milhões	2T19	2T18	1T19	Δ Ano	Δ Tri.	2019	2018	Δ Ano
Depreciação e Amortização								
Total	1.496	1.591	1.463	-6,0%	2,3%	2.959	2.860	3,5%
Efeito IFRS 16	233	0	227	-	-	461	0	-
Total [Ajustado]	1.729	1.591	1.690	8,7%	2,4%	3.419	2.860	19,6%

As despesas com depreciação e amortização da Companhia totalizaram R\$ 1.496 milhões, apresentando uma queda de 6,0% em relação ao 2T18 e um aumento de 2,3% na comparação com o 1T19.



Comentário do Desempenho

RESULTADOS FINANCEIROS

Resultados Financeiros

Tabela 12 – Resultado Financeiro (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	2T19	2T18	1T19	2019	2018
Oi S.A. Consolidado					
Juros Líquidos [s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financ.]	-330	-291	-300	-630	2.753
Amortização do ajuste a valor justo	-204	-227	-215	-420	-326
Resultado Cambial Líquido [s/ Aplicações Fin. e Emprést. e Financiamentos]	125	-827	-96	29	-1.050
Outras Receitas / Despesas Financeiras	-732	146	647	-86	27.603
Resultado Financeiro Líquido Consolidado	-1.142	-1.199	35	-1.106	28.980
Efeito IFRS 16	-232	0	-237	-469	0
Resultado Financeiro Líquido Consolidado - Ajustado	-1.374	-1.199	-202	-1.575	28.980

O resultado financeiro líquido consolidado da Oi S.A. totalizou despesas de R\$1.374 milhões no trimestre, uma elevação sequencial de R\$1.172 milhões e um aumento de R\$175 milhões em relação ao 2T18.

No trimestre, o aumento das despesas financeiras é explicado pelo impacto negativo no item “Outras Receitas/ Despesas Financeiras”, reflexo, principalmente, do impacto positivo relativo à atualização monetária do crédito de PIS/COFINS sobre ICMS, contabilizado no 1T19, no valor de R\$1.025 milhões. O trimestre, no entanto, foi beneficiado pelo item “Resultado Cambial Líquido”, que contribuiu com receitas financeiras de R\$125 milhões devido à valorização do Real vs Dólar de 1,66%, comparado com desvalorização no trimestre anterior. Os itens “Juros Líquidos” e “Amortização do ajuste a valor justo” não apresentaram grandes variações na comparação sequencial.

No comparativo anual, vale ressaltar que no 2T18, o Real havia apresentado desvalorização de 16,01% frente ao Dólar, impactando negativamente as dívidas denominadas nesta moeda. Como consequência, a companhia apresentou despesa financeira de R\$ 827 milhões em “Resultado Cambial Líquido” naquele trimestre, contribuindo para as maiores despesas líquidas ex IFRS-16 do período.

Comentário do Desempenho

RESULTADOS FINANCEIROS



Lucro (Prejuízo) Líquido

Tabela 13 – Lucro (Prejuízo) Líquido (Oi S.A. Consolidado)

R\$ Milhões	2T19	2T18	1T19	Δ Ano	Δ Tri.	2019	2018	Δ Ano
Lucro (Prejuízo) Líquido								
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT)	-446	128	775	n.m.	n.m.	330	431	-23,6%
Resultado Financeiro	-1.142	-1.199	35	n.m.	-3326,9%	-1.106	28.980	n.m.
Imposto de Renda e Contribuição Social	-37	-162	-44	n.m.	n.m.	-82	-118	n.m.
Lucro (Prejuízo) Líquido das Operações Continuadas	-1.625	-1.233	766	31,8%	-312,1%	-859	29.293	n.m.
Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado	-1.625	-1.233	766	31,8%	-312,1%	-859	29.293	n.m.
Efeito IFRS 16	-85	0	-87	-	-	-172	0	-
Lucro (Prejuízo) Líquido Consolidado - Ajustado	-1.709	-1.233	679	38,6%	-351,8%	-1.030	29.293	n.m.
-atribuído aos acionistas controladores	-1.559	-1.258	568	24,0%	-374,3%	-991	29.286	n.m.
-atribuído aos acionistas não controladores	-150	25	110	n.m.	-236,1%	-40	8	n.m.

No 2T19, o resultado operacional da Companhia antes do resultado financeiro e dos tributos (EBIT) foi de negativos R\$ 446 milhões, comparado a R\$ 128 milhões no 2T18 e ao resultado positivo de R\$ 775 milhões do 1T19. A Companhia registrou resultado financeiro líquido negativo de R\$ -1.142 milhões e uma despesa de R\$ 37 milhões em Imposto de Renda e Contribuição Social, resultando em um Lucro líquido consolidado negativo de R\$ 1.625 milhões. Considerando os efeitos do IFRS 16, o Lucro Líquido Consolidado do período foi negativo em R\$ 1.709 milhões.



Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

Endividamento & Liquidez

Tabela 14 – Endividamento

R\$ Milhões	Jun/19	Jun/18	mar/19	% Dívida Bruta
Endividamento				
Curto Prazo	313	299	118	1,9%
Longo Prazo	16.555	14.921	16.256	98,1%
Dívida Total	16.868	15.220	16.373	100,0%
Em moeda nacional	8.160	7.120	7.894	48,4%
Em moeda estrangeira	8.714	8.100	8.491	51,7%
Swap	-6	0	-12	0,0%
(-) Caixa	-4.296	-5.199	-6.267	-25,5%
(=) Dívida Líquida	12.573	10.021	10.107	74,5%

A Oi S.A. apresentou dívida bruta consolidada de R\$ 16.868 milhões no 2T19, um aumento de 3,0% ou R\$ 495 milhões em relação ao registrado no 1T19 e de 10,8% ou R\$ 1.648 milhões versus 2T18. O aumento, tanto no trimestre quanto no comparativo anual, é resultado do *accrual* de juros e da amortização do ajuste a valor presente (AVP), que contribuem para o crescimento da dívida a cada período, o que foi parcialmente compensado pelo impacto positivo da valorização do Real vs Dólar no trimestre [1,7%] e no ano [0,6%] sobre a parcela da dívida denominada nesta moeda.

Ao final do 2T19, a parcela da dívida em moeda estrangeira representava 51,7% da dívida a valor justo e o prazo médio consolidado encontrava-se em cerca de 11 anos.

A companhia encerrou o trimestre com caixa consolidado de R\$ 4.296 milhões, uma redução de 31,5% em relação ao 1T19 e de 17,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, resultando em uma dívida líquida de R\$ 12.573 milhões no trimestre. A redução no caixa ocorreu, principalmente, em função das obrigações regulatórias e pontuais no trimestre, tais como Fistel e ônus da concessão, além da aceleração do Capex no período.



Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ

Tabela 15 – Posição de Caixa (Operações Brasileiras)

R\$ Milhões

Posição de Caixa 1T19	6.267
Ebitda de rotina	1.208
Capex	-2.057
Capital de giro	-412
Taxas Anatel	-680
Esfera legal	78
Operações financeiras	-107
Pagamento a Credores RJ	0
Posição de Caixa 2T19	4.296

Tabela 16 – Composição da Dívida Bruta

R\$ Milhões

Composição da Dívida Bruta - 2T19	Valor de Face	Ajuste a Valor Justo [AVJ]	Valor Justo
BNDES	3.784	-	3.784
Bancos Locais	8.912	[4.553]	4.359
ECAs	6.340	[4.063]	2.277
Bonds Qualificados	6.637	[780]	5.857
Facility "Não Qualificados"	334	[129]	205
Oferta Geral	4.268	[3.865]	404
Outros	-18	-	-18
Dívida Bruta Total	30.258	[13.390]	16.868

Comentário do Desempenho

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



Tabela 17 – Demonstração do Resultado do Exercício [Oi S.A. Consolidado]

R\$ Milhões	2T19	IFRS 16	2T19 [Com IFRS 16]	2019	IFRS 16	2019 [Com IFRS 16]
Receita Operacional Líquida	5.091	0	5.091	10.221	0	10.221
Custos e Despesas Operacionais	-4.041	381	-3.660	-6.933	758	-6.176
Pessoal	-600	-	-600	-1.204	-	-1.204
Interconexão	-105	-	-105	-241	-	-241
Serviços de terceiros	-1.511	-	-1.511	-3.010	-	-3.010
Serviço de manutenção da rede	-257	-	-257	-531	-	-531
Custo de aparelhos e outros	-46	-	-46	-96	-	-96
Publicidade e propaganda	-114	-	-114	-186	-	-186
Aluguéis e seguros	-1.055	381	-674	-2.094	758	-1.337
Provisões para contingências	-54	-	-54	-114	-	-114
Provisão para devedores duvidosos	-131	-	-131	-267	-	-267
Tributos e outras receitas [despesas]	-170	-	-170	810	-	810
EBITDA	1.050	381	1.431	3.288	758	4.046
Margem %	28,1%	n.m.	28,1%	39,6%	n.m.	39,6%
Depreciações e Amortizações	-1.496	-233	-1.729	-2.959	-461	-3.419
EBIT	-446	147	-298	330	297	627
Despesas Financeiras	-1.121	-232	-1.353	-2.437	-469	-2.906
Receitas Financeiras	-20	-	-20	1.330	-	1.330
Lucro [Prejuízo] Antes dos Impostos	-1.587	-85	-1.672	-777	-172	-949
Imposto de Renda e Contribuição Social	-37	-	-37	-82	-	-82
Lucro [Prejuízo] Líquido do Exercício	-1.625	-85	-1.709	-859	-172	-1.030
Margem %	-31,9%	n.m.	-33,8%	-10,1%	n.m.	-10,1%

Comentário do Desempenho

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES



Tabela 18 – Balanço Patrimonial [Oi S.A. Consolidado]

R\$ Milhões	30/06/2019	IFRS 16	30/06/2019 [Com IFRS 16]	31/03/2019	30/06/2018
TOTAL DO ATIVO	68.318	8.049	76.367	77.790	67.432
Ativo Circulante	21.937	0	21.937	24.058	23.256
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.061	0	4.061	6.030	5.096
Aplicações Financeiras	197	0	197	198	42
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	0	6	23	0
Contas a Receber	6.677	0	6.677	6.633	7.097
Estoques	319	0	319	300	259
Tributos Correntes e a Recuperar	651	0	651	611	853
Outros Tributos	1.726	0	1.726	1.716	968
Depósitos e Bloqueios Judiciais	1.522	0	1.522	1.535	1.508
Ativos Mantidos para Venda	4.781	0	4.781	4.813	5.082
Outros Ativos	1.997	0	1.997	2.199	2.350
Ativo Não Circulante	46.381	8.049	54.430	53.732	44.176
Realizável a Longo Prazo	10.028	0	10.028	9.943	9.071
Outros Tributos	1.913	0	1.913	1.889	677
Aplicações Financeiras	38	0	38	37	61
Depósitos e Bloqueios Judiciais	7.192	0	7.192	7.131	7.952
Outros Ativos	885	0	885	886	380
Investimentos	117	0	117	118	125
Imobilizado	29.726	8.049	37.775	36.929	27.171
Intangível	6.509	0	6.509	6.742	7.808

TOTAL DO PASSIVO	68.318	8.049	76.367	77.790	67.432
Passivo Circulante	10.543	1.467	12.010	12.012	8.973
Fornecedores	6.038	0	6.038	5.640	4.139
Arrendamentos a Pagar	0	1.467	1.467	1.422	0
Empréstimos e Financiamentos	319	0	319	129	299
Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0
Pessoal, Encargos Sociais e Benefícios	785	0	785	910	702
Provisões	506	0	506	534	781
Provisões para Fundo de Pensão	0	0	0	0	93
Tributos a Recolher e Diferidos	20	0	20	51	142
Outros Tributos	971	0	971	1.363	998
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	6	0	6	6	6
Passivos Associados a Ativos Mantidos para Venda	473	0	473	472	274
Autorizações e Concessões a Pagar	36	0	36	120	57
Outras Contas a Pagar	1.390	0	1.390	1.365	1.481
Passivo Não Circulante	31.816	6.681	38.497	38.347	30.834
Fornecedores	3.054	0	3.054	3.238	3.321
Arrendamentos a Pagar	0	6.681	6.681	6.675	0
Empréstimos e Financiamentos	16.555	0	16.555	16.256	14.922
Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0
Tributos a Recolher e Diferidos	53	0	53	0	3.273
Outros Tributos	639	0	639	634	893
Provisões	4.161	0	4.161	4.081	4.852
Provisões para Fundo de Pensão	610	0	610	593	571
Autorizações e Concessões a Pagar	0	0	0	0	0
Outras Contas a Pagar	6.743	0	6.743	6.871	3.001
Patrimônio Líquido	25.959	-100	25.859	27.430	27.625

**Comentário do Desempenho****INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES****Em tempo**

As principais tabelas divulgadas neste Relatório de Resultados em formato Excel estarão disponíveis no *website* da Companhia (www.ri.oi.com.br/), na seção “Informações Financeiras / Resultados Trimestrais”.

As definições de termos utilizados neste Relatório de Resultados também estão disponíveis no glossário do website da Companhia: http://ri.oi.com.br/oi2012/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=44320



Comentário do Desempenho

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Eventos Subsequentes

- Em 16 de julho de 2019, a Companhia dando continuidade aos Comunicados ao Mercado datados de 03 de dezembro de 2018 e 14 de janeiro de 2019, divulgou seu plano estratégico onde informa que está buscando opções estratégicas de futuro, com foco na melhoria da performance operacional e financeira, no contexto do processo de recuperação judicial. Destaca-se que o referido plano contempla projeções e estimativas *[guidance]* dos seguintes indicadores, baseados em premissas razoáveis, as quais estão sujeitas a diversos fatores, quais sejam:
 - Receita Líquida de Serviços [2019 – 2024] – *Compound Annual Growth Rate* [CARG > 2% a.a];
 - EBITDA de Rotina para o ano de 2019 [Intervalo entre R\$4,5 e 5,5 Bilhões];
 - EBITDA de Rotina [2019 – 2021] – *Compound Annual Growth Rate* [CARG 15%-20%].



Comentário do Desempenho

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

INSTRUÇÃO CVM 358, ART. 12: Acionistas controladores direta ou indiretamente e acionistas que elegem membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como qualquer outra pessoa física ou jurídica, ou grupo de pessoas, agindo como um grupo ou que representem os mesmos interesses, que atinge um interesse direto ou indireto representando cinco por cento (5%) ou mais de espécie ou classe de ações do capital de uma sociedade anônima de capital aberto, devem notificar a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Companhia do fato, de acordo com o artigo acima.

A Oi recomenda que seus acionistas cumpram com os termos do artigo 12 da Instrução CVM 358, mas não assume qualquer responsabilidade pela divulgação ou não de aquisições ou alienações de terceiros de interesse correspondentes a 5% ou mais de qualquer tipo ou classe de sua participação ou de direitos sobre essas ações ou outros valores mobiliários de sua emissão.

Tabela 19 – Ações do Capital Social da Companhia

	Ações do Capital Social	Em Tesouraria	Em circulação¹
Ordinárias	5.796.477.760	30.595	5.796.443.362
Preferenciais	157.727.241	1.811.755	155.915.482
Total	5.954.205.001	1.842.350	5.952.358.824

Posição acionária em 30/06/2019.

(1) As ações em circulação não consideram as ações detidas em tesouraria e pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.

**Comentário do Desempenho****DISCLAIMER**

Rio de Janeiro - 14 de agosto de 2019. Este relatório contempla informações financeiras e operacionais consolidadas da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial ["Oi S.A." ou "Oi" ou "Companhia"] e suas controladas diretas e indiretas em 30 de junho de 2019 que, seguindo instrução da CVM, estão sendo apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). Em função da sazonalidade do setor de serviços de telecomunicações em seus resultados trimestrais, a Companhia irá focar a comparação dos seus resultados financeiros com o mesmo período do ano anterior.

Este relatório contém projeções e/ou estimativas de eventos futuros. As projeções aqui disponíveis foram preparadas de maneira criteriosa, considerando a atual conjuntura baseadas em trabalhos em andamento e suas respectivas estimativas. O uso dos termos "projeta", "estima", "antecipa", "prevê", "planeja", "espera", entre outros, pretende sinalizar possíveis tendências e declarações prospectivas que, evidentemente, envolvem incertezas e riscos, sendo que os resultados futuros podem diferir das expectativas atuais. Estas declarações baseiam-se em diversos pressupostos e fatores, inclusive nas condições econômicas, de mercado e do setor, além de fatores operacionais. Quaisquer alterações nesses pressupostos e fatores podem levar a resultados práticos diferentes das expectativas atuais. Não se deve confiar plenamente nessas declarações prospectivas.

Declarações prospectivas se aplicam somente à data em que foram preparadas, não se obrigando a Companhia a atualizá-las à luz de novas informações ou desenvolvimentos futuros. A Oi não se responsabiliza por operações que sejam realizadas ou por decisões de investimentos que sejam feitos com base nessas projeções e estimativas. As informações financeiras contidas neste documento não foram auditadas, e, portanto, podem diferir dos resultados finais.

Oi – Relações com Investidores

Marcelo Ferreira	+55 (21) 3131-1314	marcelo.asferreira@oi.net.br
Bruno Nader	+55 (21) 3131-1629	bruno.nader@oi.net.br

Notas Explicativas

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial e sociedades controladas

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia” ou “Oi”) é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intrarregional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações (“ANATEL” ou “Agência”).

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Centro, na Rua do Lavradio, 71 – 2º andar.

A Companhia ainda possui: (i) através da subsidiária integral Telemar Norte Leste S.A. – Em Recuperação Judicial (“Telemar”) a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; e (ii) através da controlada indireta Oi Móvel S.A. – Em Recuperação Judicial (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel nas Regiões I, II e III.

Na África, a Companhia presta serviços de telefonia fixa e móvel e outros serviços de telecomunicações através de subsidiárias e participadas da Africatel Holdings B.V. (“Africatel”), e na Ásia, a Companhia presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da sua subsidiária Timor Telecom (Nota 30).

Os contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia e sua controlada Telemar junto à ANATEL vão até 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão preveem revisões quinquenais e no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. No final de 2018, a ANATEL publicou a Consulta Pública nº 51/2018 para tratar da revisão dos Contratos de Concessão para o seu último quinquênio (2021/2025). O período de contribuição da Consulta Pública se encerrou no dia 26 de março de 2019, estando o texto em análise pela ANATEL. Vale observar que o Projeto de Lei da Câmara 79/2016 prevê em seu texto uma alteração excepcional dos contratos de concessão para que se ajustem à possibilidade de migração do regime público para o regime privado de prestação do STFC, portanto, se promulgado na forma que está proposto, é possível uma alteração do contrato de concessão fora da data de 31 de dezembro de 2020.

Com a aprovação do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ” ou “Plano”), a ANATEL iniciou alguns procedimentos visando monitorar a situação financeira da Companhia, bem como avaliar a sua capacidade em relação ao cumprimento das obrigações inerentes aos termos dos contratos de concessão. Em março de 2019 a ANATEL decidiu, dentre outros pontos, manter o acompanhamento especial da prestação de serviços de telecomunicações pelas empresas integrantes do Grupo Oi para o exercício de 2019, com a imposição de medidas relacionadas à transparência, governança corporativa e controle societário, desempenho econômico-financeiro e operacional, e gestão de ativos e créditos, conforme informado no Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia no dia 8 de maio de 2019.

Notas Explicativas

Em 21 de dezembro de 2018, foi publicado o Decreto nº 9.619/2018, que revogou o Decreto nº 7.512/2011 e aprovou um Novo PGMU, aplicável ao período de 2016 a 2020. Dentre as determinações do Novo PGMU, destaca-se o fato de que o Novo PGMU apresenta uma redução significativa na planta de terminais de uso público (“TUP”). Em substituição aos TUPs que deixaram de ser obrigatórios, as concessionárias passarão a implantar, dentre outras obrigações, sistemas de acesso fixo sem fio com suporte para conexão em banda larga.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” representativos de ações ordinárias e preferenciais de sua emissão negociados na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

Autorização Societária

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na Reunião de Diretoria do dia 14 de agosto de 2019, após apreciadas na Reunião do Conselho de Administração do mesmo dia.

Recuperação Judicial

As informações relativas ao Plano devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Em 20 de junho de 2016, as Empresas Oi ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro (“ Processo de Recuperação Judicial”).

No dia 19 de dezembro de 2017, após a confirmação do quórum necessário dos credores das classes I, II, III e IV, a Assembleia Geral de Credores foi instalada, tendo o PRJ sido aprovado por ampla maioria de credores no dia 20 de dezembro de 2017.

Em 8 de janeiro de 2018, o juízo competente proferiu decisão em que homologou o PRJ e concedeu a recuperação judicial às Empresas Oi, a qual foi publicada em 5 de fevereiro de 2018.

Em 31 de julho de 2018, a reestruturação da dívida financeira das Empresas Oi, foi concluída com a implementação dos termos e condições aplicáveis previstos no PRJ, incluindo a conclusão do primeiro aumento de capital previsto no PRJ Aumento de Capital - Capitalização de Créditos.

Em 25 de janeiro de 2019 a Companhia concluiu o segundo aumento de capital previsto no PRJ (“Aumento de Capital - Novos Recursos”), com a emissão de 3.225.806.451 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, incluindo novas ações ordinárias representadas por ADSs, de acordo com o PRJ e o acordo de subscrição e compromisso, entre a Companhia, suas controladas e os Investidores “*Backstoppers*”.

Aumento de Capital – Novos Recursos

Exercício de Bônus de Subscrição e American Depositary Warrants – “ADWs”

Em 28 de outubro de 2018, a Companhia iniciou a emissão e a entrega de todos os Bônus de Subscrição e ADWs exercidos por seus titulares. O processo foi concluído em 4 de janeiro de 2019. Todos os Bônus de Subscrição que não foram exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, foram cancelados.

Notas Explicativas

Oferta preferencial e conclusão do Aumento de Capital – Novos Recursos, nos termos do contrato de compromisso

Conforme previsto na Cláusula 6 do PRJ, em 13 de novembro de 2018 a Companhia iniciou uma oferta preferencial de ações ordinárias, registrada junto à SEC nos termos do “*Securities Act*”, no âmbito da qual os titulares de ações ordinárias e preferenciais, incluindo o Depositário de ADS’s – “*American Depositary Shares*” e o *The Bank of New York Mellon*, na qualidade de depositário do programa de ADS’s preferenciais, receberam direitos de subscrição transferíveis para cada ação ordinária e preferencial detida a partir de 19 de novembro de 2018.

Os direitos de subscrição expiraram em 4 de janeiro 2019. Em 16 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 1.530.457.356 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham exercido esses direitos em relação às ações ordinárias iniciais. Em 21 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu 91.080.933 ações ordinárias para os titulares de direitos de subscrição que tinham solicitado subscrições de sobras de ações ordinárias. O montante dessas subscrições foi de R\$ 2.011 milhões.

Em 25 de janeiro de 2019, a Companhia emitiu para os Investidores “*Backstoppers*”, em uma colocação privada, 1.604.268.162 ações ordinárias, correspondentes ao número total de ações ordinárias que foi oferecido na oferta preferencial menos o número total de ações ordinárias iniciais e de sobras de ações ordinárias, nos termos do contrato de compromisso, pelo valor total de R\$ 1.989 milhões (“Saldo de Ações”). Em vista da subscrição e integralização do Saldo de Ações, a Companhia concluiu, nesta data, o Aumento de Capital - Novos Recursos mediante a subscrição e integralização da totalidade das 3.225.806.451 novas ações ordinárias emitidas no Aumento de Capital - Novos Recursos, representando um aporte de novos recursos para a Companhia no valor total de R\$ 4,0 bilhões. Ademais, segundo os termos do contrato de compromisso, nessa data, a Companhia emitiu, a título de remuneração pelos compromissos assumidos no referido contrato, 272.148.705 ações ordinárias em uma colocação privada destinadas aos Investidores “*Backstoppers*”, bem como pagou US\$ 13 milhões a esses investidores. Como resultado da subscrição e integralização das Ações do Aumento de Capital - Novos Recursos e das Ações do Compromisso, o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 32.538.937.370,00, representado por 5.954.205.001 ações, sendo 5.796.477.760 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Acordo de encerramento de litígios entre a Companhia e a Pharol

Em 8 de fevereiro de 2019, de forma a pôr fim a quaisquer disputas que pudessem prejudicar a implementação do PRJ, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que seu Conselho de Administração aprovou, em conformidade com a Instrução CVM nº 567/2015, a aquisição de 1.800.000 ações preferenciais de emissão da própria Companhia com o objetivo de assegurar o cumprimento de compromisso assumido pela Companhia de transferir ações de sua emissão mantidas em tesouraria à Bratel, subsidiária integral da Pharol SGPS, S.A., no contexto de acordo celebrado entre elas, objeto de Fato Relevante de 8 de janeiro de 2019 (“Acordo”), em operações cursadas no mercado organizado de bolsa da B3 para a entrega das ações em tesouraria à Bratel, que ocorrerá em até quatro dias úteis contados da data de homologação do Acordo pelo Juízo da Recuperação Judicial.

Em 18 de fevereiro de 2019, foi proferida decisão suspendendo o conflito de competência nº 157.099 pelo prazo requerido pelas partes.

Em 3 de abril de 2019, a Companhia divulgou comunicado ao mercado para informar sobre a homologação do Acordo, acima mencionado, em razão do transcurso do prazo de 15 (quinze) dias úteis da publicação da decisão judicial que a deferiu. Desta forma, conforme determinado no Acordo, iniciou-se, nessa mesma data, o prazo para cumprimento da segunda parte das obrigações previstas

Notas Explicativas

para ambas as partes do Acordo, incluindo (a) o pedido de extinção da totalidade dos litígios envolvendo as partes e (b) a entrega à Bratel de 33,8 milhões ações da Oi que estão em sua Tesouraria, sendo 32 milhões ações ordinárias e 1,8 milhões ações preferenciais.

Além disso, aperfeiçoam-se de forma integral diversas obrigações e direitos das partes descritos no Fato Relevante divulgado pela Oi e no Comunicado divulgado pela Pharol, ambos em 9 de janeiro de 2019, que, nos termos do Acordo, poderiam ser resolvidos em caso de não homologação pelo Juízo da Recuperação Judicial.

Modalidade de Pagamento Geral prevista da Cláusula 4.3.6 do Plano - *Bondholders*

Em 20 de maio de 2019, em estrita observância à decisão proferida no âmbito do *Chapter* 15 que determinava que o cancelamento das notas com Lei de Nova York deveria ocorrer até 14 de junho de 2019, a Companhia anunciou que iniciou o procedimento para que os detentores das notas (a) Portugal Telecom International Finance B.V. €500.000.000 4,375% com vencimento em 2017 (ISIN N°: XS0215828913); (b) Portugal Telecom International Finance B.V. €750.000.000 5,875% com vencimento em 2018 (ISIN N°: XS0843939918); (c) Portugal Telecom International Finance B.V.'s €750.000.000 5,00% com vencimento em 2019 (ISIN N°: XS0462994343); (d) Portugal Telecom International Finance B.V.'s €1.000.000.000 4,625% com vencimento em 2020 (ISIN N°: XS0927581842); (e) Portugal Telecom International Finance B.V.'s €500.000.000 4,5% com vencimento em 2025 (ISIN N°: XS0221854200); (f) Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A.'s €600.000.000 5,625% com vencimento em 2021 (ISIN N°: XS1245245045); (g) Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A.'s US\$1.500.000.000 5,75% com vencimento em 2022 (ISIN N°: US10553MAD39); (h) Oi S.A.'s €750.000.000 5,125% com vencimento em 2017 (ISIN N°: XS0569301327); (i) Oi S.A.'s US\$750.000.000 9,500% com vencimento em 2019 (ISIN N°: 87944LAD1); (j) Oi S.A.'s BRL1.100.000.000 9,75% com vencimento em 2016 (ISIN N°: US10553MAC55); e (k) Oi S.A.'s US\$1.000.000.000 5,500% com vencimento em 2020 (ISIN N°: 144A: US87944LAE92) (as "Notas Legadas") pudessem comprovar seus respectivos direitos para receberem em data futura ou nas datas de pagamento da Companhia de acordo com a Cláusula 4.3.6 do Plano. Em 14 de junho de 2019, as Notas Legadas foram devidamente canceladas.

O procedimento acima detalhado não é aplicável aos detentores das Notas emitidas pela Portugal Telecom International Finance B.V. – em Recuperação Judicial 6,25% com vencimento em 2016 (ISIN N°: PTPTCYOM0008). A Companhia fornecerá, no momento adequado, as informações sobre o procedimento para registro dos beneficiários da Modalidade de Pagamento Geral prevista da Cláusula 4.3.6 do Plano com relação a tal série.

Continuidade das operações

As Informações Trimestrais do período findo em 30 de junho de 2019, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis em uma recuperação judicial. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Tal continuidade foi reforçada com a aprovação do PRJ, de modo que os empréstimos e financiamentos foram novados e os respectivos saldos recalculados nos termos e condições do PRJ, incluindo o aumento de capital com Capitalização de Créditos e o aumento de capital com Novos Recursos.

A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas Oi.

Notas Explicativas

A Companhia tem obtido êxito no cumprimento das obrigações estabelecidas nos procedimentos do processo de recuperação judicial e embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se as condições e circunstâncias que, por sua própria natureza, indicam incertezas que podem afetar o êxito da recuperação judicial e, eventualmente, suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação. Em 30 de junho de 2019, e após a implementação do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 25.859.489 (R\$ 25.640.758 na Controladora), o prejuízo do período montava a R\$ 1.030.482 (R\$ 990.642 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 9.926.663 (R\$ 8.287.616 na controladora). Em 31 de dezembro de 2018, e após o registro dos efeitos do PRJ, o total do patrimônio líquido montava a R\$ 22.895.811 (R\$ 22.652.320 na Controladora), o lucro líquido do exercício montava a R\$ 24.615.555 (R\$ 24.591.140 na controladora) e o capital circulante líquido montava a R\$ 10.624.025 (R\$ 13.706.450 na controladora).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas, e têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de junho de 2019 e estão de acordo com o IAS - “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1) que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (R1) / IAS 34 requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas no período findo em 30 de junho de 2019 em relação às aplicáveis em 31 de dezembro de 2018, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações que entraram em vigor posteriormente a 31 de dezembro de 2018, conforme item (b) desta nota explicativa.

Os ativos e passivos relacionados às operações na África são consolidados e apresentados em única linha do balanço como ativos mantidos para venda, em resultado da expectativa e decisão da gestão de manter esses ativos e passivos em venda. No entanto, na demonstração de resultado os custos/despesas e receitas/ganhos são apresentados pelo método de consolidação integral, devido ao não atendimento dos critérios para classificação como “operação descontinuada” em consonância com o CPC 31 / IFRS 5.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes, bem como

Notas Explicativas

requer julgamentos relacionados a esses assuntos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a: (i) Reconhecimento de receita e contas a receber; (ii) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa; (iii) Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida; (iv) Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração; (v) Valor justo de passivos financeiros; (vi) Provisões; (vii) Valor justo de ativos financeiros; (viii) Imposto de renda e contribuição social diferidos; (ix) Benefícios a empregados e (x) Arrendamentos.

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, principalmente, como operadoras no setor de telecomunicações no Brasil, África e Ásia e em atividades correlacionadas ao respectivo setor. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como contabilidade de "*hedge*" ("*hedge accounting*") e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de "*hedge*" de fluxo de caixa.

Empresas do grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo nenhuma das quais operando em condições de economia hiperinflacionária cuja moeda funcional seja diferente da moeda de apresentação, são convertidos para a moeda de apresentação, como segue:

- os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- receitas e despesas da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio;
- todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes; e
- ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Reais, principalmente, utilizando as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	Fechamento		Média	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	30/06/2018
Euro	4,3587	4,4390	4,3440	4,1430
Dólar Norte Americano	3,8322	3,8748	3,8459	3,4274
Escudo de Cabo Verde	0,0396	0,0403	0,0394	0,0376
Dobra de São Tomé e Príncipe	0,000183	0,000185	0,000183	0,000169
Xelim Queniano	0,0375	0,0381	0,0381	0,0339
Dólar da Namíbia	0,2716	0,2698	0,2709	0,2784
Metical de Moçambique	0,0611	0,0627	0,0608	0,0564
Kwanza	0,0113	0,0126	0,0121	0,0158

Informações por segmentos

As informações sobre segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal órgão deliberativo da Companhia, o Conselho de Administração. Os resultados são analisados frequentemente no que toca os recursos a serem alocados para avaliação de desempenho e decisões estratégicas.

Reclassificações de saldos contábeis do período comparativo

A Companhia efetuou algumas reclassificações na demonstração do resultado referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018 para melhor comparabilidade, compreensão das transações e saldos nas informações contábeis, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 30 de junho de 2019. Essas reclassificações não afetaram o resultado do período e nem o patrimônio líquido da Companhia naquela data. Abaixo destacamos as reclassificações apresentadas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Apresentação atual 30/06/2018	Apresentação original 30/06/2018	Apresentação atual 30/06/2018	Apresentação original 30/06/2018
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(1.599.514)	(1.569.989)	(8.032.450)	(7.802.767)
Despesas com vendas			(1.845.183)	(1.983.474)
Despesas gerais e administrativas			(1.375.329)	(1.318.181)
Outras despesas operacionais	75.040	45.515	(462.612)	(611.152)

(b) Novas normas, alterações e interpretações de normas

Normas e emendas a normas		Aplicações obrigatórias com início em ou após:
Melhorias anuais na IFRS	Ciclo 2015-2017	1 de janeiro de 2019
IFRS 16	Arrendamentos	1 de janeiro de 2019
IFRIC 23	Incerteza sobre o tratamento de imposto de renda	1 de janeiro de 2019
Alteração na IFRS 9	Recursos de pré-pagamento com compensação negativa	1 de janeiro de 2019
Alteração no IAS 28	Participação de longo prazo em coligadas e "joint ventures"	1 de janeiro de 2019

Entre as normas, alterações e interpretações citadas acima, apenas o IFRS 16 / CPC 06 (R2) teve impacto material na posição financeira da Companhia e de suas controladas a partir de 1 de janeiro de 2019, conforme detalhamento a seguir.

Notas Explicativas

IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamentos

A IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários são obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na norma IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

Transição

A Companhia adotou a norma IFRS 16 de acordo com a abordagem retrospectiva modificada (isto é, a partir de 1 de janeiro de 2019, considerando o direito de uso igual ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial), não havendo reapresentação de informação comparativa. A Companhia optou por aplicar a norma a contratos que foram identificados como arrendamentos de acordo com a norma anterior. Portanto, a Companhia não aplicou a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contendo um arrendamento aplicando o IAS 17 e o IFRIC 4 e excluiu contratos de arrendamentos com vencimento nos próximos doze meses, sem provável intenção de renovação, além de aplicar uma única taxa de desconto para arrendamentos com características similares e excluir custos diretos iniciais na mensuração do direito de uso.

Isenções

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos de curto prazo (ou seja, que terminam dentro de 12 meses a partir da data de início), contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

Impactos

Os impactos referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamento de torres, imóveis, lojas, veículos e sites (espaço físico) e podem ser observados nas Notas 16 e 22.

Na adoção inicial do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento no balanço. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, uma estimativa de quaisquer custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data de início do arrendamento

Notas Explicativas

(líquidos de quaisquer incentivos recebidos), calculado a valor presente.

A Companhia deprecia os ativos do direito de uso em bases lineares a partir da data de início do arrendamento ao término do prazo do arrendamento. A Companhia também avalia a perda por recuperabilidade (“*impairment*”) quando tais indicadores existem.

Na data de início, a Companhia mensurou o passivo de arrendamento pelo valor presente das contraprestações, descontados usando a taxa de empréstimo incremental da Companhia.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento são compostos por pagamentos fixos, pagamentos variáveis baseados em um índice ou taxa.

Após a mensuração inicial, o passivo será reduzido pelos pagamentos efetuados e acrescidos pelos juros incorridos. Caso necessário, o passivo é recalculado para refletir qualquer reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças nos pagamentos fixos em substância.

Quando ocorre modificação contratual substancial, o passivo de arrendamento é remensurado, e o ajuste correspondente é refletido no ativo de direito de uso, ou no resultado, se o ativo de direito de uso já estiver reduzido a zero.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma sobre contratos de arrendamentos, para contratos de curto prazo e de baixo valor. Desta forma, ao invés de reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento, estes são reconhecidos como uma despesa no resultado, ao longo do prazo do arrendamento.

Para qualquer novo contrato firmado após 1 de janeiro de 2019, a Companhia avaliou individualmente se o contrato contém arrendamento. Um arrendamento é definido como “um contrato, ou parte de um contrato, que transmite o direito de usar um ativo (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de uma contraprestação”.

Para aplicar esta definição, a Companhia avaliou se o contrato atende a três características principais:

- O contrato contém um ativo identificado, que é explicitamente identificado no contrato ou implicitamente especificado ao ser identificado no momento em que o ativo é disponibilizado para a Companhia;
- A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado ao longo do período de uso, considerando seus direitos dentro do escopo definido do contrato; e
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o período de uso e tem o direito de direcionar "como e com que finalidade" o ativo é usado durante todo o período de uso.

A Companhia e suas controladas reconheceram, em 1 de janeiro de 2019, um ativo de direito de uso em contrapartida do passivo de arrendamento à pagar, no montante de R\$ 8,2 bilhões (Notas 16 e 22). Em 30 de junho de 2019 os montantes reconhecidos para o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento à pagar são R\$ 8,0 bilhões e R\$ 8,1 bilhões, respectivamente.

Notas Explicativas

A Companhia adotou as IFRS 16, considerando a aplicação retrospectiva modificada permitida nas respectivas normas. Neste sentido apresentamos abaixo os resultados consolidados para os períodos findos em 30 de junho de 2019 e 2018, excluindo os efeitos registrados em decorrência desta aplicação.

	<u>Saldo em 30/06/2019 (com IFRS 16)</u>	<u>Ajustes IFRS 16</u>	<u>Saldo em 30/06/2019 (sem IFRS 16)</u>	<u>Saldo em 30/06/2018</u>
Receitas de vendas e/ou serviços	10.221.381		10.221.381	11.213.566
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	<u>(7.733.082)</u>	<u>(290.729)</u>	<u>(8.023.811)</u>	<u>(8.032.450)</u>
Lucro (Prejuízo) bruto	<u>2.488.299</u>	<u>(290.729)</u>	<u>2.197.570</u>	<u>3.181.116</u>
Receitas (despesas) operacionais				
Resultado de equivalência patrimonial	(1.289)		(1.289)	(6.919)
Despesas com vendas	(1.758.287)	(3.629)	(1.761.916)	(1.845.183)
Despesas gerais e administrativas	(1.379.855)	(2.807)	(1.382.662)	(1.375.329)
Outras receitas operacionais	2.140.729		2.140.729	940.034
Outras despesas operacionais	<u>(862.929)</u>		<u>(862.929)</u>	<u>(462.612)</u>
	<u>(1.861.631)</u>	<u>(6.436)</u>	<u>(1.868.067)</u>	<u>(2.750.009)</u>
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	626.668	(297.165)	329.503	431.107
Receitas financeiras	1.330.321		1.330.321	30.464.051
Despesas financeiras	<u>(2.905.732)</u>	<u>469.008</u>	<u>(2.436.724)</u>	<u>(1.483.712)</u>
Resultado financeiro	<u>(1.575.411)</u>	<u>469.008</u>	<u>(1.106.403)</u>	<u>28.980.339</u>
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(948.743)	171.843	(776.900)	29.411.446
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(5.217)		(5.217)	59.101
Diferido	<u>(76.522)</u>		<u>(76.522)</u>	<u>(177.308)</u>
Lucro (Prejuízo) do período	<u><u>(1.030.482)</u></u>	<u><u>171.843</u></u>	<u><u>(858.639)</u></u>	<u><u>29.293.239</u></u>

Notas Explicativas

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

3.1. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis e os valores justos estimados de nossos principais ativos e passivos financeiros em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são resumidos como segue:

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2019			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	157.042	157.042	249.086	249.086
Equivalentes de caixa	Valor justo	2.722.394	2.722.394	3.811.756	3.811.756
Aplicações financeiras	Valor justo	195.024	195.024	234.748	234.748
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	5.001.230	5.001.230		
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	5.916	5.916	5.916	5.916
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.181.712	1.181.712	6.676.730	6.676.730
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro mantido para venda (Nota 30)	Valor justo	1.740.878	1.740.878	1.740.878	1.740.878
Dividendos a receber (Nota 30)	Custo amortizado	2.534.983	2.534.983	2.534.983	2.534.983
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	2.016.937	2.016.937	9.091.657	9.091.657
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.879.628	1.879.630	6.359.146	6.359.146
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	561.956	561.956		
Debêntures públicas	Custo amortizado	2.170.063	2.170.063	4.659.497	4.659.497
“Senior Notes”	Custo amortizado	5.855.380	7.093.881	5.855.380	7.093.881
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	5.049	5.049	6.170	6.170
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado			35.513	35.513
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	295.752	295.752	459.933	459.933
Arrendamentos a pagar (iv)	Custo amortizado	649.017	649.017	8.148.447	8.148.447

Notas Explicativas

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2018			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Valor justo	152.454	152.454	287.491	287.491
Equivalentes de caixa	Valor justo	1.516.605	1.516.605	4.097.838	4.097.838
Aplicações financeiras	Valor justo	195.639	195.639	238.962	238.962
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	11.960.680	11.960.680		
Contas a receber (i)	Custo amortizado	1.193.687	1.193.687	6.516.555	6.516.555
Ativos mantidos para venda					
Ativo financeiro mantido para venda (Nota 30)	Valor justo	1.843.778	1.843.778	1.843.778	1.843.778
Dividendos a receber (Nota 30)	Custo amortizado	2.566.935	2.566.935	2.566.935	2.566.935
Passivos					
Fornecedores (i)	Custo amortizado	2.244.382	2.244.382	8.818.870	8.818.870
Empréstimos e financiamentos (ii)					
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	1.759.635	1.759.635	7.140.960	7.140.960
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	377.184	377.184		
Debêntures públicas	Custo amortizado	1.992.339	1.992.339	3.103.106	3.103.106
“Senior Notes”	Custo amortizado	6.205.840	6.937.764	6.205.840	6.937.764
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	5.075	5.075	6.168	6.168
Autorizações e concessões a pagar (iii)	Custo amortizado	22.925	22.925	85.619	85.619
Programa de refinanciamento fiscal (iii)	Custo amortizado	353.496	353.496	553.206	553.206

Para o fechamento do período findo em 30 de junho de 2019:

(i) Os saldos de contas a receber têm seus vencimentos em curtíssimo prazo, portanto, não são ajustados a valor justo. Nos termos e condições do Plano, os fornecedores com montante de crédito superior a R\$ 150 mil, receberiam o saldo remanescente em quatro parcelas anuais, a contar a partir de 2018, para os quais foram realizados ajustes a valor presente (Nota 19).

(ii) Os saldos de empréstimos e financiamentos com o BNDES, Bancos Locais e ECAs correspondem a mercados exclusivos, sendo o valor justo destes instrumentos semelhante ao valor contábil. Os saldos de empréstimos e financiamentos relacionados aos “Bonds” emitidos no mercado internacional, para os quais existe mercado secundário, o valor de mercado difere do valor contábil.

(iii) As autorizações e concessões a pagar e programa de refinanciamento fiscal estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas e não são percebidos ajustes de valor justo.

Notas Explicativas

(iv) Os arrendamentos a pagar estão representados pelos montantes que se esperam que as obrigações sejam liquidadas, ajustadas a valor presente.

O nivelamento dos ativos financeiros caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, ativos mantidos para venda e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018, são detalhados abaixo:

	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		Valor justo	Valor justo	Valor justo	Valor justo
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Ativos					
Caixa e contas bancárias	Nível 1	157.042	152.454	249.086	287.491
Equivalentes de caixa	Nível 2	2.722.394	1.516.605	3.811.756	4.097.838
Aplicações financeiras	Nível 2	195.024	195.639	234.748	238.962
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	5.916		5.916	
Ativo financeiro mantido para venda	Nível 3	1.740.878	1.843.778	1.740.878	1.843.778

Não ocorreram transferências entre níveis nos períodos de 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação, a saber:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em depósitos a vista em Dólares dos Estados Unidos da América e, em menor parte em Euros.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para os demais contratos, a Companhia efetua uma análise das condições de contratação atuais com aquelas vigentes quando os mesmos se originaram. Quando as condições não são semelhantes, o valor justo é calculado através do desconto dos fluxos de caixa futuros pelas taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período, e quando são, o valor justo é semelhante ao valor contábil na data de reporte.

(b) Ativos mantidos para venda

Refere-se ao valor justo do investimento financeiro na Unitel, classificado como ativo financeiro a valor justo por meio do resultado e ao valor recuperável dos dividendos a receber da Unitel. O valor justo dos investimentos é calculado com base em estimativas relativas aos resultados potenciais e recuperações dos processos nos quais a Companhia e suas subsidiárias tem sido parte. Adicionalmente, o valor justo é estimado com base em avaliação interna, incluindo previsões de fluxos de caixa para um período de cinco anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de taxas de desconto e taxas cambiais adequadas à realidade de cada país onde os negócios estão localizados. Para além das premissas financeiras e de negócio acima mencionadas, a

Notas Explicativas

Companhia considera ainda na avaliação do valor justo dos investimentos financeiros premissas de caráter qualitativo, incluindo os resultados e desfecho dos processos judiciais interpostos contra entidades terceiras e a opinião dos assessores legais sobre esses processos. No que se refere à avaliação do valor recuperável dos dividendos a Companhia faz uso de premissas financeiras sobre taxa de desconto no tempo e taxa de câmbio e faz uso de premissas qualitativas, baseadas no parecer dos seus assessores legais, referentes ao desfecho dos processos judiciais interpostos contra a Unitel sobre o não pagamento de dividendos e juros.

A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo (Nota 30).

(c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros derivativos para gerir certos riscos de mercado, principalmente risco de taxa de câmbio. Na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2019, tais instrumentos incluem contratos de “*Non Deliverable Forward* (NDF)”. A Companhia não utiliza derivativos para outros fins, que não a proteção destes riscos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2019.

3.2. Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo e risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A Companhia e suas controladas podem utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar certas exposições a estes riscos.

O processo de gestão de riscos na Companhia é realizado em três níveis, considerando sua estrutura consolidada: estratégica, tática e operacional. Na esfera estratégica, a Diretoria da Companhia acorda com o Conselho de Administração, Diretrizes de Risco a serem seguidas. Cabe a um Comitê de Gestão Riscos Financeiros supervisionar o enquadramento da Oi às Políticas. No nível operacional, o gerenciamento de risco é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros reúne-se mensalmente e atualmente é composto pelo Diretor de Finanças Corporativas, Diretor de Planejamento Regulamentação e Atacado, Diretor de Jurídico Tributário, Diretor de Controladoria, Diretor de Relações com Investidores e Diretor de Tesouraria.

As Políticas de “*Hedge*” e de Investimentos, aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizam a gestão de exposição a fatores de risco de mercado, liquidez e crédito gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi.

Após a aprovação do PRJ, com seus novos fatores de risco mensurados, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Em linha com

Notas Explicativas

os pilares da Política de “*Hedge*”, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos “*covenants*” financeiros.

3.2.1. Risco de mercado

(a) Risco de taxa de câmbio

Ativos financeiros

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada a ativos financeiros em moeda estrangeira em 30 de junho de 2019, exceto no que diz respeito aos ativos mantidos para venda, para os quais a Companhia não realiza quaisquer operações para cobertura de risco cambial.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados ou indexados à moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 51,7% (31/12/2018 – 53,6%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, foram contratadas operações de proteção cambial junto a instituições financeiras para parte dos pagamentos de juros em moeda estrangeira a serem feitos em 2019. A Companhia possui proteção para 100% do total do serviço da dívida em Dólares previsto para até o final de 2019 através de operações de proteção na modalidade contrato a termo em moeda e aplicações em moeda estrangeira. O percentual de cobertura cambial para efeito de “*covenants*” e resultado financeiro dos Empréstimos e Financiamentos contratados, em que há que se considerar os impactos cambiais sobre o ganho de ajuste a valor justo, é de 50,5%.

Adicionalmente, a Companhia contratou operações de “*hedge*” para parcela das despesas operacionais da Companhia denominadas contratualmente em Dólar, operações estas que venceram neste semestre.

Os ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira estão assim representados no balanço (inclui saldos com empresas do grupo para os valores da Controladora):

	CONTROLADORA			
	30/06/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	42.078	42.078	39.779	39.779
Equivalentes de caixa	63.090	63.090	153.428	153.428
Créditos com partes relacionadas	5.001.230	5.001.230	11.960.680	11.960.680
Instrumentos financeiros derivativos	5.916	5.916		
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	7.007.122	8.245.624	7.131.350	7.863.274

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO			
	30/06/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e contas bancárias	47.646	47.646	70.116	70.116
Equivalentes de caixa	64.351	64.351	154.514	154.514
Instrumentos financeiros derivativos	5.916	5.916		
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	8.713.581	9.952.082	8.816.766	9.548.690

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	Derivativos não designados para contabilidade de “Hedge”					
	Notional (US\$)	Vencimento (anos)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			Valor justo		Valor justo	
			Valores a (pagar)/ a receber		Valores a (pagar)/ a receber	
			30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Contratos de "NDF" USD/R\$	82.677,85	< 1 ano	5.916		5.916	

Ao final do trimestre, as operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente:

Contratos de NDF - “Non Deliverable Forward”

US\$/R\$: Referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra dívidas ou despesas operacionais em Dólar.

Em 30 de junho de 2019 e de 2018, foram registrados como resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos, os montantes apresentados abaixo:

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Operações de termo em moedas – resultado financeiro	(5.718)		(5.718)	
Operações de termo em moedas – resultado operacional	12.625		12.625	
Total	6.907		6.907	

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Operações de termo em moedas – resultado financeiro	54.081		54.081	
Operações de termo em moedas – resultado operacional	11.145		11.145	
Total	65.226		65.226	

Notas Explicativas

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos “*hedges*” cambiais designados para fins de contabilidade de “*hedge*”:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de “ <i>hedge</i> ” em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2018		
Resultado dos “ <i>hedges</i> ” designados	11.145	11.145
Amortização dos “ <i>hedges</i> ” ao resultado	(11.145)	(11.145)
Saldo em 30/06/2019		

Análise de sensibilidade de risco cambial

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2019, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas no encerramento do período.

Para efeito da referida Instrução, no entanto, no cenário provável foram utilizadas as taxas de câmbio de fechamento de junho de 2019. As taxas prováveis foram então desvalorizadas em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, como apresentado a seguir:

Descrição	Taxa	
	30/06/2019	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	3,8322	0%
Euro	4,3587	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	4,7903	25%
Euro	5,4484	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	5,7483	50%
Euro	6,5381	50%

Os efeitos de exposição cambial nos saldos das dívidas denominadas em moeda estrangeira, considerando derivativos e caixa “*offshore*”, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir (exclui saldos com empresas do grupo):

		30/06/2019					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	8.678.926	10.848.657	13.018.389	14.787.749	18.484.686	22.181.623
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(5.916)	(7.396)	(8.875)	(5.916)	(7.396)	(8.875)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(63.364)	(79.205)	(95.047)	(66.006)	(82.508)	(99.009)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	178.920	223.650	268.381	2.618.992	3.273.740	3.928.488
Caixa em Euro	Queda do Euro	(41.804)	(52.255)	(62.706)	(45.991)	(57.489)	(68.986)
Ajuste a Valor Justo	Queda do Dólar/Euro	(2.425.443)	(3.031.803)	(3.638.164)	(8.648.436)	(10.810.542)	(12.972.652)
Total Ativo/ Passivo atrelado ao câmbio		6.321.319	7.901.648	9.481.978	8.640.392	10.800.491	12.960.589
Total (ganho) perda			1.580.329	3.160.659		2.160.099	4.320.197

Notas Explicativas

(b) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos exclusivamente pela Companhia e suas controladas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, no CDI e na Taxa Referencial, no caso das dívidas expressas em Reais em 30 de junho de 2019. Após a aprovação do PRJ, a Companhia não mais possui empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes expressas em moeda estrangeira.

Em 30 de junho de 2019, aproximadamente 48,0% (31/12/2018 – 46,0%) da dívida consolidada contratada, estava sujeita a taxas flutuantes. A exposição mais relevante à taxa de juros para o endividamento da Companhia e de suas controladas é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros.

Esses ativos e passivos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	30/06/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	2.659.304	2.659.304	1.363.177	1.363.177
Aplicações financeiras	195.024	195.024	195.639	195.639
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	3.459.905	3.459.905	3.203.648	3.203.648

	CONSOLIDADO			
	30/06/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	3.747.405	3.747.405	3.943.324	3.943.324
Aplicações financeiras	234.748	234.748	238.962	238.962
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	8.160.442	8.160.442	7.633.140	7.633.140

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado à TJLP e, principalmente, ao CDI. O risco está associado à elevação dessas taxas. A TJLP manteve-se estável em 7,0% a.a. de 1 de abril a 31 de dezembro de 2017. A partir de 1 de janeiro de 2018, esta taxa vinha sendo reduzida sucessivamente: 6,75% a.a. até março, 6,6% a.a. de abril a junho e 6,56% a.a. de julho a setembro de 2018. De outubro a dezembro de 2018, por sua vez, a taxa sofreu elevação para 6,98% a.a., voltando a ser reduzida novamente de janeiro a março de 2019,

Notas Explicativas

para 7,03% e, de abril a junho de 2019, para 6,26%. Antes do encerramento do trimestre, por sua vez, o Conselho Monetário Nacional havia decidido por mais uma redução da taxa para 5,95% a.a., vigente no período de julho a setembro de 2019.

Conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2019, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI e TJLP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período.

Para efeito da referida Instrução, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

30/06/2019					
Cenários de taxas de juros					
Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP
6,40%	6,26%	8,00%	7,83%	9,60%	9,39%

A análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos.

Os efeitos de exposição à taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados na tabela a seguir:

		30/06/2019					
		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
Descrição	Risco individual	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Dívidas em CDI	Alta do CDI	2.332.120	3.022.237	3.756.330	4.120.197	5.339.439	6.636.373
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	950.333	1.151.609	1.364.897	3.714.018	4.500.630	5.334.189
Total Ativo/ Passivo atrelado a taxa de juros		3.282.453	4.173.846	5.121.227	7.834.215	9.840.069	11.970.562
Total (ganho) perda			891.393	1.838.774		2.005.854	4.136.347

3.2.2. Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face à eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes. Em 30 de junho de 2019, aproximadamente 94,32% das aplicações financeiras consolidadas estavam em contrapartes de “rating” AAA, AA, A e de risco soberano.

A Companhia possui riscos de crédito relativos a dividendos a receber associados ao investimento na Unitel.

Notas Explicativas

3.2.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede e investir em novos negócios.

A Administração da Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e custear gastos de capital para modernização e ampliação da rede.

No início de 2019, a Oi concluiu o aumento de capital previsto no PRJ aprovado no final de 2017. Com este aumento foram aportados R\$ 4,0 bilhões na Companhia, que serão alocados no Plano de CAPEX incremental, direcionados à expansão de infraestrutura móvel e fixa, mas centrado principalmente no projeto de fibra óptica.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receita bruta de vendas e/ou serviços	1.264.733	1.556.289	6.850.434	7.678.798
Deduções da receita bruta	(307.908)	(381.973)	(1.759.089)	(2.133.522)
Tributos	(306.240)	(380.169)	(1.408.702)	(1.715.962)
Outras deduções	(1.668)	(1.804)	(350.387)	(417.560)
Receitas de vendas e/ou serviços	956.825	1.174.316	5.091.345	5.545.276

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receita bruta de vendas e/ou serviços	2.577.983	3.137.915	13.851.323	15.566.879
Deduções da receita bruta	(625.607)	(787.925)	(3.629.942)	(4.353.313)
Tributos	(623.724)	(783.624)	(2.907.448)	(3.508.989)
Outras deduções	(1.883)	(4.301)	(722.494)	(844.324)
Receitas de vendas e/ou serviços	1.952.376	2.349.990	10.221.381	11.213.566

Notas Explicativas

5. RESULTADOS POR NATUREZA

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receitas de vendas e/ou serviços	956.825	1.174.316	5.091.345	5.545.276
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(19.908)	(30.257)	(104.629)	(158.946)
Pessoal	(100.096)	(94.091)	(599.828)	(600.124)
Serviços de terceiros	(283.070)	(295.947)	(1.510.809)	(1.465.606)
Serviço de manutenção da rede	(166.331)	(170.247)	(256.528)	(271.378)
Custo de aparelhos e outros			(45.857)	(34.059)
Publicidade e propaganda	(22.846)	(24.116)	(114.051)	(98.397)
Aluguéis e seguros	(94.774)	(104.133)	(673.909)	(1.054.574)
Provisões / Reversões	35.823	(64.222)	(54.386)	(68.262)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(29.647)	(23.976)	(130.509)	(205.198)
Tributos e outras receitas (despesas)	(1.068.626)	(1.044.794)	(2.337)	(25.996)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		222.901	(167.395)	156.087
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(1.749.475)	(1.628.882)	(3.660.238)	(3.826.453)
Depreciação e amortização	(452.083)	(577.219)	(1.729.388)	(1.591.175)
Total das despesas operacionais	(2.201.558)	(2.206.101)	(5.389.626)	(5.417.628)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(1.244.733)	(1.031.785)	(298.281)	127.648
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	27.675	3.154.654	(20.459)	1.787.289
Despesas financeiras	(366.545)	(3.359.927)	(1.353.222)	(2.986.331)
Total do resultado financeiro	(338.870)	(205.273)	(1.373.681)	(1.199.042)
Prejuízo antes das tributações	(1.583.603)	(1.237.058)	(1.671.962)	(1.071.394)
Imposto de renda e contribuição social	24.558	(20.618)	(37.283)	(161.773)
Prejuízo do período	(1.559.045)	(1.257.676)	(1.709.245)	(1.233.167)
Prejuízo atribuído aos acionistas controladores	(1.559.045)	(1.257.676)	(1.559.045)	(1.257.676)
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores			(150.200)	24.509
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(772.552)	(921.831)	(3.859.613)	(4.165.712)
Despesas com vendas	(210.999)	(216.962)	(889.997)	(968.311)
Despesas gerais e administrativas	(208.291)	(224.431)	(689.444)	(685.431)
Outras receitas operacionais	417.994	125.372	596.737	538.378
Outras despesas operacionais	5.062	141.451	(546.645)	(133.804)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.432.772)	(1.109.700)	(664)	(2.748)
Total das despesas operacionais	(2.201.558)	(2.206.101)	(5.389.626)	(5.417.628)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receitas de vendas e/ou serviços	1.952.376	2.349.990	10.221.381	11.213.566
Receitas (despesas) operacionais:				
Interconexão	(50.492)	(76.166)	(241.120)	(348.562)
Pessoal	(194.197)	(191.482)	(1.203.589)	(1.209.439)
Serviços de terceiros	(572.512)	(585.119)	(3.010.233)	(2.892.021)
Serviço de manutenção da rede	(330.664)	(338.781)	(531.456)	(549.549)
Custo de aparelhos e outros			(95.639)	(77.241)
Publicidade e propaganda	(38.831)	(39.354)	(185.883)	(164.239)
Aluguéis e seguros (i)	(211.771)	(261.278)	(1.336.565)	(2.083.906)
Provisões / Reversões	17.823	(99.151)	(113.777)	(159.983)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(71.079)	(57.887)	(267.486)	(407.789)
Tributos e outras receitas (despesas) (ii)	(1.278.150)	2.025.679	(9.691)	(186.184)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (iii)	592.770	222.901	819.790	156.087
Despesas operacionais excluindo depreciação e amortização	(2.137.103)	599.362	(6.175.649)	(7.922.826)
Depreciação e amortização (i)	(895.211)	(838.251)	(3.419.064)	(2.859.633)
Total das despesas operacionais	(3.032.314)	(238.889)	(9.594.713)	(10.782.459)
Lucro (Prejuízo) antes do resultado financeiro e dos tributos	(1.079.938)	2.111.101	626.668	431.107
Resultado financeiro:				
Receitas financeiras	1.161.044	30.172.066	1.330.321	30.464.051
Despesas financeiras (i)	(1.070.032)	(3.062.319)	(2.905.732)	(1.483.712)
Total do resultado financeiro	91.012	27.109.747	(1.575.411)	28.980.339
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(988.926)	29.220.848	(948.743)	29.411.446
Imposto de renda e contribuição social	(1.716)	64.831	(81.739)	(118.207)
Lucro (Prejuízo) do período	(990.642)	29.285.679	(1.030.482)	29.293.239
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas controladores	(990.642)	29.285.679	(990.642)	29.285.679
Lucro (Prejuízo) atribuído aos acionistas não controladores			(39.840)	7.560
Despesas operacionais por função:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(1.572.791)	(1.599.514)	(7.733.082)	(8.032.450)
Despesas com vendas	(426.830)	(419.121)	(1.758.287)	(1.845.183)
Despesas gerais e administrativas	(430.763)	(446.565)	(1.379.855)	(1.375.329)
Outras receitas operacionais	1.305.629	257.656	2.140.729	940.034
Outras despesas operacionais	(38.927)	75.040	(862.929)	(462.612)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.868.632)	1.893.615	(1.289)	(6.919)
Total das despesas operacionais	(3.032.314)	(238.889)	(9.594.713)	(10.782.459)

- (i) O comparativo semestral foi impactado pela adoção da norma contábil IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos, a partir de 1 de janeiro de 2019 (Nota 2(b)).
- (ii) Inclui resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Em 2019, refere-se ao registro contábil no montante de R\$ 592.770 na controladora e R\$ 987.185 no consolidado, dos créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março de 2019, conforme descrito na Nota 11, e R\$ 167.395 no consolidado referente a baixa oriunda da conciliação de créditos e incentivos fiscais, de períodos anteriores, sem expectativa de realização.

Notas Explicativas

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente	1.034	373.516	3.824	1.192.071
Variação monetária e cambial sobre ajuste a valor justo	(43.585)		(126.248)	
Ganho de reestruturação de empréstimos com terceiros				
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros ativos	97.091	92.185	30.601	427.695
Rendimentos de aplicações financeiras	53.655	26.882	71.243	77.799
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas	(80.247)	2.621.879		
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	(1.218)	5.327	(1.259)	11.024
Reversão de juros e outras receitas	945	34.865	1.380	78.700
Total	27.675	3.154.654	(20.459)	1.787.289
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Apropriação do ajuste a valor presente	(92.369)	(103.325)	(204.452)	(226.991)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos com terceiros	142.280	(1.187.874)	252.641	(2.228.794)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(220.124)	(236.794)	(316.968)	(287.435)
Juros sobre debêntures	(54.191)	(52.347)	(84.408)	(81.535)
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas	65.027	(1.990.580)		
Sub-total:	(159.377)	(3.570.920)	(353.187)	(2.824.755)
b) Outros encargos				
Ganho (Perda) com investimentos financeiros classificados como mantidos para venda	57.838	460.343	(169.615)	710.400
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(21.630)	(19.228)	(67.203)	(68.189)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros passivos	(50.100)	(73.030)	(136.068)	(222.109)
Atualização monetária de provisões/reversões	(47.526)	130.979	(85.126)	29.266
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(2.413)	(4.192)	(4.025)	(5.451)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	(5.718)		(5.718)	
Outras despesas	(137.619)	(283.879)	(532.280)	(605.493)
Sub-total:	(207.168)	210.993	(1000.035)	(161.576)
Total	(366.545)	(3.359.927)	(1.353.222)	(2.986.331)
Resultado financeiro	(338.870)	(205.273)	(1.373.681)	(1.199.042)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente (i)	1.034	5.711.398	3.824	14.595.245
Variação monetária e cambial sobre ajuste a valor justo	(31.485)		(122.843)	
Ganho de reestruturação de empréstimos com terceiros (ii)		3.271.498		11.110.316
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros ativos (iii)	1.078.194	359.084	1.250.292	697.368
Rendimentos de aplicações financeiras	110.288	85.354	158.187	174.283
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas (iv)	(37.477)	20.187.743		
Variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior	(55.991)	6.384	(56.627)	14.035
Reversão de juros e outras receitas (v)	96.481	550.605	97.488	3.872.804
Total	1.161.044	30.172.066	1.330.321	30.464.051
Despesas financeiras e outros encargos				
a) Despesas com empréstimos e financiamentos				
Apropriação do ajuste a valor presente	(189.761)	(143.152)	(419.648)	(326.046)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos com terceiros (vi)	96.787	(1.263.896)	208.378	(2.455.267)
Juros sobre empréstimos com terceiros (vii)	(422.797)	1.058.939	(621.806)	1.919.009
Juros sobre debêntures (vii)	(106.863)	703.017	(166.449)	660.087
Juros e variações cambiais sobre empréstimos com partes relacionadas (viii)	101.071	(3.156.873)		
Sub-total:	(521.563)	(2.801.965)	(999.525)	(202.217)
b) Outros encargos				
Ganho (Perda) com investimentos financeiros classificados como mantidos para venda	(19.839)	559.382	(47.228)	710.400
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(86.911)	(344.669)	(189.739)	(616.049)
Juros e variações monetárias e cambiais sobre outros passivos	(120.785)	(129.118)	(371.241)	(378.956)
Atualização monetária de provisões/reversões	(86.590)	101.885	(182.377)	(89.708)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - refinanciamento fiscal	(5.225)	(9.132)	(9.142)	(12.476)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	54.081		54.081	
Outras despesas (ix)	(283.200)	(438.702)	(1.160.561)	(894.706)
Sub-total:	(548.469)	(260.354)	(1.906.207)	(1.281.495)
Total	(1.070.032)	(3.062.319)	(2.905.732)	(1.483.712)
Resultado financeiro	91.012	27.109.747	(1.575.411)	28.980.339

- (i) Em 2018, refere-se ao reconhecimento do valor justo de empréstimos e financiamentos com terceiros decorrente dos efeitos da Homologação do PRJ.
- (ii) Em 2018, refere-se, substancialmente, ao impacto positivo da novação das dívidas provenientes dos “*Senior Notes*” qualificados, calculados de acordo com o PRJ.
- (iii) Em 2019, refere-se ao registro contábil no montante de R\$ 875 milhões na controladora e R\$ 1.024 milhões no consolidado, relativos a atualização monetária sobre os créditos de PIS e COFINS decorrentes da exclusão do ICMS da sua base de cálculo, bem como da recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, os quais foram objeto de trânsito em julgado em março de 2019, conforme descrito na Nota 11.

Notas Explicativas

- (iv) Em 2018, inclui R\$ 17.784 milhões de ajuste a valor presente dos empréstimos com partes relacionadas, na controladora.
- (v) Em 2018, representado, principalmente, pela reversão das despesas de juros sobre dívidas incluídas no PRJ, atualizadas no período anterior a Homologação do PRJ no montante de R\$ 2.826 milhões e ajuste a valor presente de fornecedores e oferta geral no montante de R\$ 1.004 milhões, no consolidado.
- (vi) Em 2018, inclui R\$ 555 milhões relativos ao ganho cambial associado à novação das dívidas provenientes dos “*Senior Notes*”, na controladora e no consolidado.
- (vii) Em 2018, representado, principalmente, pela reversão de juros sobre dívidas incluídas no PRJ no montante de R\$ 3.115 milhões, e despesas de juros sobre dívidas e debentures novadas, no montante de R\$ 167 milhões, no consolidado.
- (viii) Em 2018, inclui R\$ 978 milhões de ajuste do valor presente de empréstimos com partes relacionadas, na controladora.
- (ix) Representado, principalmente, por taxas e comissões bancárias, financeiras e despesas financeiras associadas aos arrendamentos.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	89	(711)	17.176	(83.972)
Tributos diferidos (Nota 10)	24.469	(19.907)	(54.459)	(77.801)
Total	24.558	(20.618)	(37.283)	(161.773)

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Prejuízo antes das tributações	(1.583.603)	(1.237.058)	(1.671.962)	(1.071.394)
IRPJ E CSLL				
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	538.425	420.600	568.467	364.274
Equivalência patrimonial	(487.142)	(377.299)	(226)	(934)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração)		39	(765)	3.746
Exclusões (adições) permanentes	(493.785)	704.340	(604.086)	1.138.854
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos	467.060	(768.298)	69.543	(1.442.139)
Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior			(70.216)	(225.574)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	24.558	(20.618)	(37.283)	(161.773)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(1.716)	(20.015)	(5.217)	59.101
Tributos diferidos (Nota 10)		84.846	(76.522)	(177.308)
Total	(1.716)	64.831	(81.739)	(118.207)

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Lucro (Prejuízo) antes das tributações	(988.926)	29.220.848	(948.743)	29.411.446
IRPJ E CSLL				
IRPJ+CSLL sobre o resultado tributado	336.235	(9.935.088)	322.573	(9.999.892)
Equivalência patrimonial	(635.335)	643.829	(438)	(2.352)
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	37	45	108	7.242
Exclusões (adições) permanentes (ii)	(633.332)	8.335.792	(841.195)	14.315.952
Reversão (Provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (iii)	930.679	1.020.253	504.372	(690.515)
Efeito tributário de ativo fiscal diferido de controladas no exterior (iv)			(67.159)	(3.748.642)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	(1.716)	64.831	(81.739)	(118.207)

- (i) Refere-se, basicamente, ao lucro da exploração reconhecido no resultado da controlada Oi Móvel, pela aplicação da Lei nº 11.638/2007.
- (ii) Em 2019, os efeitos tributários de adições permanentes estão representados, principalmente, pela apropriação do ajuste a valor presente dos passivos reestruturados. Em 2018, os principais efeitos tributários de exclusões permanentes estão representados pela reestruturação dos passivos incluídos no PRJ.
- (iii) Refere-se a reversão (provisão) ao valor de realização de créditos fiscais diferidos (Nota 10).
- (iv) Referem-se, a efeitos tributários de ativos fiscais diferidos não constituídos de controladas no exterior que não apresentam históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis.

8. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Caixa e contas bancárias	157.042	152.454	249.086	287.491
Equivalentes de caixa	2.722.394	1.516.605	3.811.756	4.097.838
Total	2.879.436	1.669.059	4.060.842	4.385.329

Notas Explicativas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Operações compromissadas	1.981.326	868.834	2.519.928	2.742.731
Títulos privados	559.072	364.014	926.858	895.073
CDB – Certificado de Depósito Bancário	179.345	127.685	360.228	301.632
“Time Deposits”		153.428	1.073	154.514
Outros	2.651	2.644	3.669	3.888
Equivalentes de caixa	2.722.394	1.516.605	3.811.756	4.097.838

(b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Títulos privados	184.651	180.159	219.090	213.653
Títulos públicos	10.373	15.480	15.658	25.309
Total	195.024	195.639	234.748	238.962
Circulante	190.064	190.779	196.752	201.975
Não circulante	4.960	4.860	37.996	36.987

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark” o CDI no Brasil, a LIBOR para a parcela denominada em Dólares e a EURIBOR para a parcela denominada em Euros.

Os valores de equivalentes de caixa e aplicações financeiras são, substancialmente, investidos através de fundos de investimento exclusivos, sendo a maior parte da carteira composta de Títulos Públicos com remuneração atrelada à taxa Selic. O portfólio encontra-se alocado, preferencialmente, em instrumentos no mercado à vista, possuindo liquidez imediata para todos os investimentos.

9. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA ¹		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Serviços faturados	1.335.030	1.302.359	7.109.038	6.783.022
Serviços a faturar	424.778	453.985	982.917	984.062
Aparelhos, acessórios e outros ativos	106.715	115.632	326.411	619.821
Subtotal	1.866.523	1.871.976	8.418.366	8.386.905
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(684.811)	(678.289)	(1.741.636)	(1.870.350)
Total	1.181.712	1.193.687	6.676.730	6.516.555

¹ Este montante inclui saldos com partes relacionadas conforme Nota 29.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
A vencer	1.526.565	1.546.631	6.273.797	6.250.613
Vencidas até 60 dias	185.874	177.222	714.256	672.673
Vencidas de 61 a 90 dias	30.261	29.906	126.737	131.798
Vencidas de 91 a 120 dias	25.451	26.078	118.613	132.562
Vencidas de 121 a 150 dias	21.829	19.840	109.816	104.628
Vencidas acima de 150 dias	76.543	72.299	1.075.147	1.094.631
Total	1.866.523	1.871.976	8.418.366	8.386.905

Notas Explicativas

As movimentações na perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de clientes são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2018	(678.289)	(1.870.350)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(71.079)	(267.587)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	64.557	396.301
Saldo em 30/06/2019	(684.811)	(1.741.636)

10. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	78.245	72.936	430.646	287.472
CS a recuperar (i)	2.373	4.349	107.725	91.996
IRRF/CS – Impostos retidos na fonte (ii)	41.547	69.141	112.747	241.778
Total circulante	122.165	146.426	651.118	621.246
Tributos diferidos a recuperar				
IR e CS sobre diferenças temporárias ¹				23.050
Total não circulante				23.050

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar		705	16.172	21.628
CS a pagar		258	3.369	5.398
Total circulante		963	19.541	27.026
Tributos diferidos a recolher				
IR e CS sobre diferenças temporárias ¹			53.472	
Total não circulante			53.472	

¹ Vide quadro de movimentação abaixo

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Referem-se a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, derivativos, mútuo, órgãos públicos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios e CS retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

Notas Explicativas

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA			
	Saldo em 31/12/2018	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 30/06/2019
Tributos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias				
Provisões	736.907	(632.822)		104.085
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	20.369	1.068		21.437
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	(14.762)	67		(14.695)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	173.766	1.189		174.955
Participação nos lucros	18.115	(18.115)		
Variações cambiais	732.978	(100.359)		632.619
Ágio incorporado (i)	1.690.507	(139.502)		1.551.005
Outras adições e exclusões temporárias	212.929	4.465	1.190	218.584
Obrigação onerosa	417.123	(7.557)		409.566
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	3.987.932	(891.566)	1.190	3.097.556
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	4.125.910	215.997	24.835	4.366.742
Total de tributos diferidos ativos	8.113.842	(675.569)	26.025	7.464.298
Tributos diferidos passivos				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(2.150.343)	(255.110)		(2.405.453)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(5.963.499)	930.679	(26.025)	(5.058.845)
Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)				

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2018	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido	Saldo em 30/06/2019
Tributos diferidos ativos com relação a:				
Diferenças temporárias				
Provisões	1.244.246	(654.546)		589.700
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa	29.555	2.105		31.660
Provisões para fundos de pensão e efeitos do CPC 33 (R1) (IAS 19 R)	(14.095)	68		(14.027)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	478.827	(27.546)		451.281
Participação nos lucros	94.504	(75.336)		19.168
Variações cambiais	1.403.193	(164.005)		1.239.188
Ágio incorporado (i)	1.690.508	(139.503)		1.551.005
Outras adições e exclusões temporárias	177.085	730.816	1.190	909.091
Obrigação onerosa	1.527.924	(27.680)		1.500.244
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	6.631.747	(355.627)	1.190	6.277.310
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	13.703.529	394.202	24.835	14.122.566
Total de tributos diferidos ativos	20.335.276	38.575	26.025	20.399.876
Tributos diferidos passivos				
Diferenças temporárias e IR e CS sobre mais valia (ii)	(2.532.682)	(619.469)		(3.152.151)
Provisão ao valor de recuperação (iii)	(17.779.544)	504.372	(26.025)	(17.301.197)
Total de tributos diferidos – Ativo (Passivo)	23.050	(76.522)		(53.472)

- (i) Referem-se a: (i) créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas no decorrer do ano de 2009. A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e na mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto até 2025 e (ii) a créditos de imposto de renda

Notas Explicativas

e contribuição social diferidos originados dos ágios pagos na aquisição de participações da Companhia nos anos de 2008 e 2011 registrados pelas empresas incorporadas na Telemar Participações S.A. ("TmarPart") e esta pela Companhia em 1 de setembro de 2015, a fundamentação destes ágios está pautada na rentabilidade futura da Companhia e sua amortização está prevista até 2025.

- (ii) Refere-se, substancialmente, aos efeitos tributários sobre a mais valia de ativos imobilizado e intangível, incorporados da TmarPart.
- (iii) A Companhia, com base no demonstrativo da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, e no confronto da estimativa das parcelas anuais de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, procedeu à revisão da sua estimativa de recuperação dos tributos diferidos, tendo identificado e registrado provisão ao valor de recuperação.

O estoque de prejuízos fiscais no Brasil e de controladas no exterior é de aproximadamente R\$ 30.923.954 e R\$ 14.432.380, e correspondem a R\$ 10.514.144 e R\$ 3.608.095 de tributos diferidos ativos, respectivamente, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro.

11. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
ICMS a recuperar (i)	262.722	280.166	1.272.122	1.240.353
PIS e COFINS (ii)	1.592.102	100.181	2.291.594	215.860
Outros	41	23	76.083	63.015
Total	1.854.865	380.370	3.639.799	1.519.228
Circulante	534.328	232.961	1.726.470	803.252
Não circulante	1.320.537	147.409	1.913.329	715.976

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
ICMS	184.978	197.606	519.694	556.693
ICMS Convênio nº 69/1998	24.090	23.602	25.271	34.113
PIS e COFINS (iii)	61.885	23.731	253.769	235.319
FUST/FUNTEL/Rádiodifusão (iv)	201.956	199.528	662.288	655.022
Outros (v)	4.782	12.242	149.544	181.437
Total	477.691	456.709	1.610.566	1.662.584
Circulante	251.196	233.714	971.190	1.033.868
Não circulante	226.495	222.995	639.376	628.716

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

(ii) A Companhia e suas controladas mantêm ações judiciais em que reivindicam o direito à exclusão dos valores relativos ao ICMS das bases de cálculo da contribuição do PIS e da COFINS, bem como a recuperação dos valores indevidamente recolhidos a tal título, observado o prazo prescricional.

Notas Explicativas

Em março de 2019, transitaram em julgado nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 2ª Regiões (Brasília e Rio de Janeiro) decisões favoráveis proferidas em dois dos três principais processos da Companhia relativos à discussão sobre a não incidência do PIS e da COFINS sobre o ICMS.

O terceiro processo ainda se encontra em andamento perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Neste sentido, a Companhia registrou em 31 de março de 2019 o montante de R\$ 1.480 milhões na controladora e R\$ 2.024 milhões no consolidado relativos aos créditos conforme mencionado acima.

A Companhia já está utilizando parte dos créditos reconhecidos definitivamente em âmbito judicial por meio de compensações com débitos relativos a tributos federais vincendos e, concomitantemente, vem adotando as medidas necessárias para dar início à utilização dos créditos restantes.

(iii) Refere-se, basicamente, à tributação do Programa de Integração Social e Contribuição para Seguridade Social sobre faturamento, receita financeira e outras receitas.

(iv) A Companhia e suas controladas, Telemar e Oi Móvel ajuizaram ações para discutir o correto cálculo da Contribuição destinada ao FUST e realizaram ao longo das ações depósitos judiciais a fim de suspender a exigibilidade da cobrança. Como tais discussões ainda serão apreciadas pelos tribunais superiores, eventual transformação em pagamento definitivo dos valores depositados não deverá ocorrer dentro de 2 (dois) anos.

(v) Composto principalmente de atualização monetária de exigibilidade suspensa, além de imposto retido sobre operações de mútuo e JSCP.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou determinação judicial, ou ainda, por decisão da Companhia pela apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível ou remota.

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Cíveis	3.706.415	3.746.025	5.564.674	5.849.978
Tributárias	822.540	801.340	2.334.329	2.337.508
Trabalhistas	483.400	583.723	893.079	1.197.144
Subtotal:	5.012.355	5.131.088	8.792.082	9.384.630
Perda estimada (i)	(86.556)	(444.407)	(77.770)	(649.910)
Total	4.925.799	4.686.681	8.714.312	8.734.720
Circulante	1.249.312	1.348.700	1.521.976	1.715.934
Não circulante	3.676.487	3.337.981	7.192.336	7.018.786

(i) Este valor representa a perda estimada nos saldos de depósitos judiciais, os quais se encontram em processo de conciliação com os extratos obtidos.

Notas Explicativas**13. DESPESAS ANTECIPADAS**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Custos incorridos no cumprimento de contratos (IFRS 15)	247.221	238.648	982.217	912.538
Fistel	369		276.406	
Publicidade e propaganda	580	580	76.462	135.049
Despesas antecipadas contratuais		16.195		47.771
Seguros	16.021	22.458	44.244	48.865
Fiança bancária	10.306	15.840	42.639	40.690
Outras	31.783	10.873	146.322	81.590
Total	306.280	304.594	1.568.290	1.266.503
Circulante	191.158	191.087	1.001.811	743.953
Não circulante	115.122	113.507	566.479	522.550

14. DEMAIS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Adiantamentos e valores a recuperar de fornecedores	126.023	382.783	557.001	621.376
Valores a receber com venda de imobilizado	81.527	85.684	301.202	305.155
Valores a receber	184.824	211.786	163.769	202.834
Adiantamentos a empregados	13.013	15.948	66.010	69.635
Outros	114.163	110.855	156.209	131.532
Total	519.550	807.056	1.244.191	1.330.532
Circulante	500.038	787.119	993.352	1.079.670
Não circulante	19.512	19.937	250.839	250.862

15. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Investimentos em controladas	16.535.676	16.917.150		
Negócios em conjunto			29.722	31.488
Investimentos em coligadas			45.300	44.124
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	10.273	10.273	31.876	31.876
Outros investimentos	3.799	3.799	10.596	10.352
Total	16.549.748	16.931.222	117.494	117.840

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2018	16.931.222	117.840
Equivalência patrimonial (Nota 5)	(1.868.632)	(1.289)
Equivalência reflexa sobre outros resultados abrangentes em coligadas	(825)	(825)
Reclassificação da equivalência patrimonial para ativos mantidos para venda	58.030	1.027
Reclassificação da equivalência patrimonial para provisão para patrimônio líquido negativo	99.645	
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada (*)	1.299.000	
Outros	31.308	741
Saldo em 30/06/2019	16.549.748	117.494

Notas Explicativas

(*) Refere-se a adiantamento para aumento de capital na controlada integral Telemar com objetivo de fazer face as suas obrigações de universalização e manutenção da qualidade. O efetivo aumento de capital estará sujeito a anuência prévia da ANATEL.

Os principais dados relativos às participações diretas em controladas, ajustados para fins de aplicação da equivalência patrimonial, são os seguintes:

			CONTROLADORA			
			30/06/2019			
			Quantidade em milhares de ações		Participação - %	
Controladas	Patrimônio líquido	Lucro (Prejuízo) líquido do período	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
Telemar	16.571.074	(1.733.052)	154.032.213	189.400.783	100	100
Rio Alto	5.274	95	215.538.129	215.538.129	100	100
Oi Holanda	(1.379.862)	(16.271)	100		100	100
Oi Serviços Financeiros	3.216	2.167	799		100	100
PTIF	(2.679.088)	(59.774)	0,042		100	100
CVTEL	(1.055)	(169)	18		100	100
Carrigans	103		0,100		100	100
PT Participações	3.655.997	56.427	1.000.000		100	100
Serede	(133.964)	59.172	24.431.651		17,51	17,51

	Equivalência patrimonial				Valor do investimento		Provisão para patrimônio líquido negativo	
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em					
Controladas	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Telemar	(1.372.802)	(569.476)	(1.733.052)	12.809.852	16.571.074	16.951.431		
Rio Alto	47	318	95	646	5.274	5.179		
Oi Holanda (ii)	6.209	(195.199)	(16.271)	(3.120.753)			1.379.862	4.154.419
Oi Serviços Financeiros	1.059	1.688	2.167	3.434	3.216	1.050		
PTIF (ii)	13.647	(393.500)	(59.774)	(7.735.469)			2.679.088	7.255.948
CVTEL	(60)	(61)	(169)	(122)			1.055	902
Carrigans					103	105		
Serede	(3.733)	6.643	(222)	3.933			23.458	23.235
Resultado não realizado com investidas	(2.131)	(4.107)	(3.376)	(8.269)	(43.991)	(40.615)		
Subtotal:	(1.357.764)	(1.153.694)	(1.810.602)	1.953.252	16.535.676	16.917.150	4.083.463	11.434.504
PT Participações (i)	(75.008)	43.994	(58.030)	(59.637)	3.655.997	3.721.549		
Total	(1.432.772)	(1.109.700)	(1.868.632)	1.893.615	20.191.673	20.638.699	4.083.463	11.434.504

(i) Refere-se à resultado de equivalência patrimonial e valor do investimento detido nas operações em África e Ásia, classificadas como ativos mantidos para venda.

(ii) Com a aprovação do PRJ, as dívidas das empresas Oi, representadas pelos “Bonds”, foram consolidadas na Oi. Para documentar essas transações, foi necessária a celebração de contratos de mútuos, entre Oi e Oi Holanda, bem como entre Oi e PTIF. Tais instrumentos previam a possibilidade de pagamento e quitação do total devido por meio de aumento de capital, forma que foi efetivamente exercida pela Oi em 31 de janeiro de 2019, no valor de EUR 665.639.602,32 na Oi Holanda e no valor de EUR 1.100.259.843,00 na PTIF.

Notas Explicativas**Informações financeiras resumidas**

	30/06/2019		
Controladas	Ativos	Passivos	Receitas
Telemar (i)	35.297.578	18.726.504	3.116.781
Oi Holanda (i)	794.628	2.174.490	
PTIF (i)	625.478	3.304.566	
Rio Alto	5.254	(20)	
Oi Serviços Financeiros	21.858	18.642	262
CVTEL	62	1.117	
Serede	1.274.446	1.408.410	1.226.382

	31/12/2018		30/06/2018
Controladas	Ativos	Passivos	Receitas
Telemar (i)	33.718.348	16.766.917	3.443.608
Oi Holanda (i)	549.905	4.704.324	
PTIF (i)	686.409	7.919.147	
Rio Alto	5.269	90	
Oi Serviços Financeiros	22.853	21.803	518
CVTEL	95	997	
Serede	1.049.482	1.182.178	788.896

(i) Valores ajustados para fins de consolidação e equivalência patrimonial.

16. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Direito de uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)								
Saldo em 31/12/2018	460.135	6.305.104	24.435.160	6.329.728	1.962.675		2.192.670	41.685.472
Adoção Inicial IFRS 16						624.232		624.232
Modificações contratuais						49.096		49.096
Adições	525.401		49.485	66.336		14.821	8.276	664.319
Baixas	(6.242)		(391)	(58.865)		(8.427)	(72)	(73.997)
Transferências	(692.245)	659	364.127	222.386	20.065		85.008	
Saldo em 30/06/2019	287.049	6.305.763	24.848.381	6.559.585	1.982.740	679.722	2.285.882	42.949.122
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2018		(6.206.296)	(21.385.206)	(4.422.820)	(1.615.284)		(1.733.032)	(35.362.638)
Despesas de depreciação		(9.120)	(233.722)	(220.622)	(17.651)	(24.880)	(17.187)	(523.182)
Baixas			242	51.949		3.677	(2.011)	53.857
Saldo em 30/06/2019		(6.215.416)	(21.618.686)	(4.591.493)	(1.632.935)	(21.203)	(1.752.230)	(35.831.963)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2018	460.135	98.808	3.049.954	1.906.908	347.391		459.638	6.322.834
Saldo em 30/06/2019	287.049	90.347	3.229.695	1.968.092	349.805	658.519	533.652	7.117.159
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	8%	15%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Notas Explicativas

	CONSOLIDADO							
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infraestrutura	Prédios	Direito de Uso - Arrendamentos	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)								
Saldo em 31/12/2018	3.351.613	20.077.960	62.092.721	30.343.531	4.463.690		6.466.170	126.795.685
Adoção Inicial IFRS 16						8.167.932		8.167.932
Modificações contratuais						310.523		310.523
Adições	3.248.930		143.501	173.230	895	90.163	36.836	3.693.555
Baixas	(29.907)		(8.655)	(518.773)		(73.263)	(399)	(630.997)
Transferências	(3.419.108)	39.953	1.987.171	1.188.413	57.433		146.138	
Saldo em 30/06/2019	3.151.528	20.117.913	64.214.738	31.186.401	4.522.018	8.495.355	6.648.745	138.336.698
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2018		(18.940.570)	(47.888.763)	(23.034.282)	(2.814.575)		(5.691.932)	(98.370.122)
Despesas de depreciação		(137.326)	(1.204.012)	(722.227)	(52.525)	(460.427)	(120.226)	(2.696.743)
Baixas			7.491	485.477		13.804	(1.977)	504.795
Transferências			(1.021)	(4)	64		961	
Saldo em 30/06/2019		(19.077.896)	(49.086.305)	(23.271.036)	(2.867.036)	(446.623)	(5.813.174)	(100.562.070)
Imobilizado líquido								
Saldo em 31/12/2018	3.351.613	1.137.390	14.203.958	7.309.249	1.649.115		774.238	28.425.563
Saldo em 30/06/2019	3.151.528	1.040.017	15.128.433	7.915.365	1.654.982	8.048.732	835.571	37.774.628
Taxa anual de depreciação (média)		10%	12%	10%	9%	11%	15%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços previstos nos referidos contratos são denominados reversíveis.

Em 30 de junho de 2019, o saldo residual dos bens reversíveis da controladora é de R\$ 2.934.962 (31/12/2018 – R\$ 2.900.922), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. No consolidado, o referido saldo monta a R\$ 8.425.310 (31/12/2018 - R\$ 8.218.006).

No período findo em 30 de junho de 2019, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento na taxa média de 7% a.a.

Notas Explicativas

Movimentação dos direitos de uso - arrendamentos

	CONTROLADORA			
	Torres	Espaço físico	Imóveis	Total
Saldo em 31/12/2018				
Adoção Inicial IFRS 16	577.340	45.342	1.550	624.232
Modificações contratuais	49.504	(408)		49.096
Adições	14.343	478		14.821
Baixas		(8.427)		(8.427)
Saldo em 30/06/2019	641.187	36.985	1.550	679.722
Depreciação acumulada				
Saldo em 31/12/2018				
Despesas de depreciação	(21.831)	(2.944)	(105)	(24.880)
Baixas	3.365	312		3.677
Saldo em 30/06/2019	(18.466)	(2.632)	(105)	(21.203)
Direito de uso líquido				
Saldo em 31/12/2018				
Saldo em 30/06/2019	622.721	34.353	1.445	658.519

	CONSOLIDADO					
	Torres	Espaço físico	Lojas	Veículos	Imóveis	Total
Saldo em 31/12/2018						
Adoção Inicial IFRS 16	7.353.507	521.523	117.480	93.615	81.807	8.167.932
Modificações contratuais	311.589	(8.978)	1.130		6.782	310.523
Adições	49.903	7.312	11.491	21.357	100	90.163
Baixas	(6.899)	(64.501)	(898)	(965)		(73.263)
Saldo em 30/06/2019	7.708.100	455.356	129.203	114.007	88.689	8.495.355
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2018						
Despesas de depreciação	(363.451)	(46.219)	(15.405)	(25.547)	(9.805)	(460.427)
Baixas	11.111	2.391	65	237		13.804
Saldo em 30/06/2019	(352.340)	(43.828)	(15.340)	(25.310)	(9.805)	(446.623)
Direito de uso líquido						
Saldo em 31/12/2018						
Saldo em 30/06/2019	7.355.760	411.528	113.863	88.697	78.884	8.048.732

Notas Explicativas**17. INTANGÍVEL**

	CONTROLADORA				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Saldo em 31/12/2018	12.656	2.526.470	14.477.394	539.661	17.556.181
Adições	74			18	92
Transferências	(151)	64.886		(64.735)	
Saldo em 30/06/2019	12.579	2.591.356	14.477.394	474.944	17.556.273
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2018		(2.510.785)	(9.515.969)	(459.387)	(12.486.141)
Despesas de amortização		(16.478)	(354.528)	(1.023)	(372.029)
Transferências		(31.270)		31.270	
Saldo em 30/06/2019		(2.558.533)	(9.870.497)	(429.140)	(12.858.170)
Intangível líquido					
Saldo em 31/12/2018	12.656	15.685	4.961.425	80.274	5.070.040
Saldo em 30/06/2019	12.579	32.823	4.606.897	45.804	4.698.103
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

	CONSOLIDADO				
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Saldo em 31/12/2018	27.195	8.981.694	18.602.742	1.904.547	29.516.178
Adições	218.712	213		30.639	249.564
Transferências	(223.184)	250.621		(27.437)	
Saldo em 30/06/2019	22.723	9.232.528	18.602.742	1.907.749	29.765.742
Amortização acumulada					
Saldo em 31/12/2018		(8.116.461)	(12.751.835)	(1.699.436)	(22.567.732)
Despesas de amortização		(205.332)	(428.443)	(55.003)	(688.778)
Transferências		(31.270)		31.270	
Saldo em 30/06/2019		(8.353.063)	(13.180.278)	(1.723.169)	(23.256.510)
Intangível líquido					
Saldo em 31/12/2018	27.195	865.233	5.850.907	205.111	6.948.446
Saldo em 30/06/2019	22.723	879.465	5.422.464	184.580	6.509.232
Taxa anual de amortização (média)		20%	20%	23%	

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Ativos				
Contratos de NDF - "Non Deliverable Forward"	5.916		5.916	
Total	5.916		5.916	
Circulante	5.916		5.916	

Notas Explicativas

19. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
ANATEL AGU	2.276.987	2.209.199	7.366.445	7.147.137
Serviços	768.221	1.030.308	3.667.525	3.397.413
Materiais de infraestrutura, rede e manutenção da planta	590.055	685.303	2.780.778	2.861.712
Aluguel de postes e direito de passagem	94.755	83.553	165.424	191.723
Outros	41.944	50.106	352.952	647.856
Ajuste a valor presente	(1.755.025)	(1.814.087)	(5.241.467)	(5.426.971)
Total	2.016.937	2.244.382	9.091.657	8.818.870
Circulante	1.119.703	1.301.537	6.038.029	5.225.862
Não circulante	897.234	942.845	3.053.628	3.593.008
Fornecedores sujeitos à Recuperação Judicial	1.073.798	1.013.342	3.818.238	3.794.610
Fornecedores não sujeitos à Recuperação	943.139	1.231.040	5.273.419	5.024.260
Total	2.016.937	2.244.382	9.091.657	8.818.870

Notas Explicativas

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018	Vencimento contratual	
					Principal	Juros
<i>“Senior Notes”</i>	6.637.033	7.068.263	6.637.033	7.068.263	Jul/2025	Semestral
Reestruturação - <i>“Bondholders”</i> Não Qualificados	334.244	326.376	334.244	326.376	Ago/2024 a Fev/2030	Semestral
Créditos com Garantia Real	968.345	925.271	3.784.412	3.616.074		
BNDES	968.345	925.271	3.784.412	3.616.074	Mar/2024 a Fev/2033	Mensal
Reestruturação I	5.915.500	5.795.142	15.198.712	14.993.376		
Moeda nacional	5.012.326	4.890.589	8.858.880	8.640.054		
Debêntures	4.465.229	4.358.366	6.954.968	6.788.519	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
Outros	547.097	532.223	1.903.912	1.851.535	Ago/2023 a Fev/2035	Semestral
Moeda estrangeira	903.174	904.553	6.339.832	6.353.322		
Instituição Financeira Moeda Nacional	13.015	13.262	53.508	54.251	Jan/2019 a Nov/2026	Mensal
Oferta Geral	1.187.459	1.200.274	4.268.147	4.332.352		
Moeda nacional	151.987	151.989	207.035	207.035	Fev/2038 a fev/2042	Parcela Única
Moeda estrangeira	1.035.472	1.048.285	4.061.112	4.125.317	Fev/2038 a Fev/2042	
Mútuo e Debêntures com controladas (Nota 29)	18.333.039	18.610.408				
Subtotal	33.388.635	33.938.996	30.276.056	30.390.692		
Custo de transação incorrido	(10.593)	(10.629)	(12.040)	(12.126)		
Ajuste a valor justo (*)	(22.911.015)	(23.593.369)	(13.389.993)	(13.928.660)		
Total	10.467.027	10.334.998	16.874.023	16.449.906		
Circulante	303.030	660.172	319.006	672.894		
Não circulante	10.163.997	9.674.826	16.555.017	15.777.012		

(*) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento.

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Instituições financeiras	10.272	10.298	11.415	11.481
Debêntures públicas	321	331	625	645
Total	10.593	10.629	12.040	12.126
Circulante	1.633	1.290	1.633	1.290
Não circulante	8.960	9.339	10.407	10.836

Notas Explicativas

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Euro	371.701	252.659	247.418	198.931
Dólar Norte Americano	6.635.421	6.878.691	8.466.163	8.617.835
Reais	3.459.905	3.203.648	8.160.442	7.633.140
Total	10.467.027	10.334.998	16.874.023	16.449.906

Composição da dívida por indexador

	Indexador/Taxa	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Taxa pré-fixada	1,75% a.a. – 10,00% a.a.	6.389.314	6.708.094	8.381.909	8.562.117
CDI	80% CDI	2.435.973	2.235.675	4.305.299	3.949.639
TJLP	2,95% a.a. + TJLP	968.042	924.957	3.783.202	3.614.820
TR	0% a.a.	13.531	10.593	18.432	14.430
Outros	0% a.a.	660.167	455.679	385.181	308.900
Total		10.467.027	10.334.998	16.874.023	16.449.906

Cronograma de vencimento da dívida de longo prazo e cronograma de apropriação do custo de transação

	Dívida de longo prazo		Custo de transação	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	30/06/2019			
2020	3.009	6.039	959	889
2021	2.029	3.953	1.576	1.626
2022	219	970	1.576	1.676
2023	116.494	302.746	1.576	1.676
2024 e exercícios seguintes	32.962.222	29.641.710	3.274	4.541
Total	33.083.973	29.955.418	8.961	10.408

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem, originalmente, garantias em recebíveis da Companhia e de suas controladas Telemar e Oi Móvel. A Companhia presta aval a suas controladas Telemar e Oi Móvel para tais financiamentos no montante de R\$ 2.816 milhões.

“Covenants”

De acordo com a Cláusula 17 do Anexo 4.2.4 do PRJ, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes em alguns contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros, dentre eles Dívida Bruta sobre EBITDA. A Companhia acompanha trimestralmente estas condições das cláusulas restritivas e para o período findo em 30 de junho de 2019, a Companhia e suas controladas estavam em conformidade com todas as cláusulas aplicáveis dos contratos.

Notas Explicativas

Movimentação dos Empréstimos e Financiamentos

	31/12/2018	Juros e variação monetária e cambial	Apropriação valor justo	Pagamento de juros	Pagamento de tributos e outros	Transferências e outros	30/06/2019
Empréstimos e Financiamentos	16.449.906	577.516	538.667	(604.196)	(108.918)	21.048	16.874.023

A Companhia realizou o primeiro evento de pagamento dos juros dos “*Bonds*” Qualificados, que não possuem carência de juros, em fevereiro de 2019.

21. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
SMP				1.025
Concessões do STFC		22.925	35.513	84.594
Total		22.925	35.513	85.619
Circulante		22.925	35.513	85.619

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP obtidas através de leilões, e concessões de serviços STFC.

22. ARRENDAMENTOS A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Torres	612.404		7.439.359	
Espaço físico	35.133		421.038	
Lojas			116.545	
Imóveis	1.480		80.862	
Veículos			90.643	
Total	649.017		8.148.447	
Circulante	100.520		1.467.444	
Não circulante	548.497		6.681.003	

Movimentação dos arrendamentos a pagar

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2018		
Adoção inicial IFRS 16	624.232	8.167.932
Novas contratações	478	44.244
Cancelamentos	(8.200)	(71.034)
Juros	38.008	476.435
Pagamentos	(55.870)	(783.764)
Modificações contratuais	50.369	314.634
Saldo em 30/06/2019	649.017	8.148.447

Notas Explicativas

Cronograma de vencimento dos arrendamentos a pagar de longo prazo

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2020	55.499	737.193
2021	110.029	1.404.695
2022	109.076	1.349.578
2023	105.515	1.249.710
2024 a 2029	468.688	5.994.387
2030 e exercícios seguintes	358.438	3.723.113
Total	1.207.245	14.458.676
Juros	(658.748)	(7.777.673)
Não circulante	548.497	6.681.003

O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado, através da projeção dos pagamentos futuros, descontados pelas taxas de desconto, que variam de 10,79% a 12,75% a.a.

Contratos não reconhecidos como arrendamentos a pagar

A Companhia optou por não reconhecer um passivo de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (arrendamentos com prazo esperado de 12 meses ou menos) ou para arrendamentos de ativos de baixo valor. Em 30 de junho de 2019, tais arrendamentos foram reconhecidos no resultado no montante de R\$ 707, na controladora, e de R\$ 37.109, no consolidado. Além disso foram reconhecidos também no resultado o montante de R\$ 393, na controladora, e de R\$ 5.602, no consolidado, referente a pagamentos variáveis de arrendamento.

Notas Explicativas

23. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 e Lei nº 12.865/2013	295.041	322.654	459.222	496.240
PRT (MP nº 766/2017)		28.404		54.528
PERT (Lei nº 13.496/2017)	711	2.438	711	2.438
Total	295.752	353.496	459.933	553.206
Circulante	56.031	86.154	86.815	142.036
Não circulante	239.721	267.342	373.118	411.170

Os valores do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009, pela Medida Provisória nº 766/2017 e pela Lei nº 13.469/2017, segregados em principal, multas e juros incluindo-se, aí, os débitos indicados por ocasião das reaberturas do prazo para adesão (ao parcelamento da Lei nº 11.941/2009), levadas a efeito pelas Leis nºs 12.865/2013 e 12.996/2014, são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	30/06/2019				31/12/2018
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	23.593		154.498	178.091	199.595
Imposto de renda	1.922		36.803	38.725	44.967
PIS	40.571		35.624	76.195	79.885
INSS – SAT	725	464	2.264	3.453	4.774
Contribuição social	695	179	10.708	11.582	12.503
CPMF	18.983	2.140	29.254	50.377	50.132
PRT – Demais débitos - RFB					54.528
PERT – Demais débitos - RFB	257		454	711	2.438
Outros	25.688	3.689	71.422	100.799	104.384
Total	112.434	6.472	341.027	459.933	553.206

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2019	28.371	43.763
2020	55.320	86.104
2021	55.320	86.104
2022	55.320	86.104
2023	55.320	86.104
2024	46.101	71.754
Total	295.752	459.933

Os débitos de natureza tributária, como é o caso daqueles incluídos em programas de refinanciamento, não estão sujeitos aos termos do processo de recuperação judicial.

Notas Explicativas**24. PROVISÕES****Composição do saldo**

Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Trabalhista				
Horas extras	241.990	193.343	626.131	602.673
Indenizações	53.489	46.513	189.409	187.499
Estabilidade / Reintegração	63.527	52.144	170.460	160.442
Adicionais diversos	39.286	35.720	170.455	166.963
Complemento de aposentadoria	51.885	44.683	92.801	94.691
Diferenças salariais	30.269	24.473	70.124	61.674
Honorários advocatícios/periciais	20.752	18.492	36.228	30.898
Verbas rescisórias	6.964	6.700	29.205	31.521
Multas trabalhistas	4.030	3.535	25.412	25.921
Vínculo empregatício	261	275	16.523	15.952
FGTS	4.403	3.843	10.364	10.804
Subsidiariedade	169	135	2.111	889
Demais ações	30.015	28.656	67.125	67.254
Total	547.040	458.512	1.506.348	1.457.181
Tributária				
ICMS	53.934	67.786	529.019	503.332
ISS	1.175	1.269	78.222	76.389
INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	467	442	23.467	23.100
Demais ações	14.533	14.373	47.543	47.262
Total	70.109	83.870	678.251	650.083
Cível				
ANATEL	109.178	152.445	529.059	580.182
Societário	852.905	1.124.037	852.905	1.124.037
Juizado Especial	112.054	108.503	197.261	191.839
Demais ações	443.518	604.100	903.186	1.035.398
Total	1.517.655	1.989.085	2.482.411	2.931.456
Total das provisões	2.134.804	2.531.467	4.667.010	5.038.720
Circulante	251.792	429.075	506.281	680.542
Não circulante	1.883.012	2.102.392	4.160.729	4.358.178

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Detalhamento do passivo contingente, por natureza

A composição das contingências cujo grau de risco foi considerado possível e, portanto, não registradas contabilmente, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Trabalhista	212.406	232.854	702.166	770.982
Tributária	5.571.894	5.481.243	28.462.388	27.586.094
Cível	782.088	693.149	1.907.810	1.723.110
Total	6.566.388	6.407.246	31.072.364	30.080.186

Notas Explicativas

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2018	458.512	83.870	1.989.085	2.531.467
Atualização monetária	82.531	(3.999)	8.058	86.590
Adições / (Reversões)	10.417	(17.135)	(11.105)	(17.823)
Baixas por pagamentos / encerramentos	(4.420)	7.373	(468.383)	(465.430)
Saldo em 30/06/2019	547.040	70.109	1.517.655	2.134.804

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2018	1.457.181	650.083	2.931.456	5.038.720
Atualização monetária	120.759	18.773	42.845	182.377
Adições / (Reversões)	66.949	(2.424)	49.252	113.777
Baixas por pagamentos / encerramentos	(138.541)	11.819	(541.142)	(667.864)
Saldo em 30/06/2019	1.506.348	678.251	2.482.411	4.667.010

Garantias

A Companhia possui contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor atualizado de fianças, seguro garantia contratadas e vigentes em 30 de junho de 2019 corresponde a R\$ 5.055.022 (31/12/2018 - R\$ 5.312.744) na controladora e R\$ 13.073.052 (31/12/2018 - R\$ 13.750.739) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

25. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Obrigação onerosa (*)	1.204.607	1.226.833	4.412.481	4.493.894
Receitas a apropriar	520.063	542.798	1.853.348	1.916.570
Provisões para indenizações a pagar	680.137	676.984	680.137	676.984
Adiantamentos de clientes	19.256	15.778	236.245	215.228
Consignação a favor de terceiros	14.504	17.528	46.233	56.302
Provisão para desmobilização de ativos	6.984	6.846	17.744	17.395
Outros	211.109	255.876	426.975	510.867
Total	2.656.660	2.742.643	7.673.163	7.887.240
Circulante	453.214	505.784	1.302.872	1.381.919
Não circulante	2.203.446	2.236.859	6.370.291	6.505.321

(*)A Companhia e suas controladas mantêm um acordo de fornecimento de capacidade de transmissão de sinais de telecomunicações através de cabos submarinos que conectam a América do Norte à América do Sul. Dado que (i) as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera receber ao longo do contrato, e (ii) os custos são inevitáveis, a Companhia e suas controladas, consoante o CPC 25/IAS 37, reconheceram uma obrigação onerosa mensurada ao menor custo líquido de saída do contrato trazido a valor presente.

Notas Explicativas

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 25 de janeiro de 2019 a Companhia concluiu o aumento de capital previsto no PRJ (Aumento de Capital - Novos Recursos), com a emissão de 3.225.806.451 novas ações ordinárias, além de emissão de 272.148.705 novas ações ordinárias de colocação privada destinadas aos Investidores “Backstoppers”, e emissão de 275.985 novas ações ordinárias relativas a entrega de Bônus de Subscrição, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O aumento de capital atribuído ao capital social e reservas de capital foi de R\$ 500.466 e R\$ 3.837.009, respectivamente (Nota 1).

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 32.538.937 (31/12/2018 - R\$ 32.038.471), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	30/06/2019	31/12/2018
Capital total em ações		
Ações ordinárias	5.796.478	2.298.247
Ações preferenciais	157.727	157.727
Total	5.954.205	2.455.974
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	31	32.030
Ações preferenciais	1.812	1.812
Total	1.843	33.842
Ações em circulação		
Ações ordinárias	5.796.447	2.266.217
Ações preferenciais	155.915	155.915
Total em circulação	5.952.362	2.422.132

Na AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2019, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2018 no montante de R\$ 24.591.140 para absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

(b) Ações em tesouraria

Em fevereiro de 2019, a Companhia adquiriu 1.800.000 ações preferenciais de emissão da própria, por meio de operações em mercado organizado de bolsa, a um custo total de R\$ 2.572, com o objetivo de assegurar o cumprimento de obrigação assumida pela Companhia de transferir ações de sua emissão mantidas em tesouraria à acionista Bratel, subsidiária integral da Pharol, no contexto do acordo celebrado com as duas sociedades (Nota 1).

Em abril de 2019, em face da homologação do acordo firmado entre a Oi e Pharol, foram entregues à Bratel 32.000.000 ações de ordinárias e 1.800.000 ações preferenciais totalizando 33.800.000 ações conforme previsto no acordo firmado entre as partes (Nota 1).

Em 30 de junho de 2019, a companhia mantém a totalidade de suas ações preferenciais em tesouraria dadas em garantia em processos judiciais.

(c) Reservas de capital

Conforme mencionado acima, R\$ 3.837.009 relativo ao aumento de capital com novos recursos foi atribuído a reservas de capital.

Notas Explicativas

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

Reserva especial de incorporação – acervo líquido: representado por: (i) acervo líquido incorporado pela Companhia na Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012; e (ii) acervo líquido incorporado pela Companhia na incorporação da TmarPart aprovada em 1 de setembro de 2015, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999.

“Senior Notes” reestruturados conversíveis em instrumentos de capital:

Em 28 de outubro de 2018, a Companhia iniciou a emissão e a entrega de todos os Bônus de Subscrição e ADWs exercidos por seus titulares. O processo foi concluído em 4 de janeiro de 2019. Todos os Bônus de Subscrição que não foram exercidos até 2 de janeiro de 2019, inclusive, foram cancelados.

(d) Outros resultados abrangentes

Os efeitos incluídos em outros resultados abrangentes são apresentados abaixo:

	Outros resultados abrangentes	Custo de emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31/12/2018	(66.488)	(377.429)	(141.871)	(585.788)
Custo na emissão de ações		(414.010)		(414.010)
Variação cambial sobre investimento no exterior	11.507			11.507
Saldo em 30/06/2019	(54.981)	(791.439)	(141.871)	(988.291)

(e) Custo de emissão de ações

Conforme mencionado no item (a) desta nota, nos termos do contrato de compromisso com os “Backstoppers”, a Companhia emitiu 272.148.705 novas ações ordinárias, a título de remuneração pelos compromissos assumidos no referido contrato, a um custo de R\$ 337.464, registrado em contrapartida ao aumento de capital, acrescidos de R\$ 76.546 relativos a gastos incorridos no processo da emissão.

Notas Explicativas

(f) Lucro por ação básico e diluído

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	Período de três meses findos em 30/06/2019	Período de seis meses findos em 30/06/2019	Período de três meses findos em 30/06/2018	Período de seis meses findos em 30/06/2018
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(1.559.045)	(990.642)	(1.257.676)	29.285.679
Lucro (Prejuízo) alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	(1.518.208)	(964.721)	(967.457)	22.527.779
Lucro (Prejuízo) alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	(40.837)	(25.921)	(290.219)	6.757.900
Média ponderada das ações em circulação (Em milhares de ações)				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	5.796.447	5.780.447	519.752	519.752
Ações preferenciais – básicas e diluídas	155.915	155.315	155.915	155.915
Lucro (Prejuízo) por ação (Em Reais):				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	(0,26)	(0,17)	(1,86)	43,34
Ações preferenciais – básicas e diluídas	(0,26)	(0,17)	(1,86)	43,34

As ações preferenciais adquirirão direito a voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus na forma do seu Estatuto Social.

27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 30 de junho de 2019, as responsabilidades com benefícios de aposentadoria registradas no balanço estão demonstradas a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Ativos atuariais				
Plano TCSPREV	69.199	68.619	69.196	68.934
Plano CELPREV			199	199
Total	69.199	68.619	69.395	69.133
Circulante	1.894	4.366	2.090	4.880
Não circulante	67.305	64.253	67.305	64.253

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Passivos atuariais				
Obrigações financeiras - Plano BrTPREV (i)	605.583	574.725	605.583	574.725
Plano PAMEC	4.595	4.397	4.595	4.397
Total	610.178	579.122	610.178	579.122
Não circulante	610.178	579.122	610.178	579.122

(i) Representado por contrato de obrigações financeiras, firmado entre a Companhia e a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. A referida obrigação representa o compromisso nos termos do PRJ.

A Companhia possuía contrato de obrigações financeiras, firmado com a Fundação Atlântico destinado ao pagamento de provisão matemática sem cobertura no patrimônio do plano. Este contrato está sujeito aos novos termos contratuais provenientes do PRJ.

Notas Explicativas

A obrigação nos termos da recuperação judicial é reconhecida como compromisso adicional sempre que a obrigação financeira for superior a provisão constituída de acordo com as regras do CPC 33 / IAS 19 (CVM 695).

Planos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social.

As obrigações no balanço em 30 de junho de 2019 foram registradas com base nos estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2018, elaborados com base no “Método da Unidade de Crédito Projetada”. As principais premissas consideradas nos estudos atuariais de 31 de dezembro de 2018 e em 30 de junho de 2019 após a revisão das taxas de desconto são como segue:

	CONSOLIDADO								
	PLANOS DE PENSÃO							PLANOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA	
	BrTPREV	TCSPREV	PBS-Telemar	TelemarPrev	PBS-A	PBS-TNC	CELPREV	PAMEC	PAMA
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
Taxa estimada de inflação	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Índice de aumento salarial nominal estimado	4,00%	4,00%	4,00%	Por patrocinadora	N/A	4,84%	3,59%	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%	9,20%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Basic suavizada em 15% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 20% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 20% segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo	N/A	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo	AT-2000 Basic suavizada em 15%, segregada por sexo
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%	N/A	Álvaro Vindas, agravada em 100%	Álvaro Vindas, agravada em 100%
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo	N/A	AT-49, segregada por sexo	AT-49, segregada por sexo
Taxa de rotatividade	Por patrocinadora	Por patrocinadora	Nula	Por patrocinadora, nula a partir dos 50 anos de idade e nula para o Benefício Saldado	Nula	Nula	2%	Nula	Nula
Idade de início dos benefícios	57 anos	57 anos	57 anos	55 anos	N/A	57 anos	55 anos	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	7,43%	7,43%

N/A = Não aplicável.

Notas Explicativas

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nas obrigações atuariais com planos de pensão e aposentadoria em 30 de junho de 2019:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2018	579.122	579.122
Custos com planos de aposentadoria, líquidos	198	198
Juros passivo atuarial	30.858	30.858
Saldo em 30/06/2019	610.178	610.178

Abaixo seguem as principais movimentações ocorridas nos ativos atuariais relativos aos planos de pensão e aposentadoria em 30 de junho de 2019:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2018	68.619	69.133
Rendimentos com planos de aposentadoria, líquidos	3.156	3.180
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(2.576)	(2.918)
Saldo em 30/06/2019	69.199	69.395

Remuneração baseada em ações

O Plano de Incentivos de Longo Prazo atualmente em vigor, abrangendo certos executivos da Companhia, foi renovado pela Assembleia Geral de Credores quando da aprovação do PRJ da Oi. Tal plano busca maior alinhamento com o novo ciclo de gestão da Companhia e prioridades do negócio e consiste no pagamento de um prêmio bruto em dinheiro, em conformidade com a Legislação Trabalhista. O prêmio bruto em dinheiro tem como referência a cotação das ações da Companhia. Os beneficiários não farão jus ao recebimento de ações da Companhia, uma vez que o plano não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

Em janeiro de 2019, ocorreu o pagamento da primeira parcela desse programa, referente ao exercício de 2018.

Um novo plano de incentivos de longo prazo baseado em ações para os Executivos e para o Conselho de Administração (Plano de Outorga de Ações da Diretoria e Plano de Outorga de Ações do Conselho de Administração) foi submetido e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2019.

Tais planos, tem por objetivo permitir a outorga de Ações aos Beneficiários, visando promover alto engajamento dos executivos e conselheiros e mantê-los comprometidos para garantir a realização das metas estratégicas e ainda buscar um alinhamento dos mesmos com os interesses da Companhia e de seus acionistas no médio e longo prazo.

O Conselho de Administração da Oi, em respeito à manifestação do Ministério Público e do Juízo da Recuperação Judicial acerca dos novos planos de incentivos de longo prazo, deliberou e comunicou na Assembleia Geral Extraordinária que os mesmos somente seriam implementados após decisão do referido Juízo. Em 13 de junho de 2019, o Meritíssimo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro proferiu nova decisão esclarecendo que a suspensão dos efeitos da decisão de implementação dos novos planos de incentivos de longo prazo perdurará até o encerramento da recuperação judicial.

Notas Explicativas

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que demandem divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios relacionam-se essencialmente às seguintes empresas: Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefônicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefônicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefônicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

Notas Explicativas

Telecomunicações no Brasil

Na preparação da informação financeira deste segmento reportável, as transações entre as empresas que o compõem são eliminadas. A informação financeira deste segmento reportável para 30 de junho de 2019 e de 2018 é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2019	30/06/2018
Residencial	1.857.488	2.114.360
Mobilidade pessoal	1.731.765	1.792.966
Empresarial / Corporativo	1.419.353	1.524.595
Outros serviços e negócios	37.537	57.884
Receita de vendas e/ou serviços	5.046.143	5.489.805
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(1.712.442)	(1.572.845)
Interconexão	(103.769)	(157.783)
Pessoal	(589.418)	(589.161)
Serviços de terceiros	(1.493.045)	(1.441.632)
Serviços de manutenção de rede	(256.186)	(267.739)
Custo de aparelhos e outros	(43.644)	(32.429)
Publicidade e propaganda	(113.420)	(97.809)
Aluguéis e seguros	(672.291)	(1.052.982)
Provisões / Reversões	(54.386)	(68.262)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(130.444)	(198.218)
Tributos e outras despesas	(1.211)	(28.334)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(167.395)	156.087
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	(291.508)	138.698
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	(20.593)	1.753.302
Despesas financeiras	(1.149.736)	(3.054.343)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(1.461.837)	(1.162.343)
Imposto de renda e contribuição social	(24.236)	(198.613)
PREJUÍZO DO PERÍODO	(1.486.073)	(1.360.956)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2019	30/06/2018
Residencial	3.737.985	4.315.387
Mobilidade pessoal	3.476.786	3.608.240
Empresarial / Corporativo	2.837.384	3.072.025
Outros serviços e negócios	79.951	116.246
Receita de vendas e/ou serviços	10.132.106	11.111.898
Despesas operacionais		
Depreciação e amortização	(3.385.522)	(2.824.426)
Interconexão	(239.394)	(346.434)
Pessoal	(1.183.516)	(1.189.661)
Serviços de terceiros	(2.980.194)	(2.854.454)
Serviços de manutenção de rede	(530.848)	(542.480)
Custo de aparelhos e outros	(91.147)	(70.181)
Publicidade e propaganda	(184.592)	(163.058)
Aluguéis e seguros	(1.333.102)	(2.081.439)
Provisões / Reversões	(113.777)	(159.983)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(267.587)	(400.864)
Tributos e outras despesas	(3.990)	(181.293)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	819.790	156.087
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	638.227	453.712
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	1.328.745	30.401.116
Despesas financeiras	(2.833.773)	(1.435.279)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(866.801)	29.419.549
Imposto de renda e contribuição social	(67.744)	(151.083)
LUCRO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	(934.545)	29.268.466

Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, a reconciliação entre receitas do segmento de Telecomunicações no Brasil e o total das receitas consolidadas é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2019	30/06/2018
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	5.046.143	5.489.805
Receitas relativas a outros negócios	45.202	55.471
Receita de vendas e/ou serviços consolidado (Nota 5)	5.091.345	5.545.276

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2019	30/06/2018
Receita de vendas e/ou serviços		
Receitas relativas ao segmento reportado	10.132.106	11.111.898
Receitas relativas a outros negócios	89.275	101.668
Receita de vendas e/ou serviços consolidado (Nota 5)	10.221.381	11.213.566

Notas Explicativas

Nos períodos findos em 30 de junho de 2019 e de 2018, a reconciliação entre o resultado antes do resultado financeiro e tributos do segmento de Telecomunicações no Brasil e o resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado é como segue:

	Período de três meses findos em	
	30/06/2019	30/06/2018
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	(291.508)	138.698
Outros negócios	(6.773)	(11.050)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado (Nota 5)	(298.281)	127.648

	Período de seis meses findos em	
	30/06/2019	30/06/2018
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		
Telecomunicações no Brasil	638.227	453.712
Outros negócios	(11.559)	(22.605)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos consolidado (Nota 5)	626.668	431.107

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 30 de junho de 2019, são como segue:

	30/06/2019				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis	Ativos intangíveis	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis
Brasil	71.585.639	50.034.204	37.774.628	6.509.232	3.252.572
Outros, principalmente África	4.781.102	473.048	99.187	33.330	11.296

29. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas

	CONTROLADORA	
	30/06/2019	31/12/2018
Ativo		
Contas a receber	246.747	174.788
BrT Call Center	38.610	38.610
BrT Multimídia	46.105	46.447
Oi Móvel	81.956	7.980
Telemar	79.459	81.160
Serede	617	591
Créditos com partes relacionadas (circulante e não circulante)	5.001.230	11.960.680
PTIF (i)	3.087.027	7.555.189
Oi Holanda (i)	1.575.657	4.066.221
PT Participações	338.546	339.270
Outros	227.957	525.013
Telemar	103.497	110.678
Oi Móvel	103.090	148.058
Oi Holanda	11.879	47.602
PTIF		209.184
Serede	9.442	9.442
Dommo	49	49

(i) Vide informações na Nota 15.

Notas Explicativas

	CONTROLADORA	
	30/06/2019	31/12/2018
Passivo		
Fornecedores	255.448	399.758
BrT Call Center	39.290	43.723
BrT Multimídia	58.796	136.963
Oi Móvel	101.782	111.745
Telemar	31.079	26.287
Paggo Administradora	24.426	25.370
Serede	75	55.670
Empréstimos e financiamentos e debêntures (ii)	561.956	377.184
Telemar	29.343	19.161
Oi Holanda	532.613	358.023
Demais obrigações	95.085	115.328
BrT Call Center	396	396
BrT Multimídia		13.539
Oi Móvel	32.118	31.095
Telemar	53.793	61.338
Dommo	7	7
Rio Alto	975	975
Oi Investimentos	7.796	7.978

(ii) A Companhia contrata mútuos e debêntures com suas controladas segundo condições e juros de mercado com o objetivo de financiar suas atividades ou reembolsar dívidas.

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2019	30/06/2018
Receitas		
Receita dos serviços prestados	11.868	20.340
BrT Multimídia	139	140
Oi Móvel	8.563	10.827
Telemar	3.008	9.323
Serede	158	50
Outras receitas operacionais	10.263	10.264
BrT Multimídia	818	818
Oi Móvel	9.445	9.446
Receitas financeiras	(80.251)	2.621.879
Oi Móvel		4.035
Telemar	1.341	7.897
Oi Holanda	(122.866)	1.960.789
PTIF	39.885	602.660
PT Participações	1.389	46.498

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2019	30/06/2018
Receitas		
Receita dos serviços prestados	24.193	44.075
Oi Internet		133
BrT Multimídia	279	280
Oi Móvel	17.481	21.574
Telemar	6.114	21.808
Serede	319	280
Outras receitas operacionais	20.527	20.527
BrT Multimídia	1.636	1.636
Oi Móvel	18.891	18.891
Receitas financeiras	(49.080)	20.187.743
Oi Móvel		9.100
Telemar	3.550	59.208
Oi Holanda	(198.204)	19.367.693
PTIF	146.298	660.423
PT Participações	(724)	91.319

	Período de três meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2019	30/06/2018
Custos e despesas operacionais	(227.742)	(229.709)
BrT Multimídia	(1.221)	(1.223)
Oi Móvel	(8.698)	(14.747)
Telemar	(3.188)	(8.413)
Paggo Administradora	(830)	(1.126)
BrT Call Center	(120.849)	(111.041)
Serede	(92.956)	(93.159)
Despesas financeiras	61.769	(1.990.580)
Telemar	(5.091)	(16.476)
Serede	(992)	
BrT Call Center	(467)	
BrT Multimídia	(1.740)	
Oi Holanda	60.772	(1.831.853)
PTIF	9.346	(142.124)
Oi Internet		
PT Participações	(59)	(127)

Notas Explicativas

	Período de seis meses findos em	
	CONTROLADORA	
	30/06/2019	30/06/2018
Custos e despesas operacionais	(460.756)	(480.112)
BrT Multimídia	(2.443)	(2.443)
Oi Móvel	(22.503)	(35.812)
Telemar	(6.467)	(19.405)
Paggo Administradora	(1.713)	(2.172)
BrT Call Center	(245.770)	(235.084)
Serede	(181.860)	(185.196)
Despesas financeiras	91.710	(3.156.873)
Oi Móvel		751.262
Telemar	(10.182)	(343.181)
Serede	(2.269)	
BrT Call Center	(986)	
BrT Multimídia	(3.830)	
Oi Holanda	102.922	(2.963.671)
PTIF	6.173	(579.214)
Oi Internet		20
PT Participações	(118)	(22.089)

Linhas de créditos

A Companhia pode conceder linhas de crédito às suas controladas com a finalidade de fornecer capital de giro para as suas atividades operacionais. Para estes casos, o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (31/12/2018 – 115% do CDI). No período findo em 30 de junho de 2019 não há saldos em aberto entre as empresas do grupo para este fim, uma vez que, de acordo com o que foi aprovado no PRJ, houve a extinção dos créditos “*intercompany*” em Reais para fins de capital de giro, por meio do encontro de contas entre as empresas Recuperandas brasileiras.

As linhas de crédito “*intercompany*” vigentes em 30 de junho de 2019 guardam relação com o que foi aprovado no PRJ. Créditos “*intecompany*” não abrangidos pelo referido encontro de contas na forma do PRJ foram repactuados e serão quitados a partir de 20 anos após o término do pagamento dos créditos previstos nas condições da Modalidade de Pagamento Geral, atualizados pela TR para as linhas em Reais e pela variação cambial para as linhas de crédito internacionais. Adicionalmente, foram criadas linhas de créditos entre a Companhia, a PTIF e a Oi Holanda, uma vez que no âmbito da implementação do PRJ, as dívidas financeiras das Recuperandas foram substancialmente consolidadas na Companhia, tendo esta emitido instrumentos financeiros e de capital para a quitação das dívidas originalmente registradas pelas referidas subsidiárias.

Garantias

A Companhia e as demais Recuperandas são solidariamente responsáveis pelo cumprimento de todas as obrigações estabelecidas no PRJ, conforme previsto.

Notas Explicativas

Transações com partes relacionadas em controle conjunto, coligadas e entidades não consolidadas

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Contas a receber e outros ativos			6.582	6.359
Outras entidades			6.582	6.359

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	31/12/2018	30/06/2019	31/12/2018
Contas a pagar e outros passivos	395	915	49.649	74.210
Hispanmar	395	915	40.665	66.704
Outras entidades			8.984	7.506

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receita				
Receita dos serviços prestados			71	82
Outras entidades			71	82
Receita financeira			113	
Outras entidades			113	

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Receita				
Receita dos serviços prestados			130	189
Outras entidades			130	189
Receita financeira			223	
Outras entidades			223	

	Período de três meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(1.187)	(1.077)	(61.161)	(67.079)
Hispanmar	(1.187)	(1.077)	(54.479)	(59.911)
Outras entidades			(6.682)	(7.168)
Despesa financeira			(29)	
Hispanmar			(20)	
Outras entidades			(9)	

	Período de seis meses findos em			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(2.728)	(2.392)	(124.075)	(122.464)
Hispanmar	(2.728)	(2.392)	(110.063)	(107.878)
Outras entidades			(14.012)	(14.586)
Despesa financeira	(3)		(199)	
Hispanmar	(3)		(190)	
Outras entidades			(9)	

Notas Explicativas

Os saldos e transações com entidades controladas conjuntamente, coligadas ou não consolidadas resultam de operações comerciais desenvolvidas no curso normal da atividade, nomeadamente a prestação de serviços de telecomunicações pela Companhia a essas entidades e a aquisição de conteúdos e o aluguel de infraestrutura dessas entidades.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 30 de junho de 2019, a remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, foi de R\$ 12.238 (30/06/2018 – R\$ 44.050) na controladora e R\$ 12.238 (30/06/2018 – R\$ 52.340) no consolidado. A homologação judicial do PRJ, após sua votação e aprovação pelos credores em assembleia, ensejou o pagamento no ano de 2018 de remuneração excepcional à diretoria estatutária, pontual e não recorrente, de até R\$ 15,5 milhões líquidos mais seus respectivos impostos e encargos, de acordo com o estabelecido em contratos firmados com os diretores e aprovados anteriormente pelo Conselho de Administração da Companhia.

30. ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

As informações relativas ao item abaixo devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Africatel, representativa à época de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos.

No que diz respeito especificamente à participação indireta da Africatel na Unitel, a Companhia tomou conhecimento, em 27 de fevereiro de 2019, da decisão final proferida pelo Tribunal Arbitral no âmbito da arbitragem movida pela PT Ventures, subsidiária da Africatel, em face dos demais acionistas da Unitel. O Tribunal Arbitral entendeu que os demais acionistas da Unitel violaram diversas previsões do Acordo de Acionistas da Unitel, o que acarretou uma redução significativa do valor da participação da PT Ventures na Unitel. Também entendeu que os demais acionistas da Unitel deixaram de assegurar, depois de novembro de 2012, que a PT Ventures recebesse o mesmo montante de dividendos em moeda estrangeira que o outro acionista estrangeiro da Unitel.

Em função disso, o Tribunal determinou que os demais acionistas paguem à PT Ventures, de forma conjunta e solidária, o valor de (i) US\$ 339,4 milhões mais juros (contados a partir de 20 de fevereiro de 2019, com taxa LIBOR Dólar Americano 12 meses mais 2 pontos percentuais, com capitalização anual), correspondentes à perda do valor da participação da PT Ventures na Unitel, além de (ii) US\$ 307 milhões acrescidos de juros (juros simples de 7% contados a partir de diferentes datas em que os dividendos não recebidos deveriam ter sido pagos à PT Ventures), com respeito aos danos resultantes do fato de os demais acionistas da Unitel terem deixado de assegurar, depois de novembro de 2012, que a PT Ventures recebesse o mesmo montante de dividendos, em moeda estrangeira, que o outro acionista estrangeiro da Unitel, somados ainda (iii) ao reembolso de parcela substancial dos honorários, custos legais e taxas e despesas administrativas e dos árbitros, incorridos pela PT Ventures com o processo arbitral, em valor líquido superior a US\$ 13 milhões. O Tribunal rejeitou os pedidos reconventionais dos outros acionistas da Unitel em sua integralidade.

Notas Explicativas

A decisão resulta em uma reafirmação dos direitos da PT Ventures como acionista detentora de 25% do capital da Unitel, nos termos do Acordo de Acionistas. A PT Ventures retém todos os seus direitos previstos no Acordo de Acionistas, incluindo o de nomear a maioria dos membros do Conselho de Administração da Unitel e o direito a receber dividendos passados e futuros da Unitel.

Posteriormente, em Assembleia Geral de Acionistas da Unitel realizada em 19 de março de 2019, foi eleito um novo Conselho de Administração da sociedade, composto por cinco membros, dos quais dois foram indicados pela PT Ventures, sendo que um deles exercerá o cargo de Diretor Geral da Unitel.

Com relação à participação indireta da Africatel na Cabo Verde Telecom, S.A. (“CVT”), a PT Ventures alienou, após o cumprimento das condições precedentes, e transferiu, em 21 de maio de 2019, a totalidade das ações de que era titular na CVT, representativas de 40% do capital social desta, para o Instituto Nacional de Previdência Social e a empresa pública ASA – Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea, S.A., ambos de Cabo Verde, pelo valor total de US\$ 26,3 milhões, na forma do disposto nas cláusulas 3.1.3 e 5.1 do PRJ. Essa alienação gerou um ganho de capital de R\$ 67 milhões, reconhecido no resultado.

Em decorrência da referida alienação de ações, a PT Ventures celebrou com o Estado de Cabo Verde, também naquela data, acordo para encerramento definitivo das arbitragens iniciadas pela PT Ventures contra este último em março de 2015, perante o Centro Internacional para Resolução de Controvérsias sobre Investimentos (“CIRDI”) e a Câmara de Comércio Internacional (“CCI”).

O grupo de ativos e de passivos das operações na África estão demonstrados ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de vendas, e são consolidados na demonstração de resultados da Companhia desde 5 de maio de 2014.

Notas Explicativas

Os principais componentes de ativos mantidos para venda e passivos associados a ativos mantidos para venda das operações na África, estão demonstrados abaixo:

	Operações na África	
	30/06/2019	31/12/2018
Ativos mantidos para venda	4.781.102	4.923.187
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	141.439	82.639
Contas a receber	131.320	108.343
Dividendos a receber (i)	2.534.983	2.566.935
Ativo mantido para venda (ii)	1.740.878	1.843.778
Outros ativos	93.095	145.709
Investimentos	6.870	19.414
Imobilizado	99.187	108.768
Intangível	33.330	47.601
Passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda	473.048	526.870
Empréstimos e financiamentos	363	188
Fornecedores	30.031	52.064
Outros passivos	442.654	474.618
Participação de não controladores (iii)	218.731	243.491
Total dos ativos mantidos para vendas, líquido dos passivos correspondentes – Consolidado	4.089.323	4.152.826
Eliminações intragrupo	(433.326)	(431.277)
Total de ativos mantidos para venda – Controladora	3.655.997	3.721.549
Investimentos na África	3.655.997	3.721.549

- (i) Refere-se a dividendos a receber da Unitel. A Companhia registra os dividendos ainda não recebidos com base no valor estimado de recuperação, considerando nessa avaliação a existência de processos judiciais para cobrança desses valores e respectivos juros em USD, a expectativa de decisão favorável desses processos no tempo, bem como a existência de caixa na Unitel para pagamento dos mesmos. Os dividendos não pagos pela Unitel à PT Ventures são relativos aos resultados transitados de 2005 e às reservas livres de 2006 a 2009, bem como aos exercícios fiscais de 2011, 2012, 2013, 2014 e 2017, no total nominal bruto de US\$ 821 milhões;
- (ii) Refere-se, principalmente, ao valor justo do investimento financeiro da participação indireta detida pela PT Ventures, correspondente a 25% do capital social da Unitel e classificado como mantido para venda. O valor justo deste investimento é calculado com base em estimativas relativas aos resultados potenciais e recuperações dos processos nos quais a Companhia e suas subsidiárias tem sido parte. Adicionalmente, o valor justo é estimado com base em avaliação interna, incluindo previsões de fluxos de caixa para um período de cinco anos, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxo de caixa e a definição de uma taxa de desconto adequada, calculada com base no custo médio de capital ponderado de 17,6%, considerando o ambiente de negócios da Unitel. A Companhia tem como procedimento monitorar e atualizar periodicamente os principais pressupostos e estimativas relevantes usados no cálculo do valor justo, bem como considera nessa avaliação eventuais impactos de eventos ocorridos relativamente ao investimento, nomeadamente os processos judiciais abertos contra a Unitel e seus sócios. Em 30 de junho de 2019, e no âmbito da atualização das premissas acima

Notas Explicativas

mencionadas, o valor justo do investimento na Unitel era de R\$ 1.741 milhões (31/12/2018 – R\$ 1.760 milhões).

- (iii) Representado, principalmente, pela participação de 14% da Samba Luxco no capital social da Africatel e, consequentemente, nos seus ativos líquidos.

31. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Acordos celebrados entre a Companhia, TmarPart e a Pharol relativamente às aplicações financeiras realizadas em papéis de emissão da Rio Forte

Em 30 de junho de 2014, a Companhia tomou conhecimento, por meio de comunicado ao mercado divulgado pela Pharol, da aplicação de recursos da PTIF e da PT Portugal (ambas, em conjunto, “Subsidiárias da Oi”), sociedades contribuídas pela Pharol à Oi no aumento de capital da Companhia em maio de 2014, em papel comercial da Rio Forte Investments S.A. (respectivamente, “Títulos” e “Rio Forte”), sociedade integrante do grupo português Espírito Santo (“GES”), na época em que a PTIF e a PT Portugal eram controladas pela Pharol.

Tendo em vista o inadimplemento da Rio Forte com relação aos títulos, a Companhia, as Subsidiárias da Oi, a TmarPart e a Pharol celebraram, em 8 de setembro de 2014, após a obtenção das devidas aprovações societárias, contratos definitivos relacionados aos investimentos feitos nos Títulos. Os contratos previam (i) a realização de uma permuta (“Permuta”) na qual as Subsidiárias da Oi transfeririam os Títulos à Pharol em troca de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade da Pharol, bem como (ii) a outorga pelas Subsidiárias da Oi de uma opção de compra de ações de emissão da Companhia em favor da Pharol (“Opção”).

No dia 31 de março de 2015, a Companhia publicou Fato Relevante relativo à consumação da Permuta.

A Opção se tornou exercível com a consumação da Permuta, a partir de 31 de março de 2015, a qualquer tempo, pelo prazo de seis anos, sendo que o número de ações objeto da Opção será reduzido anualmente, a cada dia 31 de março.

Até 30 de junho de 2019, a Pharol não havia exercido a Opção, no todo ou em parte, sobre as Ações Objeto da Opção. Dessa forma, deixaram de estar sujeitas à Opção: (i) a partir de 31 de março de 2016, 4.743.487 ações ordinárias e 9.486.974 ações preferenciais de emissão da Companhia, equivalentes a 10% das ações objeto da Opção; (ii) a partir de 31 de março de 2017, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das ações objeto da Opção; (iii) a partir de 31 de março de 2018, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das ações objeto da Opção; e (iv) a partir de 31 de março de 2019, mais 8.538.277 ações ordinárias e 17.076.554 ações preferenciais, equivalentes a 18% das ações objeto da Opção. Ainda estão sujeitas à Opção 17.076.554 ações ordinárias e 34.153.108 ações preferenciais.

Em 30 de junho de 2019, a Opção apresentava um valor justo estimado de R\$ 0,8 milhões calculados pela Companhia com base no modelo de “*Black-Scholes*” e pressupostos teóricos de volatilidade da ação, pela técnica de avaliação de Abordagem de Receita prevista no item B10 e B11 do CPC 46/IFRS 13 - Mensuração a Valor Justo.

Notas Explicativas

b) Processos Administrativos Sancionadores na CVM

Em dezembro de 2018, tomamos conhecimento de que a CVM, no uso de suas atribuições, instaurou dois processos administrativos sancionadores por atos praticados em conexão com a reestruturação societária anunciada em outubro de 2013 envolvendo a Oi e a Pharol (anteriormente denominada Portugal Telecom), e o aumento de capital via oferta pública de ações da Oi concluído em maio de 2014, em suposta violação à Lei das Sociedades Anônimas, propondo a responsabilização de determinados executivos, diretores e acionistas controladores à época dos fatos.

A Companhia não é parte nestes processos. Em relação aos executivos acusados, se os mesmos forem considerados responsáveis nestes Processos Administrativos Sancionadores, eles estarão sujeitos a uma penalidade, que pode variar de uma advertência à inabilitação temporária, por até 20 anos, para o exercício de cargo de administrador ou de conselheiro fiscal de companhia aberta, de entidade do sistema de distribuição ou de outras entidades que dependam de autorização ou registro na CVM.

c) Incorporação da Copart 5 pela Companhia

Em março de 2019, foi realizada a incorporação da Copart 5 pela Companhia. A incorporação não trouxe impactos contábeis, pois os ativos e passivos da Copart 5 já eram apresentados nos saldos da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora. Essa incorporação constitui uma das etapas do processo de reestruturação societária e patrimonial do Grupo Oi descritos no PRJ e, tem como objetivo a otimização das operações.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 16 de julho de 2019, a Companhia divulgou ao mercado em geral, por meio de fato relevante, o seu plano estratégico, aprovado pelo Conselho de Administração, com foco na melhoria da performance operacional e financeira, através de um modelo de negócio sustentável, com o objetivo de maximizar o valor da Companhia, no contexto do processo de recuperação judicial. O plano prevê que parte do financiamento da estratégia de investimentos será realizada através da alienação de ativos não estratégicos da Companhia. Tais ativos não estratégicos são compostos, substancialmente, por: (i) Investimento na Unitel; (ii) Torres; (iii) Data Center; (iv) Imóveis; (v) além de outros ativos não estratégicos. A Companhia está empenhada e focada para promover a alienação dos ativos citados e tomará todas as medidas necessárias para implementar o referido Plano nos próximos períodos.

Em 30 de junho de 2019, exceto pelas operações mantidas na África, que incluem a Unitel e já estão mensuradas e apresentadas no balanço patrimonial como “Ativos mantidos para venda (Nota 30)”, a Companhia avaliou e determinou que os demais ativos não estratégicos, que serão objeto de alienação futura, não atendem, substancialmente, todos os requerimentos de apresentação e mensuração previstos no CPC 31, Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e, portanto, continuam sendo apresentados no grupo de “Ativo imobilizado” (Nota 16).

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa****Transações não caixa**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2019	30/06/2018	30/06/2019	30/06/2018
Variação entre investimento econômico e financeiro (aquisição de imobilizado e intangível)	178.634	157.397	589.088	(178.481)
Compensação de depósitos judiciais contra provisões e outras obrigações	56.472	99.131	161.615	228.473
Aumento de capital	337.475		337.475	
Aumento de capital em controladas	7.437.061			
Liquidação de obrigações com ações próprias (Notas 1 e 26 (b))	46.680		46.680	

Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamentos

As movimentações de encargos financeiros e liquidação de dívidas resultantes de atividades de financiamentos são apresentadas na Nota 20.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Oi S.A – Em Recuperação Judicial
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Oi S.A – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais Notas Explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral NBC TG 21 (R1) - Demonstração intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas/ CPC 21 (R1) e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº1 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, na seção sobre continuidade das operações que informa que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios, que consideram o sucesso na implementação do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”) e atendimento dos requerimentos previstos na Lei nº11.101/2005. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Informações contábeis intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2019.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/F

Esmir de Oliveira
Contador CRC 1 SP 109628/O-0 – S - RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS**

Os diretores estatutários da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 30/06/19, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela BDO RCS Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2019.

Eurico de Jesus Teles Neto
Diretor Presidente e Diretor Jurídico

Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 30/06/19, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela BDO RCS Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

Rio de Janeiro, 14 de agosto de 2019.

Eurico de Jesus Teles Neto
Diretor Presidente e Diretor Jurídico

Carlos Augusto Machado Pereira de Almeida Brandão
Diretor de Finanças e Relações com Investidores